

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LINHA DE PESQUISA: FAMÍLIA E INTERAÇÃO SOCIAL

RECASAMENTO: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DOS FILHOS DO
PRIMEIRO CASAMENTO

DANIELA HEITZMANN AMARAL

RECIFE/2010

DANIELA HEITZMANN AMARAL

RECASAMENTO: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DOS FILHOS DO
PRIMEIRO CASAMENTO

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de
Pós-graduação em Psicologia Clínica, como requisito final
para a obtenção do título de mestre em Psicologia Clínica

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cristina Maria de Souza Brito
Dias

RECIFE/2010

A485r

Amaral, Daniela Heitzmann

Recasamento : percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento / Daniela Heitzmann Amaral ; orientador Cristina Maria de Souza Brito Dias, 2010.

104, [5] f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP. Pró-reitoria Acadêmica. Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, 2010.

1. Psicologia clínica. 2. Recasados - Aspectos psicológicos. 3. Filhos de pais separados - Aspectos psicológicos. 4. Famílias de pais separados. 5. Interação social. 6. Pais e filhos - Aspectos psicológicos. 7. Pais e filhos - Aspectos sociais. I. Título.

CDU 159.964.2

DANIELA HEITZMANN AMARAL

**RECASAMENTO: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DOS FILHOS DO
PRIMEIRO CASAMENTO**

Prof^ª Dr^ª. Albenise de Oliveira Lima
Universidade Católica de Pernambuco

Prof^ª Dr^ª Gláucia R.S. Diniz
Universidade de Brasília

Prof^ª Dr^ª Cristina Maria de Souza Brito Dias
Universidade Católica de Pernambuco

A meu marido Eduardo e aos meus filhos Ernesto, Diana, Eduardo Henrique e Luís Augusto. Dedico a vocês esse trabalho, agradecendo a paciência e compreensão que tiveram em minhas ausências e, pela felicidade e sentido que dão a minha existência

AGRADECIMENTOS

À Deus, quem confio a minha vida e profissão. Aos meus familiares, “minhas mães e pais”, pelo exemplo de dignidade e respeito, por sua infinita generosidade e cooperação. Especialmente ao meu marido por ser meu fã incondicional incentivando-me em todos os momentos, não medindo esforços em me ajudar. Aos meus filhos pela paciência e admiração pelo meu trabalho. Construir com vocês uma família foi minha maior obra!

À minha querida Prof^a Ms Ivana Suelly Paiva Bezerra de Mello por sua capacidade de repartir o coração como o pão. Muito obrigada, sem você não estaria realizando esse sonho.

Aos amigos que torceram, vibraram e se emocionaram diante de mais essa conquista. Agradeço a Prof^a Dr^a Linalda por sua grandiosa colaboração para a qualidade do trabalho apresentado.

Aos meus professores, pela dedicação e qualidade de ensino, destacando-se minha orientadora Prof^a Dr^a Cristina Maria de Souza Brito Dias, por sua humanidade, sua confiança e por ter estado ao meu lado em todos os momentos. A Prof^a Dr^a Albenise de Oliveira Lima, por sua generosidade em partilhar seu imenso conhecimento e por ter-me apoiado em momentos importantes. A Prof^a Dr^a Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas por sua competência e profissionalismo e a Prof^a Dr^a Zélia Mello (em memória) que deixou-nos, mas sua contribuição em nossa formação frutificou.

À Prof^a Dr^a Gláucia Diniz pela leitura e rica contribuição oferecida nesse trabalho. Prof^a Dr^a Adriana Gaião que me acompanha como professora desde a graduação e Prof^a Dr^a Maria Consuelo Passos, pela contribuição nos laboratórios.

Aos meus colegas e amigos, pela disponibilidade e cooperação que caracterizaram nossas atividades durante as disciplinas cursadas no mestrado.

A instituição pelo incentivo e estrutura disponibilizada para o desenvolvimento da pesquisa, em especial, na Região Nordeste, ressaltando a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica.

Por fim, gostaria de agradecer aos filhos do primeiro casamento – os participantes – a vocês minha imensa gratidão na partilha de suas histórias e de parte de suas vidas. Sem vocês esse trabalho não existiria.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta dissertação, pela minha formação profissional e pessoal.

MEU MUITO OBRIGADA!

E foi então que apareceu a raposa:

- Boa dia, disse a raposa.
- Bom dia, respondeu polidamente o príncipezinho, que se voltou, mas não viu nada.
- Eu estou aqui, disse a voz, debaixo da macieira...
- Quem és tu? Perguntou o príncipezinho. Tu és bem bonita...
- Sou uma raposa, disse a raposa.
- Vem brincar comigo, propôs o príncipezinho. Estou tão triste...
- Eu não posso brincar contigo, disse a raposa. Não me cativaram ainda.
- Ah! Desculpa, disse o príncipezinho.

Após uma reflexão, acrescentou:

- Que quer dizer "cativar"?
- Tu não és daqui, disse a raposa. Que procuras?
- Procuo os homens, disse o príncipezinho. Que quer dizer "cativar"?
- Os homens, disse a raposa, têm fuzis e caçam. É bem incômodo! Criam galinhas também. É a única coisa interessante que fazem. Tu procuras galinhas?
- Não, disse o príncipezinho. Eu procuro amigos. Que quer dizer "cativar"?
- É uma coisa muito esquecida, disse a raposa. Significa "criar laços..."
- Criar laços?
- Exatamente, disse a raposa. Tu não és para mim senão um garoto inteiramente igual a cem mil outros garotos. E eu não tenho necessidade de ti. E tu não tens também necessidade de mim. Não passo a teus olhos de uma raposa igual a cem mil outras raposas. Mas, se tu me cativas, nós teremos necessidade um do outro. Serás para mim único no mundo. E eu serei para ti única no mundo...

RESUMO

O recasamento tem ocorrido com bastante frequência, principalmente, como decorrência do número de separações e divórcios. A adaptação entre os diversos membros, nesta nova família, pode trazer-lhes muito sofrimento, dada a necessidade de conhecimento, tempo e flexibilidade que tal configuração demanda. Os filhos, especialmente, podem sentir solidão, abandono, conflitos de identidade e de lealdade, entre outros, e desenvolver sintomas ou dificuldades que precisam ser compreendidas e enfrentadas. Pela presente pesquisa buscamos compreender a percepção dos filhos ante as mudanças ocorridas em suas vidas devido ao processo de recasamento de um ou de ambos os genitores no âmbito da convivência familiar. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, da qual participaram quatro adolescentes e jovens adultos, com idades entre 15 e 24 anos, solteiros, de camada média, que responderam a uma entrevista conduzida de forma semidirigida, composta por questões referentes aos objetivos do estudo e a dados sócio-demográficos dos participantes. As respostas à entrevista foram analisadas com base nos seguintes temas: relacionamento dos genitores antes e após o recasamento; convívio com o(a) padrasto/madrasta; organização do subsistema fraterno; peculiaridades do relacionamento fraterno; nova família, novas regras; expectativas dos filhos na família recasada. Pode-se concluir que, apesar das dificuldades iniciais devidas às alterações na estrutura física (perda de privacidade), na rotina (novos hábitos e regras) e na dinâmica da casa, com a introdução de novos personagens (padrasto/madrasta, meio-irmãos e irmãos políticos ou de convívio), os participantes relataram mais aspectos positivos do que negativos nesta configuração, exceto em um caso que apresenta dificuldades na interação e no convívio com a madrasta. Espera-se poder contribuir no sentido de ampliar a compreensão e a visibilidade dessa configuração familiar, como também proporcionar subsídios para o trabalho de profissionais que lidam com famílias, adolescentes e jovens, uma vez que pesquisas relacionadas ao tema são escassas na realidade nordestina.

Palavras-chave: recasamento, filhos, interação familiar.

ABSTRACT

Remarriage is occurring with great frequency, mainly due to the number of separations and divorces. Adaptation between the several members, in this new family, can bring them a lot of suffering, due the need of knowledge, time and flexibility that such configuration demands. The children, especially, can suffer loneliness, abandonment, identity and loyalty conflicts, among others, and develop symptoms and difficulties that need to be understood and faced. The present research has investigated how children understood and experienced the changes that occurred in their lives in due to remarriage of one or both parents. It is a qualitative research attended by four adolescents and young adults, aged between 15 and 24 years, single, middle-class, who have answered a semi-directed interview, composed of questions referring to the study goals and socio-demographic data of the participants. The answers to the interview were analyzed based on the following themes: parent relationship before and after remarriage; living experience with the stepparent; organization of the fraternal subsystem; fraternal relationship peculiarities; new family, new rules; children expectations in the remarried family. It can be concluded that, besides initial troubles due to changes in the physical structure (loss of privacy), routine (new habits and rules), and house dynamics, with introduction of new characters (stepparent, stepbrothers and political or convivial brothers), the participants referred more positive than negative aspects in this configuration, except in one case that presents troubles in interaction and living with the stepmother. It is expected to contribute in a way to broaden the understanding and visibility of this family configuration, as well as provide subsidies for the work of professionals that deal with families, adolescents and young adults, since research related to this subject is scarce in the northeastern reality.

Key-words: remarriage, children, family interaction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CONJUGALIDADE E GÊNERO: O CONFECCIONAR DA RELAÇÃO ENTRE O TRADICIONAL E O CONTEMPORÂNEO	14
2. SEPARAÇÃO: O DESCOSTURAR DO ESPAÇO CONJUGAL	24
3. RECASAMENTO: UMA NOVA TESSITURA	34
3.1. O recasamento e suas repercussões nos filhos	43
4. OBJETIVOS E MÉTODO DO ESTUDO	55
4.1. Natureza da pesquisa	55
4.2. Participantes	55
4.3. Instrumento	58
4.4. Procedimento de coleta dos dados	58
4.5. Procedimento de análise de dados	59
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	60
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
7. REFERÊNCIAS	98
ANEXOS	
ANEXO I: Roteiro de Entrevista	
ANEXO II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	
ANEXO III: Aprovação pelo Comitê de Ética	

INTRODUÇÃO

Os modelos familiares sofreram mudanças ao longo do tempo. Isto significa que hoje convivemos com diferentes formas de estar-se em família. Entre elas, encontram-se os recasamentos. Ribeiro (2005) definiu o recasamento como o arranjo, não necessariamente oficializado, em que, no mínimo, um dos cônjuges foi casado anteriormente, tendo ou não filhos dessa união.

Nesta configuração familiar faz-se necessário considerar os relacionamentos e os papéis assumidos; sua complexidade, uma vez que envolve novos personagens; os sentimentos vivenciados, pois o recasamento supõe o término do primeiro casamento - o que envolve sentimentos de perda e frustração e, no caso dos filhos, angústia e raiva associados à insegurança advindos da pouca previsibilidade sobre o cotidiano e o futuro (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; SOUZA, 2000).

Na atualidade, os cônjuges parecem não saber lidar com as mudanças sociais ocorridas que repercutiram na família, e sentem-se instáveis diante de papéis a que não foram acostumados, pois se diferenciam daqueles exercidos por seus pais e que foram vivenciados na infância. Nesse contexto, as pessoas apegadas aos papéis mais tradicionais entram em conflito devido aos valores da sociedade contemporânea como liberdade, autonomia, individualidade e competitividade, que marcam os relacionamentos como epidérmicos e fugazes. Isto acaba por gerar insatisfações e frustrações, acompanhadas de sentimentos mútuos de incompreensão, ressentimento e rejeição.

Esta dificuldade tem sido traduzida nos elevados números de separações e divórcios entre os casais, que são vivenciados por muitas crianças e adolescentes. No presente trabalho, estes termos não serão diferenciados. Diversas pesquisas têm sido realizadas com o intuito de compreender-se e buscar-se aliviar as consequências dessa ocorrência no desenvolvimento sócio-emocional dos “filhos do divórcio”.

Contudo, a capacidade do ser humano de reestruturar-se e buscar satisfação e felicidade, investindo em novas relações, possibilitou o surgimento de outro modelo diferente do nuclear intacto: o recasamento (WAGNER, 2002). Configura-se o recasamento como um novo investimento conjugal, mas se caracteriza também pela inserção de novos membros na família, quais sejam, o padrasto e a madrasta, os filhos dele e/ou filhos dela da primeira união. É sobre estes que recai o interesse desta pesquisa.

Segundo Maldonado (1986) e Souza (2000), por ocasião de uma nova relação conjugal, os filhos passam por outra etapa de elaboração da divórcio/separação, pois muitos ainda alimentavam a perspectiva da reconciliação do casal parental. Brito (2007) também expôs a dificuldade dos jovens em aceitar a separação dos pais por causa da possibilidade de novos relacionamentos e uniões, resistindo a essa idéia, muitas vezes, por lealdade ao(à) genitor(a) que não recasa.

Competição, ciúme e rivalidade são comumente observados entre os irmãos de convívio ou do recasamento (que não possuem vínculo sanguíneo). Dificuldades de relacionamento são frequentes no período inicial do recasamento devido à nova estrutura e ao funcionamento familiar, que precisam ser redefinidos. Problemas podem ocorrer com o novo cônjuge do(a) genitor(a), sendo necessário o estabelecimento de novas fronteiras, regras e modos de convivência (WAGNER; SARRIERA, 1999; MALDONADO, 2006).

Stewart (2005) apresentou as repercussões negativas para os filhos do recasamento: as crianças inseridas em famílias recasadas mostraram menos bem-estar emocional e social, estando este fato diretamente associado à qualidade do relacionamento estabelecido com os pais e os padrastos/madrastas. Estes tendem a envolver-se menos em atividades com os enteados. Também tendem a ser menos protetores e calorosos que os pais, embora a autora admita que possa existir uma variedade de relacionamentos.

Sweeney (2007) pontuou os benefícios do recasamento, que estão associados ao maior bem-estar econômico para a mulher e seus filhos, pois geralmente a família chefiada pela mãe tem menos poder econômico. Além disso, a introdução de uma segunda figura parental pode auxiliar na supervisão e no monitoramento das crianças, além de servir como modelo adulto para elas. No entanto, a autora referiu-se a estudos que mostraram uma diminuição do bem-estar nos filhos de famílias recasadas comparados àqueles que vivem com ambos os pais. Para ela, tais achados poderiam estar relacionados aos estresses decorrentes da separação, bem como ao período de transição entre a vida a sós, com um progenitor, e a vida em nova organização familiar, a recasada.

As autoras citadas criticaram estudos anteriores alegando que não foi considerado o fato das crianças estudadas pertencerem, em grande parte, a grupos minoritários e de baixo poder econômico. Esses textos tratam da realidade norte-americana. No Brasil já se vem estudando este tema há alguns anos, porém, recentemente, foram realizados importantes estudos que contribuíram para conhecer-se a realidade dessas famílias. Entre eles está a dissertação de mestrado de Ribeiro (2005), que investigou as relações estabelecidas entre padrastos/madrastas e seus enteados, tendo sido privilegiados os adolescentes que estavam inseridos na família recasada há, pelo menos, dois anos. Oliveira (2005), em sua tese de doutorado, estudou especificamente o subsistema fraterno na família recasada entrevistando adolescentes e jovens adultos. Costa (2008) também pesquisou esta configuração familiar na perspectiva do casal recasado. O presente estudo, visando dar continuidade a este último, teve como participantes adolescentes e jovens adultos, filhos do primeiro casamento, que estão inseridos nas famílias recasadas, no mínimo, há quatro anos.

Diante da complexidade de sentimentos envolvidos nesta configuração familiar, motivamo-nos investigar como os filhos percebem as mudanças que ocorreram em suas vidas, devido ao recasamento de um ou de ambos os genitores. Interessou-nos especialmente a convivência familiar visando ao aprimoramento do atendimento à demanda terapêutica e da intervenção clínica. Vale salientar a importância social desse estudo, pois, na contemporaneidade, essa organização familiar tem sido uma das mais frequentes com a perspectiva de que ela tende a aumentar. Além disso, constatamos uma carência de estudos referentes ao tema na região nordestina.

Nesse panorama, questionamo-nos: Que mudanças ocorreram, após o recasamento, na perspectiva dos filhos? Como fica a relação entre esses filhos e os demais membros da família que residem no mesmo lar? Quais os fatores que geram conflito ou que facilitam a convivência? Quais os sentimentos experimentados e as necessidades sentidas? Quais as fontes de apoio encontradas? Como são as relações com os irmãos políticos, co-irmãos ou irmãos de convívio? Quais as expectativas desses filhos para o futuro?

O trabalho está dividido em três capítulos teóricos, abordando respectivamente os temas seguintes: conjugalidade e gênero, separação e recasamento. Em seguida, apresentamos o método, os resultados e a discussão dos mesmos e finalizamos, tecendo algumas considerações sobre a pesquisa realizada.

1-CONJUGALIDADE E GÊNERO: O CONFECCIONAR DA RELAÇÃO ENTRE O TRADICIONAL E O CONTEMPORÂNEO

Nas discussões sobre o casamento contemporâneo muitas questões são abordadas; entre elas, podemos destacar a importância da instituição do casamento e o papel que ele desempenha para os indivíduos, bem como a dificuldade na manutenção da conjugalidade diante da individualidade dos cônjuges e os papéis assumidos nas famílias atuais por homens e mulheres. Muitos profissionais (antropólogos, sociólogos, demógrafos, psicólogos, advogados) têm-se ocupado desse tema, com diferentes objetivos.

Ao longo do tempo ocorreram mudanças significativas referentes à conjugalidade com repercussão na vida familiar, em que o tradicional convive com o atual, propiciando, muitas vezes, contornos imprecisos e confusos do que se espera e busca em uma relação conjugal. Homens e mulheres são requisitados para diversas funções que antes não faziam parte do enredo e do universo de cada um; as relações parecem estar mais transitórias, contudo, não se abandona o sonho da felicidade a dois e poucos são os que querem permanecer a sós, sem ao menos tentar uma vez a experiência da vida a dois (FÉRES-CARNEIRO, 1998; JABLONSKI, 2001).

Diante dessa perspectiva, diversos são os modelos de uniões atuais: existem os formais (casamentos legalizados) ou informais (co-habitação ou uniões estáveis); constroem-se parcerias variadas (parceiros homossexuais, casais morando em casas separadas, casamentos monogâmicos sequenciais); mas nas entrelinhas pode encontrar-se o desejo de pertencer ao outro, de estar com o outro, de ser amado e de poder partilhar momentos.

Segundo Gomes (2003), a instituição do casamento apresenta várias funções: oferece a proteção dos seres humanos, pois lhes fornece a possibilidade de aceitação e inserção social, através de papéis definidos; facilita a estabilização da identidade e o acolhimento do desejo amoroso e da necessidade de intimidade; proporciona a formação de uma rede de apoio extensa e busca defender o casal de si mesmos, de forma que prolongue o tempo de vida. O casamento também tem uma função social ao criar para o

indivíduo uma determinada ordem, para que ele possa experimentar a vida com significado.

Ele ocupa um lugar privilegiado entre as relações significativas validadas pelos adultos na nossa sociedade, podendo ser visto como um importante fator de estabilização social e psíquica, influenciando diretamente na estruturação e dinâmica da família constituída e nas relações entre seus membros. Outro dado importante refere-se ao fato de que as vivências nas famílias de origem formam os alicerces que influenciarão as experiências de conjugalidade dos filhos na vida adulta (FERÉS-CARNEIRO, 1998; FALKE, WAGNER, MOSMANN, 2005).

A esse respeito Magalhães (2009), Féres-Carneiro e Ziviani (2009) constataram que o lugar ocupado pelo casamento dos pais nos projetos de vida de seus filhos está relacionado com a forma como esses jovens se apropriam de sua herança familiar: do passado geracional conjugal – a percepção que possuem sobre os aspectos da conjugalidade dos pais que os influenciam. Jablonski (2009), em suas pesquisas com jovens solteiros visando detectar suas atitudes e percepções frente à família e ao casamento, verificou, em uma década de estudo (1993 – 2003), que os filhos de pais separados, quando comparados com os que possuem pais casados, mostraram-se mais inclinados a considerar a possibilidade de separações e se imaginaram, em menor número, casados para sempre com a mesma pessoa. Da mesma maneira, os que relataram ter pais felizes em seu casamento se referiram, em menor quantidade, à possibilidade de divórcio. O autor concluiu que “a visão que os solteiros têm do casamento passa, evidentemente, pelo impacto que a união de seus pais lhes impõe” (p.128).

Tanto o casamento como a família são atravessados por aspectos sociais, culturais e econômicas que promoveram mudanças nessas instituições. Medeiros (2008) expôs que no Brasil, no período colonial, as relações conjugais formalizavam-se por interesses econômicos das famílias, tendo como objetivo o aumento de riquezas e do patrimônio, sem considerar os sentimentos e a opinião dos parceiros. Na transição do século XVIII ao XIX, as ações higiênicas impuseram novas normas ao contrato conjugal embasadas nos princípios da educação infantil que provocaram profundas mudanças na ideologia e na estrutura familiar da época. A natureza da concepção do casamento mudou para qualificar o cuidado com a saúde dos filhos e a preocupação

com a hereditariedade. Tornou-se finalidade da união conjugal a moral da família, a preocupação com as doenças sexualmente transmissíveis, assim como com o nascimento dos filhos, para que fossem saudáveis (CHAVES, 2006).

Até então a união conjugal não era baseada em romance e/ou erotismo, mas em condutas determinadas para cada sexo. Era necessário casar para manter-se ou ampliar-se o patrimônio; nas classes menos favorecidas, havia a necessidade da sobrevivência econômica. Ao homem era permitido o direito de expressar os impulsos e sentimentos, restando à mulher a contenção dos sentimentos, prazeres e desejos (MEDEIROS, 2008).

No final do século XIX e começo do século XX surgiu o Romantismo com o qual se iniciou a transição do modelo racional para o campo dos sentimentos. Com o advento da industrialização se desenvolveu o capitalismo e o trabalho masculino nas fábricas foi requisitado. Separaram-se as esferas do público e do privado. Os adultos trabalhavam e as crianças brincavam. Diante desses valores a família assumiu um novo significado estando centrada na mulher-mãe, detentora do mundo doméstico, ficando o homem responsável pelo provimento da família, a ser buscado no mundo externo (GOMES, 2003; MEDEIROS, 2008; ROCHA-COUTINHO, 2009).

Com a industrialização e a urbanização, as uniões passaram a ser estáveis, a família nuclear fortaleceu-se, a mulher foi destinada ao lar e ao cuidado dos filhos, ficando o homem como provedor. Como expôs Diniz (2009), até a primeira metade do século XX o casamento tinha o sentido de constituir família, ou seja, ter filhos. O foco dos investimentos amorosos e afetuosos voltou-se para as crianças, que deveriam ser protegidas do mundo adulto. Os filhos permaneciam mais tempo em instituições de ensino, sob a dependência afetiva e econômica dos pais, surgindo assim o reconhecimento da adolescência.

Segundo Ramos (2003), nesse período havia uma divisão clara e estabelecida dos papéis assumidos pelos cônjuges, sabia-se o que se esperava de cada um, as atribuições eram definidas pela natureza biológica. Dessa maneira, se formou não apenas uma atuação sobre um espaço, mas um jeito de se conhecer e relacionar consigo próprio, com sua realidade psíquica.

Com o passar do tempo, principalmente na segunda metade do século XX, a família, no mundo ocidental sofreu mudanças, especialmente quando a mão de obra feminina foi requisitada para o mundo do trabalho. É claro que nas classes menos favorecidas a mulher já trabalhava há muito tempo, mas o ingresso da mulher da classe média e burguesa no espaço público trouxe questionamentos sobre seu papel e, por consequência, instauraram-se mudanças que se tornaram irreversíveis nas dinâmicas das relações e estruturas familiares (RAMOS, 2003; CHAVES, 2006, MEDEIROS, 2008).

O movimento feminista abriu espaço para o posicionamento da mulher pelos seus direitos e ela passou a ter uma postura mais ativa dentro e fora do âmbito doméstico. O advento da pílula anticoncepcional permitiu não só o controle da natalidade, mas possibilitou à mulher viver sua sexualidade. Ao casal era possível entregar-se à vivência sexual, sem medo da gravidez, e as uniões passaram a ser baseadas no desejo com reivindicação de prazer. Havia sido dada a largada para uma nova era relacional (RAMOS, 2003; CHAVES, 2006; GALANO, 2006, ROCHA-COUTINHO, 2009).

As profundas transformações socioeconômicas, e suas consequentes alterações nas atitudes e comportamentos, instauraram novas demandas sociais e com elas exigências sobre os indivíduos e cônjuges. Conforme Jablonski (1998), a revolução tecnológica, a exemplo dos eletrodomésticos, que puderam ser adquiridos pela maioria da população da classe média, prenunciou uma redução do tempo despendido para a realização de tarefas. Isto, aliado à desvalorização do trabalho doméstico, foi o campo propício para a mulher que, até então, se encontrava isolada em seu lar, com sentimento de inutilidade e, depois, com menos filhos para criar, passou a ter liberdade. Contudo, parece ter ocorrido uma espécie de “confusão psicológica” relacionada ao papel a ser desempenhado: aquele ensinado pela mãe ou “o acenado pela nova realidade” (p.147).

Desde a ocorrência dos fenômenos e movimentos sociais (a entrada das mulheres no mundo público e sua maior participação no orçamento familiar), suas repercussões conferiram um novo perfil à família, influenciando a estrutura tradicional, na qual o pai era o único provedor e a mãe, a responsável pelo âmbito doméstico e cuidado dos filhos, ocasionando, na maioria das famílias brasileiras de nível sócio-econômico médio, um processo de transição. Atualmente já se percebe uma relativa

divisão de tarefas, em que o casal compartilha aspectos relacionados à educação e à organização da vida cotidiana (WAGNER, PREDEBON, MOSMANN, VERZA, 2005).

O casamento evoluiu para uma dinâmica relacional baseada na igualdade. À medida que a mulher participa mais do orçamento doméstico ou responde por ele sozinha, partilha com o companheiro o exercício do poder. Os papéis passaram a ser desempenhados por ambos os cônjuges não se delimitando as tarefas que cada um deve seguir, inclusive no cuidado com os filhos (RAMOS, 2003; ROCHA-COUTINHO, 2009).

Essa divisão de tarefas compartilhadas pelo casal, segundo Diniz (1999), ocorre com maior frequência com casais de dupla-carreira. Na tentativa de conciliar-se o profissional com a vida conjugal e familiar, ocorre certo afastamento dos papéis de gênero tradicionais, o que exige flexibilidade dos parceiros para o estabelecimento de novos modelos de relacionamentos.

Para Rocha-Coutinho (2007; 2009), com o processo de modernização que tem perpassado o país nas últimas décadas, ampliaram-se os questionamentos sobre o modelo familiar hierárquico, principalmente pela classe média, composta pela maioria de homens e mulheres dos centros urbanos, com grau universitário e defensores de valores individualistas e anti-autoritários. Da família hierárquica, de papéis bem definidos sobre o gênero e a geração, anunciou-se a família igualitária, na qual os papéis e as atribuições distintos para homens e mulheres e as posições hierárquicas de pais e filhos estariam diluindo, para se horizontalizarem. Na família assim constituída estabeleceriam-se relações mais simétricas entre os cônjuges. Mas questiona-se até que ponto essas relações são simétricas.

No discurso social, a relação conjugal idealizada é apresentada com a igualdade das responsabilidades pelos cuidados da casa e dos filhos e pelo provimento emocional e financeiro da família constituída. Contudo, homens e mulheres em sua prática diária, ainda reproduzem antigos discursos. De forma geral, atribuí-se à mulher a sobrecarga pelo exercício de múltiplos papéis. Ainda se acredita que a casa e, em particular, os cuidados com os filhos sejam atribuições e responsabilidades delas, identificando-se feminilidade com maternidade, enquanto os homens mantêm sua posição de provedor

nos bastidores das preleções mais modernas (ROCHA-COUTINHO, 2007, 2009; DINIZ, 2009).

Como relatou Jablonski (2007, p. 212), a busca de um modelo igualitário é excelente na teoria, mas, em sua prática, tem proporcionado “inúmeros problemas, em função das expectativas e responsabilidades ainda sob forte influência de papéis de gênero pré-determinado pelas práticas hierárquicas tradicionais”. Nesse contexto, os cônjuges mais apegados aos papéis tradicionais entram em conflito com as necessidades preconizadas pela contemporaneidade, o que pode gerar insatisfações e frustrações, acompanhadas de sentimentos mútuos de incompreensão, ressentimento e rejeição.

Evidencia-se o descompasso das transformações em suas mais diversas expressões, como na divisão das tarefas domésticas, na criação e educação dos filhos, parecendo, pois, não acompanharem de maneira proporcional as mudanças decorrentes da maior participação da mulher no mundo do trabalho e do sustento econômico do lar. Essas tarefas ainda tendem a seguir padrões relativamente tradicionais (WAGNER, PREDEBON, MOSMANN, VERZA, 2005).

Féres-Carneiro (2001) afirmou que, conforme a mulher passou a desempenhar funções antes consideradas como exclusividade dos homens, ocorreu uma resignificação nos papéis de gênero, notando-se uma participação masculina na rotina doméstica. Contudo, na maioria das vezes, isto é vivenciada por eles como uma ajuda à mulher, deixando claro que esta não é sua atribuição e sim um auxílio. Assim, continua-se a atribuir à mulher a função materna e de mediadora do lar. De acordo com a autora acima citada, o casamento contemporâneo possui uma intensa significação na vida dos indivíduos, por envolver um alto grau de intimidade e um grande investimento afetivo.

Ramos (2003) pontuou algumas ambiguidades que ainda perpassam a vida de muitos casais: a mulher não desistiu do desejo de encontrar um marido provedor, embora não admita isso; defende sua independência, porém se incomoda ao ter que usar seu dinheiro com as despesas da casa; apresenta dificuldade para aceitar outra ordem no lar que não seja a sua; quer que o esposo participe das atividades domésticas e cuidados com os filhos, mas espera que ele atue e realize as tarefas como ela acredita que devem ser feitas.

O homem, por sua vez, até certo ponto, demonstra alívio por contar com a ajuda financeira da esposa no orçamento doméstico, mas se incomoda com o fato dela chegar tarde em casa, viajar a trabalho, ganhar mais do que ele, conquistar ascensão profissional. Parece que necessita de que ela cuide dele, se ocupe mais de suas coisas, da casa e dos filhos. Surge então o conflito: tem uma companheira bem informada, mas, em diversos momentos, o faz se sentir desafiado em sua posição (FÉRES-CARNEIRO, 2001; RAMOS, 2003).

Para Perlin e Diniz (2005), Diniz (2009) os casais lidam com pressões para manter valores e padrões tradicionais como, por exemplo, a divisão de papéis e funções na família, na qual é valorizada a realização das expectativas emocionais. Por outro lado, são forçados a se adequarem às transformações sociais e expectativas pouco realistas, de se ter sucesso em todas as áreas da vida: sucesso profissional, crescimento pessoal, independência, autonomia e flexibilidade nas atividades dos papéis de gênero.

Num momento em que sucesso deixou de estar associado a uma única área da vida para significar cada vez mais o produto da interação entre fatores pessoais, profissionais e relacionais, a maioria dos homens e mulheres adultos, casados, independente de classe social, enfrenta desafios para combinar demandas do trabalho com uma vida conjugal e familiar (DINIZ, 1999, p. 31).

Na atualidade, homens e mulheres tendem a pautar suas vidas a partir de reivindicações que desvalorizam a dependência, tendo relações estabelecidas em torno da construção das identidades dos cônjuges. O pacto atual é o de garantir-se o desenvolvimento e a autonomia individual, permanecendo juntos enquanto for útil e prazeroso. As relações sustentam-se em sistemas de troca, que são encontrados na origem das regras do casamento, mesmo daqueles cuja aparente singularidade poderia justificar interpretações especiais: a relação é importante, uma vez que colabora para que cada um se constitua (JABLONSKI, 2007; FÉRES-CARNEIRO, 1998, 2001). De maneira geral, “manifestações de dependência ganham conotação negativa em um mundo marcado pela ideia de individualidade e de sucesso” (DINIZ, 2009, p.146).

Segundo Maldonado (2006), as ameaças de desemprego e a competitividade geram estresse que permeiam as relações, devido às demandas de produtividade e eficiência que sobrecarregam os cônjuges em sua vida diária. Assim, os casais

convivem com a instabilidade e com a imprevisibilidade, não ensejando muitas vezes, momentos para edificarem e viverem a relação, até mesmo por falta de tempo para investirem em projetos comuns.

Em pesquisas contínuas realizadas com jovens solteiros, Jablonski (2001, 2007, 2009) identificou que os futuros cônjuges ora postulam que podem fazer diferente sem incorrer nos mesmos erros de seus pais, amigos e parentes que se separaram, ora, em outros momentos, acalentam a ideia de que o amor é válido enquanto durar, ou seja, podem não permanecer casados, mas querem vivenciar essa experiência, nem que seja uma vez. Embora conscientes das dificuldades envolvidas e traduzidas, na atualidade, no crescente número de divórcios, parece não haver uma preocupação prévia na busca de soluções, permanecendo confiantes de que com eles será diferente. Os jovens casais estariam priorizando suas realizações individuais em relação às familiares, o que seria um preditor de conflitos em suas futuras uniões, se houver a manutenção de tais posturas que intensificam a autonomia, a independência e a realização pessoal em um primeiro plano - o que poderia dificultar o equilíbrio entre os interesses individuais e os conjugais.

Esse desejo de casar-se talvez seja a herança do amor romântico, a vigorosa máxima do amor e da paixão, permitindo-se a seus afortunados o encontro com a felicidade eterna, com o príncipe ou com a princesa que o complete e lhe seja aquilo que ele(a) sempre esperou, criando altas expectativas divergentes dos ideais contemporâneos que prezam a liberdade e a busca constante do prazer. Vive-se em um mundo competitivo, que enfatiza o sucesso a qualquer custo, que não aceita as frustrações não se aprova o sofrimento, seja físico ou psíquico, e desiste-se dos relacionamentos afetivos diante do primeiro percalço, pois os desejos individuais não estão sendo satisfeitos. Conforme Jablonski (2001) advertiu, geram-se padrões que podem vir a não se cumprirem, sedimentando uma relação sem se considerarem as implicações que um casamento possui, reduzindo-o basicamente a sentimentos efêmeros, arrebatadores e intensos.

A própria modernidade e a sociedade acabam por instigar altas perspectivas aos cônjuges, quando adotam por sinônimo de casamento amor-paixão, com a indissolubilidade e a monogamia, uma vez que no momento em que se vive, a mídia e a cultura preconizam valores destoantes (JABLONSKI, 2007). A contemporaneidade

privilegia a individualidade, o lucro, o novo, o belo, a intensidade e a velocidade nas respostas e resultados. Nesse contexto ampliam-se as dificuldades do universo afetivo e sexual, pois sensações prazerosas e imediatas elevaram-se a escalas de valorização máxima através das relações epidérmicas, em uma sociedade narcisista, cujos amores podem ser descartáveis e renováveis, embora se tema ser descartável para o outro (RAMOS, 2003; NEGREIROS; FÉRES-CARNEIRO, 2004).

Jablonski (1998, 2007) apontou a longevidade como um fator que também exerce influência na conjugalidade, uma vez que a vivência de até três gerações tem se tornado mais comum, possibilitando tanto a transmissão de valores da população idosa aos jovens, como as divisões estabelecidas em relação aos papéis de gênero. Além disso, com as pessoas vivendo mais e pressionadas a se adaptarem às mudanças constantes, em um espaço de tempo mais curto, o “até que a morte nos separe” se tornou um tempo realmente longo. Assim sendo, uma vida mais longa produz alterações significativas na maneira de pensar e perceber as coisas, sejam elas prazerosas sejam adversas.

Diante do exposto, foi possível notar um entrelaçamento entre o singular e o social: o contexto social pode apoiar ou fragilizar a vivência da conjugalidade. Féres-Carneiro (1998) descreveu como o casal contemporâneo é confrontado por duas forças paradoxais que formam tensões, sendo elas a individualidade e a conjugalidade.

Todo fascínio e toda dificuldade, segundo Ferés-Carneiro (1998), encontram-se no fato de o casal envolver em sua dinâmica, concomitantemente, duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, em uma relação conjugal participam “dois sujeitos, dois desejos, duas inserções no mundo, duas percepções do mundo, duas histórias de vida, dois projetos de vida, duas identidades individuais” (p.390) que convivem com uma conjugalidade: com um desejo conjunto, com uma história de vida relacional, com um projeto de vida de casal, e com uma identidade conjugal. Na lógica matemática do casamento contemporâneo surgem os conflitos de como “ser dois sendo um”, e como “ser um sendo dois”.

Constituir um casal demanda a criação de uma zona comum de interação, a que Féres-Carneiro (1998) denominou de identidade conjugal. Surge, ao mesmo tempo, a necessidade de os ideais individuais estimularem a autonomia dos cônjuges, seu crescimento e desenvolvimento, e a vivência da conjugalidade, da realidade, dos desejos e dos projetos comuns do casal.

Buscando equilibrar a necessidade de criar laços significativos e de alcançar autonomia, homens e mulheres se vinculam de formas diversas. Quando o investimento maior centra-se nas exigências do casal, a fusão dos parceiros é enfatizada. Quando predomina o investimento nas exigências de cada um, enfatiza-se a autonomia dos cônjuges (FÉRES-CARNEIRO, 2001, p. 70).

Contudo, quando não ocorre o encontro das necessidades pessoais com as necessidades conjugais, a reciprocidade e a complementaridade passam a ser substituídas por adversidades instauradas no relacionamento, muitos casais recorrem à separação. Este fenômeno proporcionará o erigir de novas constelações familiares, entre as quais o recasamento, que iremos abordar mais adiante. Por enquanto, nos deteremos na separação e seu impacto sobre a família, no capítulo a seguir.

2 - SEPARAÇÃO: O DESCOSTURAR DO ESPAÇO CONJUGAL

Apesar de não ser mais um fenômeno incomum, de ter aceitação social nos dias atuais e de não estar cercada de estigmas pejorativos que acompanhavam os que optavam pelo término do matrimônio, a separação não deixa de ser um evento doloroso. Indica a ruptura de um projeto de vida e da inclusão que fora instaurada, desenvolvida e compartilhada entre os cônjuges e seus filhos durante o casamento.

A separação acaba por promover a exclusão ou, metaforicamente, o descosturar de peças inteiras que foram confeccionadas pelo casal e pela família. Conforme Travis (2003) preconizou, ocorre uma inversão do que foi realizado com o casamento: com a saída de um dos cônjuges inicia-se a desconstrução de uma relação e de uma unidade familiar, e o repartir de bens materiais, de sonhos, de projetos e de sentimentos que antes pertenciam a todos os membros da família. Passa-se do compartilhar para o repartir.

Existem várias formas de separações: as amigáveis ou consensuais, que tentam manter a relação parental descontaminada do desgaste da relação conjugal e cujos ex-parceiros buscam distinguir os papéis que irão reorganizar para que possam exercer a parentalidade; as litigiosas, que envolvem questões de guarda e financeiras, dificultando o não envolvimento dos filhos nos conflitos do casal; as separações por abandono temporário ou definitivo que são aquelas na qual um dos pais sai do convívio e da vida dos filhos. E ainda há os casais que estão profundamente desgastados, mas optam por não enfrentarem a separação, talvez por questões econômicas, transformando a vivência em um penoso ambiente de brigas e discussões, o que compromete o crescimento individual (CERVENY, 2006; GALINA, 2009).

Toda separação traz consequências, em maior ou menor proporção, dependendo da forma como ocorre, dos motivos, da fase do ciclo vital na qual se encontra a família e da estrutura de seus membros. Torna-se difícil não haver perdas e não se deparar com sentimentos como raiva, culpa, fracasso, frustração, o que demanda tempo e exige adaptações ao novo funcionamento de vida.

Garbar e Theodore, (2000, p. 106) expressaram que “quando um casal se separa, há necessariamente uma ‘crise’, já que há a ruptura de um equilíbrio passado. Então, uma nova organização vai se efetuar, com maiores ou menores dificuldades e sofrimentos”. Nenhum dos participantes de um processo de separação sai indiferente às mudanças ocasionadas pela interrupção e afastamento conjugal definitivo.

O processo de separação vivido é complexo, pois a identidade conjugal, construída no casamento, passa a ser desfeita, encaminhando os cônjuges para uma redefinição de suas identidades individuais. Assim, simultaneamente, se desconstrói uma conjugalidade e há uma busca da reconstrução da identidade individual, cuja vivência de uma maior liberdade se mistura com o sentimento de solidão, o que torna os primeiros tempos, após a separação, particularmente difíceis para homens e mulheres (FÉRES-CARNEIRO, 2003).

A busca por uma identidade individual sem o cônjuge, sem o matrimônio e sem o estilo de vida anterior interferem no ajustamento pós-divórcio. Apesar de legalizado o afastamento corporal ou estabelecido o término da relação, não significa que houve uma separação “psíquica”. O envolvimento emocional é um processo que necessita de tempo para que se elaborem as perdas, reorganize-se a vida e os limites de intimidade entre os ex-cônjuges, principalmente nos casos em que se faz necessário manter o compartilhamento da parentalidade sem que os genitores funcionem mais como parceiros (HACKNER, WAGNER, GRZYBOWSKI, 2006; GUIMARÃES; AMARAL, 2009).

Cada casal e família reage ao processo de divórcio conforme sua rede de significados e crenças, aspectos culturais e religiosos, que não podem ser desconsiderados. Sendo assim, os ex-cônjuges vivem momentos e estados emocionais contraditórios, cujas fantasias de re-união ainda podem sobreviver à realidade. Apesar de separados, os ex-parceiros podem ainda ter o outro como foco, o que dificulta a definição da identidade e a reestruturação de papéis, criando fronteiras ambíguas. (SCHABEL, 2005; GALINA, 2009). Peck e Manocherian (1995) enfatizaram que o contexto sociocultural da família influencia no impacto, na percepção do divórcio e no processo de adaptação.

Autores indicaram fatores que influenciam o crescimento e o número de ocorrências desse fenômeno, de que são exemplos a longevidade; as mudanças nos papéis biopsicossociais da mulher, como a sua inclusão no mundo do trabalho e o controle sobre sua sexualidade; as mudanças nos valores sociais: os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres; os conflitos com o tradicional; a redução do estigma social com repercussão nas funções legais como a instauração da lei do divórcio, em 1977; o individualismo preconizado na atualidade; a falta de equilíbrio no desenvolvimento do espaço individual e do espaço relacional, ou seja, a dificuldade de articulação de projetos comuns ao casal com projetos individuais (PECK; MANOCHERIAN, 1995; GALINA, 2009; GUIMARÃES; AMARAL, 2009).

Outros fatores influenciam: a precocidade ao assumir-se uma relação com falta de maturidade dos cônjuges ou com uma gravidez que antecipa a tomada de decisão da união; a influência da família extensa que não oportuniza a criação de um espaço conjugal; divergências de *background*, a exemplo de homens menos instruídos e mulheres mais instruídas, ou vice-versa; diferenças de salários; dificuldades financeiras, com queda no padrão de vida; divergências religiosas; e traições (PECK; MANOCHERIAN, 1995).

Quando um casal se separa, a família se depara com questões complexas que não possuem soluções simples, mas que podem desencadear sentimentos intensos, funcionando como “minas emocionais” (PECK; MANOCHERIAN, 1995, p.316). Todos estão abalados e passaram por ajustamentos nos períodos de tomada de decisão, anúncio do afastamento, separação concreta, consultas e discussões financeiras e de guarda dos filhos e a redefinição para uma nova vida

São cinco os estágios vivenciados pelos cônjuges e sua família no processo de separação. O primeiro é a *cognição individual*: é quando um dos cônjuges trabalha dentro de si a possibilidade de um rompimento, dando início a uma separação emocional e o parceiro pode não vir a perceber nem a dar-se conta do distanciamento que está instaurando entre o casal. O segundo estágio é a *metacognição familiar*: é quando há o anúncio da decisão do cônjuge, da necessidade da ruptura; frequentemente é um momento de grande desequilíbrio familiar, pois o companheiro pode não querer sair do casamento, sendo dolorosa a notícia e a transformação que essa decisão acarreta em todos os membros (PECK; MANOCHERIAN, 1995; CERVENY, 2006).

Em sua pesquisa com homens e mulheres separados, Féres-Carneiro (2003) verificou que, na maioria das vezes, a demanda e o desejo de separação é feminina, enquanto os maridos, frequentemente, desejam manter o casamento. A autora esclareceu que esse fato ocorre, possivelmente, porque há uma diferença na concepção de casamento para mulheres e homens: para elas conjugalidade é tida como uma relação amorosa e, para os homens, casamento é, sobretudo constituição familiar. Sendo assim, para elas, quando a relação conjugal não vai bem, principalmente na questão amorosa, a separação parece inevitável.

O terceiro estágio é a *separação do sistema*: é quando ocorre a concretização da separação. Esse período costuma ser muito difícil, de tumulto emocional com a apresentação de sentimentos ambíguos de raiva pelo fracasso, de ressentimento pela perda, mas de apego e angústia pela situação com que os indivíduos se deparam. O quarto estágio é a *reorganização do sistema*: é quando as mudanças ocorridas na família podem ser confusas e perturbadoras, havendo modificação no funcionamento, nas fronteiras, nas relações entre os membros e a família extensa. É um momento de transição complicado e estressante, pois pode vir acompanhado de conflitos e inseguranças, pelo novo estilo de vida introduzido, até que haja o ajustamento necessário (PECK; MANOCHERIAN, 1995).

O quinto e último estágio é a *redefinição do sistema*, é quando as fases anteriores estão superadas e se atinge uma nova autodefinição. As fronteiras e os papéis foram clarificados, e todos são incluídos e vivem a parentalidade. Quando há uma cooperação, todos se reestabilizam com mais facilidade. Nos casos em que a relação dos pais é conflituosa, esse processo se torna crítico, com mais sofrimentos para todos os envolvidos, o que dificulta o ajustamento e a vivência pós-divórcio (PECK; MANOCHERIAN, 1995, p.297).

A separação foi descrita por homens e mulheres como um processo difícil e de grande sofrimento. Enquanto os homens enfatizaram os sentimentos de frustração e fracasso, quando o projeto de construir a família foi interrompido, as mulheres enfatizaram a desilusão, a mágoa e a solidão, quando a relação amorosa chegou ao fim e as expectativas românticas foram extintas. Apesar de viverem a mesma dor e perda, homens e mulheres expressaram seus sentimentos diferentemente, estando essa discordância relacionada a questões culturais (FÉRES-CARNEIRO, 2003).

Endossando o que foi apresentado, Hackner, Wagner, Grzybowski (2006) enfatizaram que o divórcio afeta o sistema familiar como um todo e a cada um de seus componentes, instaurando crises a serem enfrentadas. A família precisará reorganizar seus papéis, hábitos, rotinas e questões financeiras que podem precipitar um novo padrão de vida, além de questões como o exercício da parentalidade, após a ruptura da conjugalidade. A continuidade da parentalidade é um aspecto de grande relevância a ser considerado na situação pós-divórcio, pois irá influenciar as condutas e suas consequências na vida dos filhos e da família como um todo.

Autores se referem à relação pós-divórcio como um dos aspectos mais críticos no restabelecimento do equilíbrio, ajustamento e funcionamento familiar. A forma como o conflito do casal é administrado é de suma importância. Os filhos reagirão conforme a maneira como seus genitores vivenciaram o divórcio. Sendo assim, o nível de dificuldade e hostilidade presentes na relação parental influencia o envolvimento dos filhos nos conflitos, o que prejudica a qualidade do exercício da parentalidade (PECK; MANOCHERIAN, 1995; GARBAR; THEODORE, 2000; HACKNER, WAGNER, GRZYBOWSKI, 2006; GUIMARÃES; AMARAL, 2009).

As hostilidades sentidas anteriormente à ruptura tendem a permanecer na relação de parentalidade, mesmo após o rompimento conjugal, enquanto os casais cujo processo foi menos tenso mantêm também o mesmo padrão de relacionamento com os filhos:

Os casais que tinham uma relação mais amigável enquanto juntos, mantiveram-na dessa forma, ainda que tenham passado por momentos de adaptações pós-divórcio/separação, necessários para estabelecer a nova configuração familiar. Assim, o padrão de relacionamento coparental estabelecido após o fim do casamento apresentou-se estável em relação ao padrão anterior (HACKNER, WAGNER, GRZYBOWSKI, 2006, p.83).

Brito (2007), em sua investigação sobre a avaliação que os filhos fizeram sobre as mudanças ocasionadas em suas vidas devido à separação de seus genitores, percebeu que a maioria lamentava o que havia ocorrido. Portanto, mesmo o divórcio sendo um fenômeno comum, tratado de forma mais natural, quando aconteceu na vida deles, prefeririam que fosse possível haver uma reversibilidade do rompimento conjugal. Em sua tese, Oliveira (2005) expôs que os filhos acalentavam esperanças de que os pais pudessem voltar a viver juntos e que, muitas vezes, o fim dessa fantasia foi marcado pelo recasamento de um dos genitores.

Muitos casais não possuem disponibilidade para esclarecer os motivos do rompimento conjugal, não querendo abordar o tema, mesmo após a concretização da separação, o que traz muitos questionamentos e confusão para os filhos. Os pais, frequentemente, transmitem idéias enganosas ou falta de informações sobre como será a vida e as transformações advindas da separação, o que ocasiona insegurança pela pouca previsibilidade do que irá ocorrer. Ao serem surpreendidos pelas diversas mudanças que os afetam, pois é impossível permanecer tudo igual como se nada estivesse ocorrendo, os filhos se deparam com sentimentos de solidão e angústia pela desordem na qual se veem inseridos (SOUZA, 2000; RAMOS, 2003; BRITO, 2007).

Na literatura encontramos estudos sobre o processo vivido pelos filhos com a separação dos pais e suas repercussões. As transformações que foram ocasionadas com o término da conjugalidade foi uma das mais mencionadas nas pesquisas realizadas. Segundo Oliveira (2005), uma das primeiras expressões dos filhos diante do divórcio são os impactos sentidos pelas mudanças que provocam confusão e a sensação de estarem perdidos, emergindo sentimentos de profundas perdas emocionais e materiais e a percepção de que a família está se fragmentando, se dissolvendo.

Ramires (2004), em sua investigação sobre as transições familiares decorrentes de separações e recasamentos dos genitores, segundo a perspectiva de crianças e pré-adolescentes, expressou que, quanto menores eram as crianças, mais acalentaram a expectativa de um retorno da relação conjugal dos pais. As que estavam em idade escolar apresentaram mais dificuldades no âmbito da aprendizagem e mais sentimentos de dor e perda.

A pesquisa de Souza (2000, p.210), com adolescentes entre 14 e 18 anos de idade que vivenciaram a separação dos pais na infância, apontou que todos concordaram que a separação, “apesar da tristeza inicial”, fora uma solução plausível para as dificuldades familiares. Wagner, Falke e Meza (1997), em estudo com 30 adolescentes de famílias originais e 30 adolescentes de famílias reconstituídas, verificaram que a maioria deles (53,33%) pensou igualmente no que se refere à separação definindo-a como um evento desagradável; porém, para 46,6% foi uma forma de se resolverem os problemas.

A diferença encontrada nos participantes desses estudos apontados talvez seja o fato de que nem todos os filhos presenciam as brigas nem percebem os conflitos e o distanciamento em que os pais se encontram. Ademais, a idade parece ser um fator que afeta as percepções e as expectativas dos filhos em relação à separação

Nos casos em que a separação do casal parental foi percebida como resposta aos conflitos e problemas familiares, não significaram que os filhos deixaram de enfrentar as crises, sofrimentos e transformações advindas do rompimento da família. O impacto do divórcio e suas reações vão depender da tensão existente entre os ex-parceiros, da idade, do temperamento, da ordem na família, das experiências vividas, dos apoios encontrados e da qualidade das relações estabelecidas com os pais, até que ocorra a adaptação familiar e os filhos encontrem o bem estar (PECK; MANOCHERIAN, 1995; GARBAR; THEODORE, 2000; RAMIRES, 2004).

As mudanças citadas foram alterações no relacionamento com o pai e/ou redução de contato com o mesmo e, por consequência, afastamento da família extensa paterna. Este afastamento e a falta de disponibilidade de relacionamento com o genitor que não permaneceu com a guarda, o que na maioria dos casos acontece com os pais, é um dos grandes ressentimentos dos filhos que percebem esse fato como uma das maiores perdas, vivenciando o sentimento de terem sido abandonados (SOUZA, 2000; BRITO, 2007; GUIMARÃES; AMARAL, 2009).

É importante a possibilidade de acesso ao genitor não-residente. Os filhos necessitam ter a segurança da “perenidade da afeição dos pais”. Assim é possível assumir-se a realidade e capacitar-se para uma boa adaptação, pois é garantida a parentalidade com qualidade (GARBAR; THEODORE, 2000, p.115). Na pesquisa feita por Brito (2007), os entrevistados que tiveram menos queixas sobre a separação e o convívio com os pais foram aqueles que se sentiram acolhidos nas duas residências parentais e onde não houve grande modificação no contato com os mesmos.

Maldonado, em 1986, já apontava que a adaptação dos filhos à deterioração conjugal costuma ser mais viável quando é preservado o livre encontro e acesso aos pais e a possibilidade de dar continuidade ao estilo de vida que possuíam. Porém, é inevitável não passar pelas intensas modificações e desorganizações que a separação ocasiona.

Outra mudança refere-se à alteração no relacionamento e no período de convivência com o genitor detentor da guarda. Dependendo da pensão concedida e devido à dificuldade de manutenção dos filhos, alguns genitores – geralmente as mães – acabam tendo que intensificar sua carga horária de trabalho ficando fora do ambiente doméstico por mais tempo. Assim, pode ocorrer uma perda em dose dupla, pois os filhos ficam afastados, mesmo que temporariamente, de ambos os genitores (SOUZA, 2000; BRITO, 2007; GUIMARÃES; AMARAL, 2009). Com isto não queremos culpabilizar as mães por terem que trabalhar para fazer frente às necessidades dos filhos, mas apenas pontuar um fato que pode ocorrer em decorrência da separação.

Ainda há os casos em que se estabelecem alianças entre os filhos e o genitor guardião, desenvolvendo-se uma forte ligação, o que pode levá-los a se posicionar sempre a favor deste, tornando-se, muitas vezes, o parceiro ideal e o cuidador do genitor residente. Desse modo, ocorre uma inversão dos papéis dada a disponibilidade dos “filhos reféns” ou “filhos parentais ou parentalizados” para cuidar dos pais (CEVERNY, 2006, p. 88; BRITO, 2007, p.41; GUIMARÃES; AMARAL, 2009, p. 278).

Os filhos também podem ser perturbados por atitudes de desvalorização dos genitores, quando um dos ex-cônjuges se refere desqualificando o outro querendo posicionar os filhos no centro das discórdias. Agindo assim, fazem os filhos de joguetes, moedas de troca, depreciando a parentalidade do ex-cônjuge e importunando o ex-parceiro com quem, dessa forma, se mantém ligado. Isto ocasiona conflitos de lealdade aos filhos por estarem sendo pressionados a tomar partido a favor de um dos genitores, assumindo uma posição na briga conjugal. Disto pode emergir sentimento de culpa por acreditarem que contribuíram, de alguma forma, para o divórcio (MALDONADO, 1986; GARBAR; THEODORE, 2000; OLIVEIRA, 2005; BRITO, 2007; GALINA, 2009).

Pode haver ainda transformação no convívio do subsistema fraterno, quando os filhos são separados, ou seja, quando um permanece com o pai e o outro com a mãe. Mesmo os que convivem juntos, podem não se identificarem nas atitudes e nos sentimentos referentes ao processo de separação dos pais. Alguns podem posicionar-se diferentemente e até mesmo aliar-se a um dos genitores em detrimento do outro, o que pode enfraquecer a relação fraterna, assunto que será retomado no próximo capítulo (MALDONADO, 1986; OLIVEIRA, 2005).

Para muitas famílias, ocorrem mudanças de endereços, convergindo na perda de amigos, vizinhos, espaço físico, hábitos e rotinas que traziam segurança para os filhos. As grandes alterações de vida e a imprevisibilidade ambiental mostram ser tão difíceis quanto a separação em si:

O número de mudanças descritas mostra o quanto a situação envolve perdas múltiplas. A criança acaba tendo que enfrentar não só as modificações da estrutura e funcionamento familiar, mas também tem que enfrentar alterações profundas em sua rotina de vida, o que, por si só, é extremamente doloroso. O número e a diversidade das mudanças relatadas apontam para a quantidade de estresse envolvido, o qual requer das crianças um número tal de adaptações que dificilmente poderiam ser enfrentadas, mesmo por um adulto (SOUZA, 2000, p.208).

Oliveira (2005) observou em seu estudo que os filhos, com o passar do tempo, vão adaptando-se, acostumando-se e amadurecendo, atingindo uma maior compreensão da vivência da separação parental. Contudo as atitudes e ações dos pais são uma forte influência para o encontro do reequilíbrio. Além do apoio dos genitores, mesmo os que não co-habitam, mas que se fazem presentes, a família extensa é fonte de segurança e afeto que facilita o ajustamento (ARAÚJO; DIAS, 2002).

Souza (2000) enfatizou que todos os participantes de sua investigação consideraram que, ao longo do tempo, através da definição das novas rotinas, o choque emocional foi sendo aliviado dando lugar às reestruturações dos papéis. Por um lado, com a compreensão de como seriam as coisas e a estabilidade do dia a dia foi-se reduzindo a ansiedade. Por outro lado, pode ocorrer que, concomitante à separação, os conflitos próprios do desenvolvimento sejam intensificados (RAMIRES, 2004).

Autores como Maldonado (1986), Souza (2000), Wagner, Ribeiro, Arteche, Bornholdt (1999), Wagner (2002) relataram que a separação nem sempre é traumática e nem sempre compromete os filhos, pois a maioria apresenta bem-estar bom ou muito bom independentemente da configuração familiar. Existe a possibilidade dessas famílias se reorganizarem transpondo as dificuldades. A dissolução conjugal não é causa de todos os problemas que os filhos possam apresentar, nem é a sentença de infelicidade eterna. Esta forma de pensar compromete e rotula os “filhos do divórcio” como seres

que não podem encontrar a felicidade. Na realidade, muitos aprendem a posicionar-se e a vencerem os obstáculos da vida, priorizando os relacionamentos e fortificando os vínculos familiares que, muitas vezes, não são valorizados nas famílias originais intactas.

Apesar de ter tido a vida transformada pela dissolução conjugal, esse fato em isolado não pode ser considerado como um evento que irá comprometer o desenvolvimento dos filhos. A ruptura conjugal esteve durante muito tempo associada à deterioração do vínculo parental e afastamento do genitor não guardião. O equilíbrio é conquistado mediante a qualidade dos vínculos que se mantêm, sendo este o aspecto mais efetivo na superação das dificuldades. É necessário tempo e paciência para que se possa digerir todas as vicissitudes e se adaptar ao novo estilo de vida e realizar uma nova costura.

Féres-Carneiro (2003) constatou que os cônjuges se separam não porque desqualificam o casamento, mas porque o valorizam de tal forma que recusam que a conjugalidade não corresponda às suas expectativas e exigências. Tanto há uma valorização que a maioria dos divorciados acaba caminhando para o recasamento, na busca de satisfazer as expectativas que não foram supridas na união anterior (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

A separação aparece como um dos fenômenos que mais promoveram mudanças nas configurações familiares, pois com a ruptura da primeira relação conjugal há a possibilidade de um novo casamento ou união. Apresentaremos agora o recasamento e suas repercussões para os filhos.

3 - RECASAMENTO: UMA NOVA TESSITURA

O segundo casamento, que até décadas atrás era proveniente da viuvez, passou a ocorrer entre os divorciados, embora reconheçamos que existiam casais que moravam juntos, sem oficializar a relação. Ao pensarmos nos elevados índices de divórcios na atualidade, não deve causar espanto o fato de que os ex-cônjuges venham tentar a felicidade através do encontro com outro(a) parceiro(a), e busquem construir uma conjugalidade satisfatória.

Até então nada de diferente, mas se nos aprofundarmos na observação das famílias recasadas, podemos notar que há um entrelaçamento de várias pessoas e de suas famílias. Apesar de ser um re-investimento, que em um olhar menos cuidadoso pode indicar uma repetição, não podemos perder o foco de que se trata da construção de uma nova conjugalidade envolvendo outros sujeitos, outras perspectivas, outros projetos de relacionamento, de vida e de novos membros.

Ribeiro (2005) definiu o recasamento como o arranjo não necessariamente oficializado em que, no mínimo, um dos cônjuges foi casado anteriormente, tendo ou não filhos dessa união. Oliveira (2005) distinguiu o recasamento simples (quando só um dos parceiros se recasa e tem filhos) do complexo (quando os dois se recasam e têm filhos). Este arranjo, segundo a autora citada, tem sido apresentado com várias denominações: família refeita, reconstituída, reorganizada, reconstruída, reestruturada, mista, misturada, simultânea, combinada, sinérgica, binuclear.

Concordamos com McGoldrick e Carter (1995) e Travis (2003), que apontaram o termo “recasamento” como o mais apropriado por enfatizar a existência de um vínculo conjugal que forma o alicerce para uma nova constelação, englobando vários sistemas familiares que podem estar representados na união de duas, três, quatro ou mais famílias. Para Osório e Valle (2009) terminologias como: “famílias misturadas ou mistas” sugerem um grau de integração maior do que normalmente é possível; e as demais soam como se fosse apenas uma questão de reorganizar as partes da família já existente ou de reconstruir algo que foi desfeito e agora necessita ser reconstruído, o que não é o caso, já que há uma nova relação. Todas elas podem ser a expressão de algo não construído anteriormente pelos cônjuges nos casamentos anteriores.

A nova tessitura terá que alinhar diversas famílias extensas, em outra família constituída, que envolverá a combinação de diferentes expectativas, experiências, níveis de educação, costumes e tradições peculiares (às quais os membros estavam acostumados) da família original, além dos aspectos individuais de cada um deles. Não é tarefa pouca! Ocorrerão alterações nas redes de relacionamento familiar: regras serão negociadas, fronteiras definidas, haverá o estabelecimento de novos vínculos e dinâmicas.

O recasamento não é um evento isolado; é um complexo processo que envolve diversas mudanças. Se em um primeiro casamento já existem barreiras a serem superadas, como a união de duas histórias pessoais, de dois desejos, de duas individualidades, o que falar de um casal que venha a se unir após o término de uma relação anterior?

Se em uma primeira união carregamos a bagagem emocional de nossa família de origem e nossos sentimentos não resolvidos nesta, no recasamento há, no mínimo, três conjuntos de bagagens: 1) da família de origem; 2) do primeiro casamento; e 3) do processo de separação. Mitos e expectativas sobre casamento, família e filhos, em sua maioria, envolvendo sentimentos de perda e frustração e, no caso dos filhos, angústia e raiva associadas à insegurança da pouca previsibilidade sobre o cotidiano e o futuro estão inseridos nessa bagagem (MCGOLDRICK; CARTER, 1995; SOUZA, 2000; TRAVIS, 2003; KUNRATH, 2006).

Pode pensar-se: no primeiro casamento os cônjuges serão os costureiros que irão planejar a família que será confeccionada, sendo, portanto os responsáveis por tudo que será criado a partir dali. No recasamento, contudo, já existem alinhavos, pedaços de panos e até peças inteiras costuradas que dão forma à história de cada um, como é o caso dos vínculos com os filhos e os familiares.

Na sociedade contemporânea o recasar se tornou algo normal e frequente; metaforicamente dizemos que uma família se desfaz (descostura) e uma se organiza (alinha). Nesse processo, inúmeras dificuldades são enfrentadas, a exemplo do ingresso de novos personagens como os filhos dele e/ou filhos dela. São os denominados irmãos de convívio, irmãos políticos, irmãos falsos, co-irmãos, irmãos por afinidade, irmãos tortos, irmãos do recasamento, que não possuem entre si vínculo

consanguíneo (WAGNER; SARRIERA, 1999; MALDONADO, 1986, 2006; OLIVEIRA, 2005). Neste trabalho optamos por empregar o termo irmãos políticos.

Outro personagem que ingressa na família é o novo cônjuge, que carrega os estigmas já concebidos no imaginário social sobrecarregados de conotações negativas como a “madrasta malvada” e o “padrasto abusador”. Ainda existe a possibilidade do nascimento de um irmão proveniente dessa nova união, o denominado meio-irmão (BUCHER, 1999; FALKE, 2002; WAGNER, 2002, p.30).

Segundo Maldonado (1986) e Souza (2000), por ocasião de uma nova relação conjugal, os filhos passam por outra etapa de elaboração da separação, pois muitos ainda alimentavam a expectativa de uma reversibilidade do casal parental. Brito (2007) também expôs a dificuldade dos jovens para aceitar a separação dos pais, em seu sentido mais amplo, que é a possibilidade de novos relacionamentos e uniões, resistindo a essa idéia, muitas vezes, por lealdade ao outro genitor que não se recasou.

Endossando o que foi exposto acima, Garbar e Theodore (2000) relataram que durante um bom tempo os filhos imaginam e aguardam a possível reunificação dos pais naturais. Com a chegada de um novo parceiro eles se sentem divididos e, em sua maioria, passam a lidar com medos e inseguranças a partir da concretização da ruptura do triângulo que se estruturou. Em uma perspectiva sistêmica da família, as dinâmicas das relações nessa constelação familiar abarcam ricas possibilidades, pois englobam sentimentos, interesses, necessidades e expectativas que proporcionam múltiplas formas de serem vivenciadas, por parte de seus membros, sendo, muitas vezes, conflituosos.

Nessa nova formação, é comumente observada a repetição de antigos padrões relacionais trazidos das famílias anteriores. Há uma mudança de cenário, na tentativa de alterar-se o enredo, até instalar-se uma progressiva criação de uma nova identidade familiar singular. Este é um fator importante, pois muitas das dificuldades enfrentadas podem ser atribuídas ao fato de a sociedade em geral ou os próprios membros das famílias recasadas ou até mesmo os terapeutas de família utilizarem a família nuclear intacta como modelo de família a ser seguido e efetivado (CARTER, 1995; WAGNER; FALKE; MEZA, 1997; WAGNER, 2002; TRAVIS, 2003).

Ribeiro (2005) apontou que o modelo tradicional de família ainda serve como parâmetro na busca de um relacionamento satisfatório para todos os membros, sendo o padrão utilizado para avaliar as configurações que surgiram com o divórcio e o recasamento. Isto dificulta sua legitimação pela frequente repetição de antigas relações que foram internalizados como moldes de relações familiares.

A própria nomenclatura já transparece que se trata de um fenômeno que não possui uma terminologia que a especifique. O prefixo RE, como assinalou Wagner (2002) é proveniente do latim, que introduz um sentido de “novamente”, “de novo”, indicando uma repetição que pode ocasionar numa disfuncionalidade nos núcleos que se inserem no contexto de reproduzir o modelo da família anterior. Segundo Osório e Valle (2009) o recasamento seria um novo casamento no qual os cônjuges, ou pelo menos um deles, se predispõe a fazer diferente do anterior. Nessa observação, os autores fazem um alerta para que não se concretize um fator de risco para o fracasso nessa nova relação: a compulsão de repetir um padrão relacional que já demonstrou ser inadequado em casamentos anteriores, por parte de um ou ambos os parceiros. Eles ressaltam:

Quando se coloca no outro a responsabilidade de fazer o casamento ser diferente geralmente a tendência é repetir um padrão relacional que já mostrou ser disfuncional em um casamento anterior, e aí, por mais que se recase, sempre se estará repetindo um tipo de comportamento que leva os casamentos a não darem certo (OSÓRIO; VALLE, 2009, p. 423).

Um casamento difere de outro não somente pelo fato de que é um novo parceiro, mas pela possibilidade de ser para o outro um parceiro diferente; não só por ter aprendido com as experiências, mas pelo fato de que novos relacionamentos e seus modos psicológicos de ser evocam outros repertórios de pensamentos e sentimentos. Isto possibilita comportamentos novos e outros até já conhecidos que, ao serem distinguidos, impedem a fuga e a desistência do relacionamento atual (BERNSTEIN, 2002). O casal deveria elaborar seu luto da separação anterior, evitando recasar num tempo inadequado, que é aquele permeado ainda de muitos sentimentos fortes em relação ao ex-parceiro(a). Quando este período não é considerado arrisca-se edificar a nova relação em base formada de feridas e mágoas. Aceitar o passado, compreendendo que o outro tem uma história da qual não se faz parte e resolver as pendências do primeiro casamento são atitudes respeitadas consigo próprio, que diminuem a possibilidade de desestruturação da nova relação.

Uma pesquisa realizada por Sager (1983, in TRAVIS, 2003, p.51) apresentou como resultados que a maioria dos membros da família recasada procurava ajuda psicoterápica devido a conflitos ocasionados em razão de cerimônias e celebrações nas quais não eram incluídos ou às quais acreditavam que alguém não deveria estar presente. A dificuldade para abandonar a ideia de família nuclear intacta, como apontaram Carter (1995) e Travis (2003), pode acarretar uma exclusão dos pais biológicos ou dos filhos do primeiro casamento, erguendo uma fronteira muito rígida que se sustenta em lealdades em torno dos membros da nova família.

O afastamento da criança de seu genitor que, para alguns casais de segunda união poderia parecer empecilho no processo de estabelecimento vincular maior com o novo cônjuge, acaba-se tornando uma tentativa frustrada de recriar uma família nuclear, até mesmo porque a ausência física de um familiar não provoca, necessariamente, uma ausência psicológica (TRAVIS, 2003). Para os novos parceiros, romper emocionalmente com o passado pode ser uma saída importante, se o casal anterior não teve filhos, pois, com o passar do tempo, ocorre, gradualmente, uma desvinculação; contudo, esse processo não é tão tranquilo quando há filhos envolvidos.

Alguns pais apostam todas as suas esperanças no segundo casamento pelo fato de representar um novo começo, uma nova oportunidade e, para sua consolidação, o melhor seria que os filhos partilhassem dessa nova história. Alguns pais querem que estes abandonem o passado e com ele a presença do outro genitor, negando a existência não apenas de sua vida anterior como de seus parentes. Quando a separação não é consensual esse fato ocorre com maior frequência e os filhos podem tornar-se presas fáceis, sofrendo as consequências dos desafetos entre os pais que não ultrapassaram os ressentimentos do ex-cônjuge e da separação.

Oliveiro Ferraris (2002) esclareceu que, para a família recasada poder funcionar necessita suportar-se a perda da coesão do grupo anterior e esforçar-se para construir outra, compreendendo que haverá modificações ao sacrificar seu funcionamento anterior e ao aceitar novos. Para os filhos, essa tarefa pode ser difícil e confusa, pois estes não desistiram de seu apego ao primeiro genitor. Dessa forma, podem surgir conflitos de lealdade gerados pelas novas relações, sentimentos ambíguos, oscilações e

resistências em estabelecer vínculos com a família formada, principalmente com o novo parceiro do genitor recasado.

As relações afetivas são muito delicadas para as crianças. Garbar e Theodore (2000) relataram que, psiquicamente, os filhos passam por ajustes que implicam reconstruir relações mais individualizadas com os pais após a separação e criar novos laços com o cônjuge de um ou ambos os genitores recasados e, eventualmente, com os irmãos políticos (filhos do padrasto/madrasta). Os filhos podem ser confrontados com diferentes modos de vida tendo que se adaptar a dois novos núcleos, que podem ser muito diferentes entre si, até mesmo com orientações contraditórias, apresentando comportamentos e respostas distintos nesses núcleos.

Minuchin e Nichols (1995) pontuaram que, se em um primeiro casamento já não é fácil coordenar a educação dos filhos, no qual os pais estão inclinados a seguir (ou modificar) as tradições nas quais foram formados e habituados, o que não dizer da dificuldade numa segunda união em conciliar dois estilos diferentes de parentalidade, uma vez que já se estabeleceram regras e ritmos anteriormente? Passar do “nós” da primeira família para o estabelecimento da identidade da segunda exige tempo e paciência, podendo nem ocorrer o sentimento de pertencimento desses filhos à família recasada, por acreditarem estes que estão traindo um dos pais biológicos e por manterem um grande apego ao genitor com quem não residem (OLIVEIRO FERRARIS, 2002).

Para McGoldrick e Carter (1995), a família recasada leva de dois a cinco anos para criar o sentimento de pertencimento, para a maioria de seus membros.

[...] a intimidade instantânea que as famílias recasadas esperam de si mesmas é impossível de obter, e os novos relacionamentos são ainda mais difíceis de negociar, uma vez que não se desenvolvem lentamente como nas famílias intactas, mas começam no meio do caminho, depois que o ciclo de vida de uma outra família foi deslocado (McGOLDRICK; CARTER, 1995, p.346).

Em suas pesquisas com adolescentes, Wagner (2002) apontou que aqueles que conseguiram resgatar e preservar o vínculo entre pais e filhos obtiveram mais êxito na reorganização familiar, devido à segurança do amor dos pais que possibilitou aos filhos lidar com a erupção de sentimentos e o mundo de novidades que chegaram com a

separação e o recasamento. Concordando com o que foi apontado, Guimarães e Amaral (2009) enfatizaram que é imprescindível a garantia do acesso dos filhos aos seus pais biológicos, o que pode acarretar a criação de um clima de cordialidade com os novos cônjuges, uma vez que eles não ameaçam sua relação com o genitor ausente.

Um fator preditor de conflito nas famílias recasadas se inscreve no fato de desconsiderar-se, conforme exposto anteriormente, que a ligação pai-filhos ou mãe-filhos nasceu antes da união dos cônjuges, o que pode produzir rivalidades e conflitos entre os parceiros e os enteados, como se a relação fosse de um mesmo nível hierárquico. É preciso o cultivo das relações familiares, já que os filhos, ao se sentirem abandonados pelo seu pai ou pela mãe, podem vir a não desenvolver uma atitude de aceitação com o padrasto ou madrasta por acreditarem que são rivais e estão usurpando a atenção que deveriam estar recebendo (CARTER, 1995; BERNSTEIN, 2002).

Garbar e Theodore (2000) ratificaram que, em geral, os filhos do divórcio que não fizeram o luto da separação podem ver a segunda união de seus genitores como uma traição, sendo imprescindível dar um tempo entre a ruptura da primeira família e o estabelecimento de uma segunda. Desta forma se permite que todos assimilem lentamente as emoções e as transformações advindas com o recasamento. Minuchin e Nichols (1995) já advertiram que momentos de transformações e transições familiares, como é o caso do divórcio e do recasamento, são associados ao aumento de estresse devido à necessidade de redefinições dos papéis e das leis que orientam as interações familiares.

Os filhos do divórcio podem ter pensamentos desestabilizadores, pois acompanharam seus pais deixando de se amar e, sendo assim, o fantasma do abandono pode aterrorizá-los por não parecer mais algo tão distante e impossível. Isto pode levá-los a competir com a nova família, resistindo a mudanças nos padrões que já foram estabelecidos antes com seus pais biológicos na tentativa de boicotar os novos integrantes (MINUCHIN; NICHOLS, 1995; GARBAR; THEODORE, 2000).

As relações estabelecidas na nova família ainda sofrem influências outros de fatores como a idade e residência principal dos filhos, as circunstâncias do divórcio (que podem ter acentuado conflitos financeiros e de custódia) e as alterações dos papéis familiares. Esse último aspecto merece algumas considerações. Pode até parecer trivial,

mas esses filhos passam a coabitar com pessoas que até então não se relacionavam, que não eram considerados como membros de sua família e, que com o recasamento dos pais, passam a ter que conviver com padrasto/madrasta e seus filhos.

Como explicar o fato de “irmãos” que não possuem o mesmo sobrenome? Como aprender a ser o filho do meio quando sempre se foi o mais velho? No caso de adolescentes e jovens adultos, ainda podem ser questionados os “tabus de incesto”, pois eles “devem” considerar-se entre si como irmãos. Não é raro encontrarmos também casos de segunda união na qual as esposas possuem apenas alguns anos a mais que os filhos de seu companheiro, o que pode favorecer também um ambiente incestuoso. Isto pode dificultar a administração dessas relações em que não há vínculos biológicos que intervenham na proibição do incesto e em suas fantasias (GARBAR; THEODORE, 2000).

E ainda temos que ponderar que o recasamento traz consigo a família extensa que sugere problemas práticos de como deve ser o tratamento dispensado aos pais, irmãos, sobrinhos e ex-cônjuge do(a) padrasto/madrasta (McGOLDRICK; CARTER, 1995). A convivência com esses diversos personagens pode possibilitar uma maleabilidade nas interações, sendo enriquecedora, mas também pode tornar-se perturbadora, principalmente nos primeiros contatos com essa rede relacional (FERNANDES, 2006). Garbar e Theodore (2000) denominaram essa justaposição de sub-grupos de “família mosaico”: uma família em que há os “meus filhos”, os “seus filhos” e os “nossos filhos”, pai, mãe, madrasta, padrasto, irmãos, meio-irmãos, irmãos postiços, avós, tios e primos “verdadeiros” e “falsos” (p.161).

Como a literatura aponta, há um mergulho instantâneo em papéis e fronteiras ainda não claramente definidos. Não há ligações biológicas e nem respaldo legal para as funções de padrasto, madrastas, enteados e irmãos políticos. Possivelmente é a convivência o fator de maior interferência na promoção e consolidação da integração familiar.

Em pesquisas realizadas com jovens de família recasadas, constatou-se que estes integravam em sua família o(a) padrasto/madrasta e os irmãos políticos pelo critério da coabitação, pois consideravam sua família aqueles com quem moravam há mais de dois anos, expressando a importância do tempo de convivência e do

recasamento dos pais para o sentimento de pertencimento à família (WAGNER, 2002; TRAVIS, 2003). Sendo assim, o sentimento de estar em casa (mesmo para aqueles que não residem) é essencial para o estabelecimento do vínculo familiar. É nesse espaço que se efetivará a convivência e o estabelecimento das fronteiras e das relações afetivas de cada subgrupo nessa nova família. É ao longo da vida cotidiana que os elos se originam e se efetivam. Os que não residem, ou aqueles que não possuem a percepção de acolhimento, tendem a sentir-se não pertencentes àquela família, por não estar construindo uma história conjunta.

Fernandes (2006) pontuou que guardar um espaço físico concreto para os filhos que seja somente deles, pode significar ter um lugar cativo no coração dos pais que recasaram e facilitar o sentimento de pertencimento. Pode ocorrer que os pais com quem os filhos não moram, por se sentirem enciumados da relação do filho com o novo cônjuge do ex ou por dificuldade de elaboração da separação, por conflitos financeiros e de custódia, bem como por sentimentos de fracasso e raiva, passem a exercer influência emocional buscando a cumplicidade dos filhos, interferindo no clima familiar da nova casa. Este fator foi constatado em pesquisas anteriores nas quais se concluiu que uma relação positiva entre os adolescentes e os novos parceiros dos pais é intermediada pela relação satisfatória que os filhos têm com seus progenitores. Caso isso não ocorra pode ser um complicador para o ajustamento da família recasada (WAGNER; SARRIERA, 1999; OSÓRIO; VALLE, 2009).

Corroborando com essa idéia, Ribeiro (2005, p.46) expressou ser importante a participação de pais biológicos e enteados no envolvimento do “aprendizado familiar” do recasamento. Para os genitores não recasados, é necessário não se deixar levar pelo ciúme de uma nova figura ao lado de seus filhos, para que este fato não interfira no desempenho de sua função de pai/mãe, pois viria suscitar conflitos de responsabilidades e competições pelo afeto dos filhos.

3.1- O recasamento e suas repercussões nos filhos

O ciclo de vida familiar e a idade dos filhos podem exacerbar os conflitos nessa nova constelação. Filhos menores aceitam melhor os novos parceiros dos pais tendendo aproveitar, com mais naturalidade, as relações que lhe são propostas. Isto facilita o acesso já que eles apresentam menores resistências. Já os adolescentes são mais resistentes a esse processo, tendendo sentirem-se traídos pelos pais, diante do fato de entenderem que seria a hora deles começarem seus relacionamentos amorosos uma vez que consideram os pais “velhos” para uma nova etapa amorosa. Além disso, eles podem ter dificuldade para aceitar a autoridade do parceiro da mãe e da nova esposa do pai por perpassar questões relacionadas à lealdade aos genitores. Os adolescentes e jovens adultos já possuem um passado e uma trajetória que os novos cônjuges dos pais desconhecem, o que pode ocasionar muitos desacertos por falta de informação e conhecimento sobre a personalidade dos jovens. (McGOLDRICK; CARTER, 1995; GARBAR; THEODORE, 2000; NAFFAH NETO, 2003; RAMIRES, 2004; RAMOS, 2003; COSTA, 2008; OSÓRIO; VALLE, 2009).

Garbar e Theodore (2000) acrescentaram que os adolescentes estão em uma fase de reorganização identificatória que acarreta uma dificuldade relacional com adultos peculiar a essa fase, na qual já podem existir problemas relacionais até mesmo com os próprios pais. Desse modo, a probabilidade do(a) padrasto/madrasta escapar disso é mínima. Clingempeal (in MCGOLDRICK; CARTER, 1995) constatou que os enteados apresentam uma maior tendência de sair de casa mais cedo do que os filhos que vivem com seus pais biológicos. Por outro lado, eles também vivenciam ambiguidades devido à culpa por gostar do padrasto ou madrasta, ou por fazer parte de uma família na qual o outro genitor é excluído.

Sweeney (2007) selecionou 890 jovens que viviam em famílias recasadas, após o divórcio dos pais. Eles foram submetidos a diversos instrumentos que mediam, sobretudo: depressão, controle social, estilo parental, estresse, instabilidade emocional, além de controlar as variáveis sócio-demográficas (idade, sexo, etnia, escolaridade, nível sócio-econômico). Ela concluiu que houve grande variabilidade no bem-estar dos adolescentes oriundos de famílias recasadas, existindo tanto fatores positivos quanto negativos. A autora alertou para a necessidade de conhecer a história prévia do sujeito; bem como seu relacionamento com a mãe e as características desta; os que não

contavam com o apoio de familiares tenderam a apresentar maior instabilidade emocional.

Estudiosos como McGoldrick e Carter, (1995), Travis (2003); Guimarães e Amaral, (2009); Osório e Valle (2009) alertaram que quanto mais discrepante for a fase na qual os parceiros se unem, maior a dificuldade de transição, adaptação e integração na nova estrutura. Quando ambos possuem filhos do primeiro casamento mais fácil será lidar com as demandas pertinentes aos filhos de um dos cônjuges, pois há experiências já vividas por ambos que facilitam manejar as situações, as tarefas, a atenção e as possíveis dificuldades com os filhos, sejam eles “os meus” ou “os seus”. Contudo, pode haver complicadores em função de questões disciplinares, pois filhos pequenos e adolescentes demandam papéis ativos (decisões, atenção, cuidados) por parte dos genitores com quem não moram. Financeiramente a manutenção de uma família maior é mais difícil e, complementando este cenário, ainda há expectativas emocionais de que todos se integrem e formem uma família feliz.

Antigas lealdades não podem ser substituídas por novos laços. É impossível estabelecer-se um amor instantâneo, como se os membros fossem sempre uma única família. As mães e as madrastas, por exemplo, podem disputar a criação dos filhos. No caso dos padrastos, isto é menos comum porque, por um lado, muitas vezes o pai fica mais ausente da vida dos filhos. Por outro lado, os padrastos, embora às vezes se sintam excluídos, toleram melhor o relacionamento entre a mãe e os filhos, sendo seu papel mais simples e restrito que o da mulher (RAMOS, 2003).

É consenso entre os autores que as relações entre os filhos e os pais devem ser especialmente respeitadas; o papel parental deve ser desempenhado pelos genitores e o padrasto/madrasta deve auxiliar sem intervir diretamente nas relações e em questões importantes e disciplinares referentes aos enteados, até que ocorra, progressivamente, uma filiação afetiva. É salutar que os(as) padrastos/madrastas comecem estabelecendo uma relação cordial e amistosa com os enteados, que pode evoluir para uma verdadeira adoção emocional (MINUCHIN; NICHOLS, 1995; GAMEIRO, 1998; GARBAR; THEODORE, 2000; COSTA, 2008).

Complicações podem ocorrer quando os cônjuges estão em ciclos de vida familiar diferentes, a exemplo do homem que tem filhos de um casamento anterior e a esposa não tem filhos, e está em sua primeira união conjugal. Desse modo pergunta-se: como conciliar as expectativas românticas desta, com as necessidades dos filhos da união anterior? Para a jovem esposa, como lidar com suas prioridades na construção da conjugalidade e, ao mesmo tempo, ter que conviver com os enteados e ser a madrasta, sem ter experimentado a maternidade? Garbar e Theodore (2000) relataram que há novos cônjuges que não estão preparados para assumir a empreitada de se tornar “pais” e “mães” de crianças com quem não conviviam, sentindo-se, antes de mais nada, “esposos” e “esposas”. Ao considerarmos que a vinda de uma criança que foi desejada e esperada proporciona ao casal parental uma revolução em suas vidas, tanto afetiva como financeiramente, a dificuldade pode ser grande para quem tem que conviver com “filhos” crescidos que não conhecia, não desejou e nem criou.

Aliado a esse fato, os recasamentos comumente acionam papéis de gênero a serem desempenhados. Embora os papéis de pai, mãe e filhos sejam claramente definidos na sociedade ocidental, o mesmo não ocorre com os papéis que foram criados com o recasamento, ou seja, madrasta, padrasto, enteados, irmãos de convívio ou políticos carecem de definições que os especifique (TRAVIS, 2003). No imaginário social, a mulher é o alicerce emocional do lar, a quem cabe a responsabilidade pelo cuidado dos filhos e da casa. Espera-se que ela estabeleça as regras de funcionamento e a gestão doméstica, bem como tente compensar emocionalmente os enteados que, porventura, tenham sofrido na primeira família mesmo se eles não a aceitem por ter-se casado com seu pai. Ela deve mostrar-se flexível e compreensiva, por exemplo, por ocasião das visitas dos enteados que “podem tudo” (se não morarem juntos), afinal eles aparecem de vez em quando. Porém, como administrar as diferenças entre seus filhos, os do cônjuge e os provenientes da nova relação? (CARTER, 1995; FALCKE, 2002; RAMOS, 2003; ROSSI, 2003; RIBEIRO, 2005; GUIMARÃES, AMARAL, 2009).

As funções culturalmente associadas às mulheres perante a sociedade são muito semelhantes: sejam mães ou madrastas espera-se que cuidem da casa e dos filhos. Mas para as madrastas é como se elas vivessem uma dicotomia: a primeira está no sentido da palavra mãe, a qual está intrinsecamente relacionada às qualidades que se atribui a uma mãe, confrontando-se ao da madrasta, sobrecarregada de atributos negativos. A outra se refere ao dilema implícito nos dois papéis: no de madrasta se espera que ela mantenha

certa distância com os enteados para não usurpar o lugar da mãe; e no de esposa, que ela se dedique intensamente. Cuidado e distância: está criado o conflito entre os papéis a serem desempenhados (FALCKE; WAGNER, 2000; FALCKE, 2002; TRAVIS, 2003).

Ribeiro (2005) destacou que se criam expectativas e cobranças sobre a função e o desempenho da madrasta que são de ordem interna e externa permeadas de questões provenientes de construtos histórico-culturais. Ele engloba sistemas de crenças com vasta aceitação social que interferem nas condutas ou modos de pensar dos indivíduos, sendo exemplo do mito da maternidade segundo o qual a mulher é mãe instintivamente (como algo inato e inerente a ela), e o mito da madrasta malvada e cruel transmitida pelos contos de fadas.

Nesse quadro, competições são observadas entre a mãe biológica, a madrasta e a filha, que são mais marcantes que a tríade pai, padrasto e enteado. As filhas normalmente se posicionam como mais responsáveis pelas questões familiares e apresentam sentimentos de lealdade e de proteção à mãe, o que pode gerar conflitos com a madrasta que, em sua concepção, não é capacitada a cuidar de seu pai, embora seja função dela realizar tal tarefa. O pai também pode dificultar, uma vez que, por considerar-se culpado pelo abandono do lar, com a possibilidade de estar criando os enteados em vez de estar exercendo as tarefas parentais com seus próprios filhos, incentiva a filha, adotando comportamentos de extrema proximidade, na tentativa de compensá-la - o que pode gerar ciúmes na companheira, que pode sentir-se diminuída e desconsiderada nessa relação (RAMOS, 2003; GUIMARÃES; AMARAL, 2009).

As filhas costumam ter uma sensação de perda maior que os filhos com o recasamento dos progenitores. Elas podem ter-se tornado confidentes e companheiras de suas mães, quando solteiras, e com a chegada de um parceiro, menos tempo terão para desfrutar dessa relação materna. Com a figura paterna pode ser ainda mais difícil: as filhas tendem a envolver-se numa parceria com seus pais, e a chegada de uma madrasta pode trazer a sensação de estar sendo usurpadas de seu papel. Elas normalmente se posicionam como mais responsáveis pelas questões familiares e apresentam sentimentos de lealdade e proteção, o que pode gerar conflitos com a madrasta (BERNSTEIN, 2002; RAMOS, 2003; GUIMARÃES, AMARAL, 2009).

Conforme alertaram Guimarães e Amaral (2009) os padrastos se incumbem, como é tradição do gênero masculino, da provisão financeira da família, podendo haver conflitos em relação à equidade no compartilhamento do dinheiro e do afeto com os filhos, em comparação com os enteados, assim como com a distribuição dos recursos financeiros para a família atual e a antiga. Em sua pesquisa com jovens de famílias nucleares intactas e recasadas, Wagner e Sarriera (1999) obtiveram como resposta que as funções culturalmente associadas ao gênero são as mesmas, independente da configuração familiar: ao pai e ao padrasto competem a responsabilidade e a manutenção financeira; à mãe e à madrasta, o cuidado com o lar. Os padrastos vivem outro conflito quando assumem um lugar ambíguo: o de intruso ou o de herói que resgatou a família, sendo muitas vezes por um lado, solicitados a ajudar na disciplina de seu enteado, ou, por outro lado, sendo criticados pelo próprio enteado e por sua mãe pela intervenção (OLIVEIRA, 2005).

A situação oposta, na qual não ocorrem rivalidades declaradas e os novos parceiros se comportam como amigos e aliados dos filhos do(a) companheiro(a), igualando as relações, por acreditarem que assim não haverá conflitos, pode ser uma atitude prejudicial, pois enfraquece as barreiras intergeracionais. Com isso, os limites e as fronteiras ficam fragilizados, diluem-se valores, o que pode causar ansiedade e, em alguns casos, pode até propiciar um ambiente incestuoso (GARBAR; THEODORE, 2000; NAFFAH NETO, 2003). Pode ocorrer também o distanciamento dos enteados, que se sentem frustrados e à parte da família, diante da não receptividade dos novos cônjuges de seus genitores, relacionando-se mais intensamente com os pais/mães biológicos e com os irmãos e meio-irmãos (BERNSTEIN, 2002; RIBEIRO, 2005).

Um dos aspectos centrais das famílias recasadas concerne ao fato de como manter a colaboração entre os pais biológicos, sem que isso prejudique o novo casal e, concomitantemente, possibilitar uma abertura para o exercício da coparentalidade, pelo novo cônjuge, sem que isso se torne uma intrusão. O encontro desse equilíbrio facilitaria a vida dos filhos que poderiam dar uma continuidade à relação com o genitor com quem não residem e facilitaria o estabelecimento e consolidação da vivência com o(a) padrasto/madrasta (GUIMARÃES; AMARAL, 2009).

Ao considerarmos as diferentes relações: entre padrastos/madrastas, progenitores, enteados e filhos biológicos, não poderíamos deixar de nos referir à fratria na família recasada. Uma das características do relacionamento fraterno é a ambivalência de sentimentos, estando associado a afetos, tanto positivos quanto negativos, sendo uma das relações mais intensas e ricas de experiências na aprendizagem de padrões de comportamento. Ele serve de laboratório para as relações sociais que serão efetivadas fora do núcleo familiar. Além de que no subsistema fraterno existe uma simetria nas relações estabelecidas entre os irmãos e que perdura por toda a vida (SILVEIRA, 2002).

O subsistema fraterno é inaugurado com a chegada do segundo filho assim como ocorre no primeiro é uma fase de expansão familiar que pode ocasionar um desequilíbrio ao sistema. O impacto dessa mudança é sentido pelas modificações que esse fato ocasiona em toda a organização familiar, seja em sua estrutura material, de espaço (que será distribuído), de tempo, seja nas relações entre seus participantes que devido ao aumento no número dos membros familiares ocorreria também o aumento de interações diádicas e dos subsistemas envolvidos (PEREIRA; PICCININI, 2007).

Pensando nas alterações que ocorrem com a chegada de um filho na família nuclear intacta e sua influencia na dinâmica familiar, podemos considerar a complexidade de mudanças que as famílias recasadas vivenciam com a chegada de novos membros que não têm a mesma origem que a sua. Em relação ao subsistema fraterno interrogamos como se dá a convivência com os irmãos políticos, que até então não se sabia da existência. Como percebem a chegada de um meio-irmão fruto da nova relação dos genitores com os(as) padrastos/madrastas?

Autores como McGoldrick e Carter, (1995), Pereira e Piccinini, (2007) afirmaram que a chegada de novos membros provoca, necessariamente, uma nova adaptação familiar. No caso de um recasamento, em que já foi necessário um ajuste à nova união de um ou de ambos os genitores, haveria outra acomodação com a chegada de filhos dos parceiros de seus pais e ainda com a notícia de gestação de um meio-irmão: diversas são as adaptações pelas quais esse grupo irá passar.

Oliverio Ferraris (2002) referiu-se aos problemas que podem aparecer no começo da reorganização familiar como: as divisões de espaço e objetos materiais; a

mudança no status (posição) no interior do grupo fraterno, que pode implicar na perda de seu papel no subsistema familiar; as alianças ou coalizões; as preferências por parte dos pais, entre outros. As variações passam a ser intensas e complexas nesse subsistema: o amor e a afinidade não serão alcançados instantaneamente na fratria recasada; e a forma como vão enfrentar essas modificações e reorganizações irá depender do tempo da transição, das características individuais de cada envolvido, de suas histórias pessoais, dos desafios a serem superados e do estágio que se encontram quando essas transformações são requeridas (OLIVEIRA, 2005).

Em sua pesquisa, Oliveira (2005) identificou que os irmãos biológicos, por terem vivenciado a separação e o recasamento de seus progenitores, estabeleceram uma cumplicidade que ensejou uma maior proximidade, além de crescimento e amadurecimento pessoal, podendo ser uma importante fonte de ajuda no ajustamento ao recasamento dos genitores. Contudo, esclareceu que tais experiências marcam profundamente os filhos, que experimentam perdas emocionais e materiais:

[...] é justamente a possibilidade de elaborar tais perdas que impulsiona a formação de relações mais ou menos favoráveis com os pais, com o padrasto ou madrasta e com os co-irmão e meio-irmãos. Além disso, as marcas deixadas por essas perdas poderão também transformar negativamente a relação entre os irmãos biológicos (OLIVEIRA, 2005, p. 267-268).

Entre os irmãos biológicos as relações seriam enfraquecidas quando ocorresse formação de triangulações familiares (um dos genitores se une a um dos filhos excluindo o outro), ou seja, um dos pais recebe o apoio de seu filho em detrimento do outro cônjuge, por motivo de separação ou porque o ex-cônjuge está casando-se pela segunda vez; o irmão pode opor-se a essa aliança ficando favorável ao genitor excluído, demarcando uma divisão psicológica, causando conflitos e ressentimentos na família. Os irmãos podem se perceber como pessoas sem afinidades no compartilhamento de sentimentos e atitudes, ocorrendo um desinvestimento emocional (OLIVEIRA, 2005, p.268).

Sendo assim, as relações fraternas entre os irmãos biológicos, bem como as demais relações humanas podem variar conforme as experiências vividas, e no caso da separação e recasamento, a forma como os progenitores lidam com os acontecimentos, com as lealdades e sentimentos dos filhos pode ocasionar uma aproximação ou um enfraquecimento do subsistema fraterno.

Segundo Oliveira (2005) as relações estabelecidas entre os coirmãos, inicialmente, é permeada por rivalidades e competições, em decorrência dos intensos sentimentos experimentados, tais como invasão, ameaça, ciúmes e incômodos por medo da perda do afeto de seu pai ou de sua mãe. Surgem as disputas por espaços, utensílios materiais, que são mais complexas que no caso dos irmãos biológicos, devido à percepção de não se sentirem numa relação de igualdade, tornando as reivindicações por atenção, propriedades, espaços num simbolismo de amor dos pais, sendo a divisão uma difícil tarefa.

O contato e a convivência que são proporcionados ao longo do tempo podem possibilitar a formação de vínculos entre os irmãos políticos que se percebem beneficiados nessas relações. Não há um período pré-determinado para que isso ocorra (podendo até mesmo não ocorrer e perdurar a rivalidade); sentimentos de amizade, companheirismo e confiança podem desenvolver-se gradativamente com o amadurecimento dos filhos ou por ocorrências imprevisíveis, a exemplo de alguma crise familiar. Características como o sexo e idade dos coirmãos também contribuem para a formação de identificações significativas que os aproximem (OLIVEIRA, 2005).

Fernandes (2006) expressou que nas fratrias recasadas, os irmãos políticos podem encontrar mais afinidades e alegria nas relações entre si do que entre os irmãos biológicos. Para um filho que era único pode tornar-se gratificante “irmanar” com esses novos personagens, não mais sobrecarregando seu papel de filho podendo dividir com este as tarefas e funções.

Em pesquisa com filhos de famílias originais e filhos de famílias recasadas Wagner e Sarriera (1999), Wagner (2002) encontraram uma relação mais estreita de companheirismo e cooperação entre a fratria biológica na família recasada. Essa proximidade contribuiria para a anuência e integração dos irmãos políticos, provavelmente por terem experimentado situações e eventos semelhantes, como a dissolução conjugal de seus pais e o tempo de convívio desse subsistema.

Apesar das alterações que o nascimento de um bebê acarreta à família, o meio-irmão é visto como elo de união, confirmação da instauração familiar. Desse modo, ele pode contribuir para fortalecer os elos entre seus componentes, reforçando a concretização da relação que perderia o caráter de temporariedade, tendendo a ser bem

aceito pelos filhos do primeiro casamento (OLIVEIRA, 2005). Todavia, os sentimentos fraternos podem ser ambíguos e mesmo flutuantes. Associado à vinda de um novo irmão pode estabelecer-se um retorno às dores guardadas que não foram bem elaboradas pelos filhos da primeira união e o novo irmão pode tornar-se a sentença definitiva da não reversibilidade do casal parental.

Garbar e Theodore, (2000), Oliveira, (2005) chamam atenção para outros fatores que podem influenciar no estabelecimento das relações fraternas, a exemplo do tratamento dispendido pelos pais biológicos e pelos(as) padrastos/madrasas. Se houver mudanças de atitudes para com os filhos do primeiro casamento, com a chegada de um novo bebê da atual relação, eles terão dificuldades para aceitar desigualdade de cuidados e atenção o que pode prejudicar as relações, e até mesmo a forma como os pais educam seus filhos pode ser percebida como diferente da maneira como tratam os filhos do outro cônjuge, causando mal-estar quando é percebido um favoritismo para com os coirmãos.

A diferença de idade entre os meio-irmãos é outra categoria importante a ser considerada: quando ainda pequenos e tendo convívio com o novo meio-irmão as relações tendem a ser semelhantes às relações entre irmãos biológicos; quando a diferença de idade é grande pode ocorrer que o filho do primeiro casamento se torne um irmão parental do novo irmão, ou seja, um cuidador. Entretanto, sem a possibilidade de convívio e acesso entre os irmãos, pode ocorrer um grande distanciamento que inviabiliza essa relação (OLIVEIRA, 2005).

É importante ressaltar que como a família é um sistema, as relações entre os irmãos, irmãos políticos e os meio-irmãos devem ser compreendidos a partir de uma visibilidade das condições, das influências e das experiências de sua família e das interações entre os diversos membros que a compõem:

A dinâmica das relações fraternas em famílias recasadas é essencialmente marcada pela possibilidade de compartilhar experiências, construir e re-significar as relações ao longo do tempo, formando-se, assim, os vínculos possíveis (OLIVEIRA, 2005, p.300).

Uma crença muito difundida diz respeito ao fato de que todos os problemas enfrentados e dificuldades advindas dos filhos seriam ocasionados por pertencerem a uma família recasada. Wagner, Ribeiro, Arteché e Bornholdt (1999) afirmaram que, apesar do incremento da complexidade das relações na família recasada, isto não significa necessariamente que se estabeleçam conflitos que comprometam o desenvolvimento e o bem-estar psicológico dos filhos. Não se pode interpretar a complexidade dessa constituição familiar e nem as diversas interações estabelecidas entre os membros como disfuncionalidade (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI, 2009).

Wagner (2002), em outro estudo, declarou que os filhos pertencentes a essas famílias podem ser felizes e equilibrados, não sendo o recasamento o fator de desestruturação e desestabilização, podendo mesmo ser uma alternativa muito eficaz para a reconstrução familiar. Travis (2003) também afirmou que o recasamento em si, a longo prazo, não incidiria em efeitos negativos; o que ocorreria, entretanto, seriam acontecimentos familiares concomitantes, provocando esta impressão nas pessoas.

Autores como Garbar e Theodore (2000), Travis (2003), Fernandes (2006) esclarecem que há a possibilidade de relacionamentos satisfatórios entre enteados, padrastos/madrastas e fratrias mistas. Os adultos tornam-se modelos identificatórios. No caso de o genitor não residente desaparecer da vida dos filhos, o novo parceiro (ou parceira) da mãe (ou do pai) passa a ter uma importância maior para as crianças. Porém, é necessário compreender que eles não são os pais verdadeiros e para que isso ocorra é necessário tempo para os enteados se vincularem afetivamente.

Em sua pesquisa sobre o nível de bem-estar dos adolescentes de família nuclear intacta e de famílias recasadas, Wagner et al (1999) constataram que o bem-estar dos filhos não se encontra associado ao tipo de configuração da sua família. Tanto os adolescentes de núcleos originais como os recasados apresentaram o mesmo nível de bem-estar, enfatizando a preponderância do desempenho do papel e as interações relacionais satisfatórias, ou seja, muitos padrastos ou madrastas também podem desempenhar de forma exitosa o papel de coparentalidade.

Oliveiro Ferraris (2002) apresentou que, quando há boas relações entre os progenitores e os novos cônjuges, a criança ganha a possibilidade de ter mais de uma figura de apego e de estabelecer um vínculo diferente com cada um deles. Também

existem casos em que o segundo casamento proporciona estabilidade e identidade familiar para os filhos, podendo ser aceitos desde seu início. Como se vê, na regra há sempre exceções.

Uma grande quantidade de irmãos equivaleria, no decorrer do tempo da família recasada, uma maior riqueza e diversidade de interações sociais e maior possibilidade de amar e ser amado fraternalmente. A flexibilidade e a interação das relações familiares pode gerar uma ampla rede de recursos promotores de saúde, independente destes serem fruto de um primeiro casamento ou de um recasamento. Nas famílias que funcionam bem, os filhos tornam-se mais autônomos e mais espertos por terem aproveitado a diversidade e potencializado sua abertura para a vida e o mundo no qual estão inseridos, adaptando-se com mais facilidade às experiências vividas (WAGNER; RIBEIRO; ARTECHE; BORNHOLDT; 1999; FERNANDES, 2006).

Em síntese, vimos como as transformações sociais, culturais e econômicas, ao longo dos tempos, provocaram mudanças nos valores e crenças e afetaram diretamente o casamento e as famílias. Mesmo assim, os indivíduos estão mostrando que é possível romper com as estigmatizações conservadoras, encarando os desafios impostos com esperança e coragem. Podemos dizer que as relações na família recasada são mais complexas do que as estabelecidas na família do primeiro casamento e que vários fatores podem gerar obstáculos ao seu bom funcionamento.

Na nossa opinião, é necessário que o casal esteja bem coeso acerca da forma como educa os seus filhos e estabeleçam as regras na nova família, de comum acordo. Assim evitar-se-á o surgimento de conflitos desnecessários que poderão minar a relação. As madrastas e os padrastos devem manter-se a uma distância necessária e respeitosa propiciando a manutenção dos vínculos estabelecidos entre os genitores e seus filhos, compreendendo que essa inserção familiar é gradual e nova para todos os envolvidos. São necessários ainda flexibilidade e paciência, capacidade de comunicação e negociação, respeito à individualidade e ao ritmo de cada um, para a adaptação nessas famílias.

O recasamento pode oferecer oportunidade tanto para crescimento pessoal como para relações familiares e sociais ricas e harmoniosas, embora demande arranjos no sentido de residência, economia e papéis. Tanto os pais como os filhos precisarão adequar-se a essa nova tessitura que, muitas vezes, é feita como uma colcha de retalhos formada de sentimentos de fracasso, mágoas, vulnerabilidade, medo e insegurança sobre o futuro, dúvidas acerca dos novos papéis a serem desempenhados, como também de esperanças e desejo de ser feliz.

4 - OBJETIVOS E MÉTODO DO ESTUDO

Objetivo geral: Compreender a percepção dos filhos ante as mudanças ocorridas em suas vidas devido ao processo de recasamento de um ou de ambos os genitores no âmbito da convivência familiar.

Objetivos específicos:

- Identificar os fatores facilitadores e os originadores de conflito na convivência;
- Relacionar os sentimentos experimentados e as necessidades sentidas;
- Caracterizar o processo de adaptação e as fontes de apoio encontradas.

MÉTODO

4.1- Natureza da pesquisa

Optamos pela pesquisa qualitativa por entender que essa metodologia é a mais apropriada aos objetivos do presente estudo. O investigador clínico-qualitativista não possui como objetivo demonstrar como um fenômeno se comporta numericamente, mas seu alvo de interesse são as significações/significados que um indivíduo ou grupo atribuem aos fenômenos da natureza que lhes dizem respeito. Sendo assim, contempla o estudo da subjetividade ocupando-se com a elucidação e o conhecimento dos processos de significação que a constituem. “As significações são obtidas através da fala e do comportamento das pessoas ou da comunidade em estudo” (TURATO, 2003, p.361).

4.2. Participantes

Participaram quatro sujeitos na faixa etária entre de 15 a 24 anos de idade, ou seja, adolescentes e jovens adultos, de camadas médias, cujos pais tinham recasado pela primeira vez, saindo de uma separação consensual ou litigiosa. O critério de inclusão foi de que a união decorrente do recasamento já durasse, no mínimo, quatro anos. Esse período foi estabelecido porque estudos apontaram que, em se tratando de famílias recasadas, pode constatar-se que o sentimento de se estar em família processa-se em um

período de dois a quatro anos (DAHL e col.,1987, citados por CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

Todos eles atenderam ao requisito de possuírem, no mínimo, um irmão biológico, e/ou meio-irmão, e/ou irmão de político, podendo ou não coresidirem atualmente, porém deveriam manter contato. Não houve preferência relacionada ao sexo dos entrevistados: dois são do sexo masculino e dois do sexo feminino.

A seguir serão apresentados os quatro participantes que fizeram parte desta investigação, ressaltando-se que todos os nomes referidos nesse trabalho, não apenas dos participantes, mas, como dos(as) padrastos/madras, irmãos biológicos, irmãos políticos e, meio-irmãos, são fictícios para preservar a identidade dos mesmos:

1) ALICE: tem 15 anos de idade e cursa o ensino médio. Reside atualmente com sua mãe e o padrasto, seu meio-irmão de 2 anos e um irmão político de 7 anos de idade. Após a separação consensual de seus genitores, quando ela tinha 5 anos de idade, sua mãe recasou-se há 4 anos, já estando grávida de seu irmão mais novo. O convívio com o irmão político só ocorreu há dois anos. O pai de Alice não se casou novamente e nem possui outros filhos.

2) BRUNO: tem 24 anos de idade e terminou a faculdade este ano. Mora com seu pai e com seus irmãos de 28 e 27 anos, ambos do sexo masculino, desde a separação, há dez anos (tendo na época 14 anos). Esta não foi consensual e teve como motivo a infidelidade da mulher, tendo ocorrido muitas brigas, agressões físicas, tentativas de reconciliação e de suicídio. Houve uma grande desestruturação familiar que ocasionou a saída de sua mãe da cidade a que não retornou mais. Os filhos é que vão visitá-la. Dois anos após a separação a mãe recasou-se e seu companheiro, que era viúvo, já possuía filhos, porém bem mais velhos do que Bruno. Este não tem grande aproximação com eles e dessa nova união não houve filhos. Seu pai recasou-se há 5 anos, não teve filhos dessa união, contudo a madrasta possui um filho de 11 anos de idade, estando todos coresidindo na atualidade.

3) CARLOS: 22 anos de idade, está terminando a faculdade, tem uma irmã de 25 anos e um irmão de 24 anos. Os pais são separados há 18 anos (quando ele tinha 4 anos de idade). O pai permaneceu em outro Estado, onde moravam na época da dissolução conjugal, ficando por um tempo com os filhos, pois a separação foi uma iniciativa da mãe. O pai de Carlos não queria o rompimento e até hoje eles permanecem legalmente casados. Durante todos esses anos ele se negou assinar o divórcio. A mãe voltou para a cidade de origem e os filhos residem com ela até hoje. Mesmo não estando divorciado, o pai se uniu, dois anos após a saída da ex-mulher, permanecendo nessa união até este ano, quando encerrou a relação com a madrasta de Carlos. Dessa relação nasceram três meio-irmãos: um adolescente de 16 anos; uma menina de 11 anos e outro menino de 5 anos de idade. A genitora encontrou um novo companheiro quando Carlos tinha 10 anos e moravam todos juntos. O padrasto não tinha filhos, sendo o primeiro casamento dele; porém a união não deu certo, tendo durado apenas um ano. Ele alegou que queria ter seus próprios filhos. Atualmente ambos os genitores estão “namorando”.

4) DENISE: tem 22 anos de idade e está terminando a faculdade. Tem dois irmãos biológicos, ambos do sexo masculino, estando um com 24 anos e outro com 20 anos. Os pais separaram-se há 17 anos (quando ela tinha 5 anos), tendo sido um processo muito doloroso que teve como principal motivo a inadequação, promiscuidade e irresponsabilidade materna. Assim o pai teve que lutar judicialmente pela guarda dos filhos chamando, inclusive, o Conselho Tutelar para verificar as condições em que eles estavam (sujeitos, sem comida, sozinhos). Tanto Denise quanto seu irmão mais velho compareceram à audiência para dizer com quem queriam ficar. O pai obteve a guarda e um ano depois desse evento se uniu a uma nova mulher que era a empregada da casa. No início, esta foi boa, mas após oficializar a relação, começou a maltratar os enteados, inclusive fisicamente. Para a madrasta de Denise esse foi seu primeiro casamento e teve como fruto o nascimento de dois meio-irmãos, ambos de sexo masculino, atualmente com 9 e 3 anos de idade. Na atualidade, moram todos juntos, exceto seu irmão mais velho que

está morando com uma companheira. Sua mãe nunca permaneceu em uma união estável, tendo vários namoros, porém de nenhum teve filhos.

4.3 - Instrumento

Com a obtenção da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNICAP nº 066/2008) iniciou-se a coleta de dados, utilizando-se uma entrevista semi-estruturada, composta de questões relacionadas aos objetivos da pesquisa e a dados sóciodemográficos dos participantes, construída pela autora desse trabalho (Anexo I). Minayo (2004, p. 99) esclarece que a entrevista orienta “uma conversa com finalidade, servindo como facilitadora de abertura, ampliação e aprofundamento da comunicação” obtendo-se assim informações e opiniões pertinentes ao estudo. O roteiro permitiu uma conversação informal que possibilitou ao participante um relato espontâneo de sua experiência, e orientou os temas a serem abordados, não sendo necessário seguir uma ordem rígida, podendo ser acrescido por conteúdos relevantes na elaboração discursiva dos entrevistados.

4.4 - Procedimento de coleta dos dados

O acesso aos entrevistados realizou-se através de pessoas do conhecimento pessoal que indicaram os participantes. Tratou-se, portanto, de uma amostra de conveniência. Todos foram muito disponíveis e aceitaram de imediato participar da pesquisa, tendo até participantes que agradeceram por terem sido lembrados, pois assim poderiam falar sobre seus sentimentos e experiências.

O contato foi feito por telefone e, ao concordarem com a entrevista, agendou-se o encontro individual, no consultório da própria pesquisadora, por escolha dos mesmos, por sentirem-se mais à vontade para falar. Foi contactado primeiramente o responsável, no caso da adolescente, e solicitada autorização para convidar sua filha a participar. Foram feitos os esclarecimentos pertinentes à investigação e a seu propósito (pesquisa de dissertação de mestrado). Explicamos que as entrevistas seriam gravadas e, posteriormente, transcritas literalmente, mas que suas identidades seriam mantidas em sigilo e não seria usada nenhuma informação que possibilitasse a identificação dos mesmos, sendo assim seus nomes seriam alterados garantindo seu direito à privacidade.

Cumprindo com as orientações éticas, foi solicitado a todos os entrevistados a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a que não tinha maioria, os responsáveis que autorizaram a entrevista assinaram o termo (Anexo II).

4.5 - Procedimentos de análise dos dados

O material obtido a partir das entrevistas realizadas foi analisado de acordo com a Análise de Conteúdo, especificamente a Análise Temática. Segundo Minayo (2004, p. 209), ela consiste “em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado”. Dessa forma, foram abordados os temas predominantes nas falas dos participantes e analisados com base no referencial teórico elaborado.

5 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir de nossa revisão da literatura estabelecemos um roteiro orientador para as entrevistas que contemplasse as experiências vivenciadas pelos participantes com a separação, recasamento dos genitores e as mudanças decorrentes desses fenômenos. Encontramos seis categorias de análise que foram identificadas através do roteiro:

- 1) Relacionamento dos genitores antes e após o recasamento
- 2) Convívio com o padrasto/madrasta
- 3) Organização do subsistema fraterno
- 4) As peculiaridades do relacionamento fraterno
- 5) Novos personagens, novas regras
- 6) Expectativas dos filhos na família recasada

5.1.1 - O relacionamento dos genitores antes e após o recasamento

Nessa categoria, nossa intenção foi compreender: a percepção dos filhos sobre o processo de separação e recasamento dos genitores, os sentimentos envolvidos diante do comportamento e das atitudes tomadas, o tipo de relação estabelecida entre os pais e a posição dos filhos diante desse quadro.

Nosso trabalho apresentou os estágios da separação que puderam ser observados nas falas dos entrevistados. Os primeiros momentos, que são a “cognição individual” e a “metacognição da separação” – quando um dos parceiros pensa na possibilidade de separar-se e quando há o anúncio da decisão tomada - são permeados de inseguranças para os filhos. Estes não compreendem bem o que está ocorrendo e se deparam com a notícia de que os pais estão afastados afetivamente (PECK; MANOCHERIAN, 1995, p.294).

Nos casos em que a decisão de terminar a relação foi mútua e os filhos foram esclarecidos sobre as posições tomadas, o ajustamento entre os períodos da “separação do sistema” - a concretização da separação - e da “reorganização do sistema” - transição para uma nova estrutura e funcionamento familiar - foi menos conflituoso, diferentemente foi o caso dos que vivenciaram disputas, agressões e desafetos dos pais.

Estes sofreram com a desordem instaurada - o que comprometeu a qualidade da vida pós-divórcio. A transição para a “redefinição do sistema” - autodefinição e estabilização dos membros da família - foi mais dolorosa (PECK; MANOCHERIAN, 1995, p.294-297).

Autores relatam que a hostilidade presente no processo de divórcio segue o mesmo padrão que existia anterior à ruptura, ou seja, altos índices de conflitos e dificuldades durante o casamento permanecem no tipo de relação que será estabelecida no período pós-separação, sendo este fator determinante na qualidade da parentalidade diante do término da conjugalidade (HACKNER, WAGNER, GRZYBOWSKI, 2006). Em todos os casos entrevistados, esse fenômeno ocorreu, ou seja, o padrão de relacionamento existente antes da separação permaneceu durante o processo de ruptura conjugal, na interação pós-divórcio, e no recasamento de um dos ex-cônjuges. Esta forma relacional foi decisiva para a qualidade e a manutenção da parentalidade por parte do genitor não-residente.

A separação pode promover, mesmo que temporariamente, o afastamento da figura parental não-guardiã. A dor pela perda do contato é referida pelos entrevistados em que a dissolução conjugal foi hostil. Nesses casos, ambas as separações foram decorrentes de uma traição, o que ocasionou grande sofrimento para os filhos que acompanharam e foram envolvidos nos conflitos parentais, presenciando brigas e agressões tanto físicas como psicológicas.

Os participantes relataram a sensação de desamparo, abandono e sofrimento ao ver as consequências desastrosas na conduta dos pais e do afastamento de seus genitores. Denise, em especial, sofreu duplamente: pela separação dos pais em meio a brigas e intervenções judiciais e pelo descaso da mãe que ficou, primeiramente, com a guarda. Ocorre que ela não tinha responsabilidade no cuidado com os filhos e promovia orgias em casa, sendo necessária a presença do Conselho Tutelar e audiência judicial na qual o pai solicitou a guarda, ficando a partir de então com os filhos:

E quando eles se separaram a gente ficou morando com ela e ela não tinha nenhum tipo de responsabilidade. O que eu lembro é que ela dava várias festas dentro de casa. Eu me levantei de madrugada, aí tinha a camisola dela jogada aí eu fui atrás dela pra ver aonde ela tava e ela tava na sala e a cena que mais me chocou foi a que eu vi ela tava na sala com um rapaz e na hora eu não entendi nada. Aí na hora meu irmão me puxou, e no outro dia eu chorava querendo entender aquilo (Denise, 22 anos).

Os filhos que acompanham momentos difíceis e litigiosos na separação parental podem estabelecer alianças com um dos genitores, normalmente o guardião, pelo fato de o perceberem de forma mais positiva. Segundo Brito (2007), essa escolha não depende do sexo do(a) genitor(a), mas das circunstâncias que foram presenciadas. Em sua narrativa Bruno posicionou-se favorável ao pai e relata que não houve negligência ou falha materna, mas acreditou que sua mãe não teve uma conduta correta com o esposo, razão porque todos os familiares a recriminaram:

[...] eu me lembro eu mesmo pequeno eu disse para ela: nós não vamos viver com a senhora vamos viver com o nosso pai e isso é uma opção nossa e ela transtornada porque nem os filhos queriam ficar com ela, ela decidiu ir para outro estado (Bruno, 24 anos).

Embora uma família seja um sistema vivo, constituído por partes cujo comportamento, atitude e expressão de cada membro influenciam e sejam influenciados pelas demais - a interação é sistêmica - todos são responsáveis pelos relacionamentos constituídos. Nesta família a mãe foi “punida” por sua infidelidade, de tal forma que nem a família de origem, nem seus filhos foram condescendentes para com seu sofrimento. Diante das mudanças ocorridas nos últimos tempos como a busca por relações mais igualitárias, a reorganização das relações de poder e a livre expressão do desejo, percebe-se que a incorporação dessas transformações ainda é problemática, sobretudo quando envolve a tradicional divisão sexual (COSTA, 2008; ARAÚJO, 2009).

Apesar do posicionamento dos filhos, seja do lado paterno seja do materno, isto não os livra da perda e da dor de não participar da vida de ambos os genitores. Encontramos nos discursos o desabafo pela falta do genitor não residente nos momentos de necessidade.

No relato dos entrevistados, conforme foram crescendo, deram-se conta da situação em que a família estava imersa e perceberam a necessidade da separação conjugal. Em todos os casos, o contato com o genitor não residente permaneceu, mesmo à distância, não lhes foi proibido o acesso, e as visitas foram constantes. Acreditamos que isto favoreceu a maturidade na compreensão do divórcio e do apoio ao recasamento dos genitores por terem sido preservados e respeitados as relações pais-filhos. Além disso, em todos os casos, a separação ocorreu há mais de dez anos e os genitores já se recasaram há mais de quatro anos, o que possibilita uma visão na qual os sentimentos já estão mais elaborados.

Conforme Wagner (2002); Guimarães e Amaral (2009), os filhos que mantiveram o vínculo com os pais, conseguiram lidar melhor com a ambivalência dos sentimentos decorrentes da separação e a possibilidade de aceitarem e apoiarem o recasamento dos genitores.

[...] se minha mãe tivesse com meu pai ainda hoje ela não tinha realizado os sonhos dela, entendeu? Eu não teria nada do que eu tenho hoje. Porque meu pai não tem muita percepção de futuro entendeu? Ele não tem muita percepção de crescer na vida, então é isso... se eles tivessem continuado juntos eu não estudaria nos lugares que eu estudei, não conhecia os lugares, as pessoas que eu conheço e não moraria no lugar que eu moro, entendeu? (Alice, 15 anos).

Denise, mesmo diante do aspecto grave e da conduta imprópria da mãe, o pai não a privou de ter contato com a mesma; ela, por iniciativa própria, optou por afastar-se da genitora diante da desestruturação e do mal-estar provocado por ela.

Pesquisas realizadas com adolescentes, Wagner; Falke e Meza (1997) e Souza (2000) encontraram resultados semelhantes aos apresentados pelos entrevistados: a separação foi percebida como um evento triste, desagradável que promove mudanças, mas tendo sido necessária para a felicidade dos pais e para a solução dos conflitos familiares. Da mesma forma que Oliveira (2005), constatamos que os filhos, com o

passar do tempo, vão adaptando-se, amadurecendo e acostumando-se com a situação pós-divórcio atingindo uma maior compreensão da vivência da separação parental.

O tempo, nesses casos, parece ser um grande aliado; os sentimentos podem ser expostos e elaborados, a maturidade possibilita novos olhares que traduzem a turbulência vivida e possibilita a abertura para a integração de novos membros à rede familiar. Contudo, não significa que eles não passaram pelos conflitos e sentimentos contraditórios que a interrupção conjugal ocasiona; pelas consequências dos desafetos entre os pais que não ultrapassaram os ressentimentos da separação. Para os filhos essa tarefa pode ser difícil e confusa, pois não desistiram de seu apego ao primeiro genitor:

[...] quando eu tô com ela, ela fica falando mal dele então esse tipo de coisa assim a gente não leva muito a sério porque a gente não vai gostar mais de um pai ou mais de uma mãe só porque um fica falando mal do outro, e depois que ficam juntos se tornam amigos aí tal e o meu sentimento é o mesmo pelos dois (Carlos, 22 anos).

[...] um dos meus irmãos tava chorando, eu nem olhava para eles e nem perguntava o que tava acontecendo porque eu sabia o que era, não adiantava fazer uma pergunta se eu tava sentindo a mesma coisa que eles (Bruno, 24 anos).

Conforme abordamos anteriormente, os filhos podem vivenciar conflitos de lealdade ou reviver a elaboração da separação parental no sentido mais amplo com o recasamento de um dos genitores, uma vez que ainda podiam acalentar a possibilidade de uma reversibilidade dessa união (MALDONADO, 1986; SOUZA, 2000; OLIVEIRA, 2005).

Quando a gente é criança pensa muito que vai voltar, aí depois você vai crescendo, aí começa a se acostumar, ele casa de novo, minha mãe casa de novo, a possibilidade deles voltarem estaria muito baixa agora (Carlos, 22 anos).

No caso de Carlos, o divórcio dos pais não foi oficializado legalmente, o que aumentava a expectativa do retorno do casal; contudo, com a nova união de seu pai, da qual nasceram mais três filhos, essa fantasia foi diminuindo até ele acreditar que não era mais possível. No momento, está preparada a documentação que foi enviada por sua mãe para o pai assinar legitimando o término do casamento.

Através das entrevistas pode constatar-se o conflito de sentimentos com os quais os filhos se deparam: para Bruno e Denise a separação foi um evento traumático que ocasionou grandes mudanças e repercussões na família, como o distanciamento da figura não residente, insegurança na pouca previsibilidade sobre o futuro e carência pela falta da figura materna.

Para Alice e Carlos o processo foi mais tranquilo, não havendo grandes repercussões no contato com os genitores: ambos esclareceram que todas as decisões foram tratadas e expostas aos filhos, mesmo sendo ainda pequenos. Houve disponibilidade dos pais em compartilhar o rumo que dariam à vida dali para frente. Carlos, apesar de ter ido morar longe do pai, manteve contato por carta e telefone, relatou que no início foi triste, mas que com o tempo se acostumou ao fato.

A fala dos participantes endossa o que Garbar e Theodore, (2000) apresentaram, ou seja, nenhum dos membros da família passa por um processo de separação e sai indiferente às mudanças e às crises ocasionadas por esse evento. As organizações e os ajustamentos ao novo estilo de vida vão ser proporcionais ao manejo dos genitores na vivência pós-divórcio e as circunstâncias que emanam desse processo; as hostilidades entre os ex-cônjuges, qualidade de vida, o número e graus de mudanças, a perda de um dos progenitores, são alguns dos fatores desestabilizadores. As consequências variarão em maior ou menor escala, dependendo do desgaste a que esses filhos foram expostos. As perdas são inevitáveis demandando tempo e paciência para que se realize um novo funcionamento e adaptação individual, em níveis emocionais e práticos, a exemplo da rotina, até que reencontre o equilíbrio (PECK, MANOCHERIAN, 1995; HACKNER, WAGNER, GRZYBOWSKI, 2006; GUIMARÃES, AMARAL, 2009).

Diante do recasamento, os ex-cônjuges mantiveram o mesmo padrão de conduta estabelecido anteriormente: os que se separam cordialmente apresentam maior cooperação parental; já os que romperam em meio a conflitos e hostilidades mantêm-se distantes, comunicando-se apenas sobre os assuntos necessários referentes aos filhos. Este é o caso de Bruno, cujos pais têm relacionamento formal. Quanto à Denise não há relacionamento. Já no caso de Alice todos são amigos, conforme sua expressão, e Carlos refere que hoje os genitores são unidos comunicando-se com frequência.

Segundo os participantes, não houve alteração no relacionamento dos pais com o recasamento de um deles. Bruno identificou ciúmes paternos com a nova relação de sua mãe tendo explicado que foi pouco tempo após a ruptura. Ele expressou não ter gostado da mãe ter escondido essa relação e por ter sido pouco tempo depois, com dois anos de separados que a mãe se casou novamente.

Eu não gostei foi dela ter escondido isso da gente chegar lá e ter aquela notícia... quando papai soube, ele ficou louco da vida com a gente porque ele queria que a gente voltasse para casa, aí a gente disse por que o importante é minha mãe feliz. Todos os três estavam dizendo isso a ele então se tocou que 'ela não é a minha esposa' e é a nossa mãe e a gente sentiu dele um ciúme, mas ele terminou por aceitar essas coisas, e deixou para lá e manteve contato pouco formal com mainha (Bruno, 24 anos).

Para Bruno, a manutenção da relação dos pais como formal ou distante foi necessária devido aos momentos de turbulência presenciados quando eles estavam juntos, concordando que esta foi uma saída necessária devido aos conflitos precedentes, sendo assim, não acompanhou mais cenas de brigas e agressões entre os pais. Tanto Bruno, como Denise, perceberam que não havia possibilidade dos pais em manter contato amigável, mesmo após o recasamento deles, não pelo fato da introdução de uma nova pessoa, mas pelo que foi vivido pelos genitores e a forma como a relação se deteriorou. Alice e Carlos não relataram dificuldades ou impressões de alteração de comportamento de seus genitores com o recasamento, permanecendo o mesmo que existia anteriormente.

5.1.2 - O convívio com padrasto/madrasta

Nessa categoria procuramos conhecer o relacionamento dos filhos do primeiro casamento com os novos cônjuges dos pais e como evoluiu o convívio do início do recasamento até o presente. Também examinamos os sentimentos que permeiam o ingresso desse novo personagem e as experiências com o recasamento dos pais que possibilitaram contar outra história familiar.

Podemos iniciar com as falas de dois dos participantes que ilustram a relação com o padrasto e/ou madrasta:

[...] é a visão de homem que eu tenho em casa. Ele (o padrasto) pegou uma fase meio complicada porque eu não era mais criança, mas agia como uma. Era uma fase de conflito, são fases que a gente precisa do apoio da família e da figura de pai dentro de casa... É que ele paga as coisas lá em casa, meu pai também, mas não é ele que está lá em casa comigo. Por isso que eu digo, às vezes, que eu gosto mais dele do que meu pai. Eu sou aberta a falar sobre coisas com Sérgio que não sou aberta a falar com meu pai (Alice, 15 anos).

[...] ela servia um pouco de mãe para a gente, eu contava um pouco das minhas coisas para ela (madrasta)...Que pena que meu pai não casou com ela quando eu era adolescente porque eu ia usar o colo dela um bocadinho porque eu precisei muito. Se eu tivesse vivido só com a minha mãe eu tinha sentido muito a falta do meu pai e como eu convivi só com o meu pai, eu precisei muito do colo da minha mãe. Eu mendigava a atenção de qualquer pessoa, principalmente do meu pai, eu ia muito atrás dele (Bruno, 24 anos).

Ambos os participantes expressaram a boa convivência e os ganhos que obtiveram com o padrasto e com a madrasta. Eles explicaram que foram necessárias adaptações, mas que todos estavam dispostos a investir nessa família e a querer que desse certo, como de fato ocorreu. A carência do genitor não residente pode ter contribuído para a boa aceitação desses personagens que vieram colaborar com os filhos, e também as condutas apresentadas pelo padrasto e madrasta possibilitaram essa afetividade. Não chegaram mandando ou interferindo de forma direta na casa e nas relações; pelo contrário, foram-se adaptando progressivamente, sem se impor, sem negligenciar e sem denegrir a imagem do pai e da mãe biológicos. Assim, eles possibilitaram espaço para que os sentimentos fossem expostos e compreendidos.

Oliveiro Ferraris (2002) afirmou que a terceira figura parental, no caso o padrasto e a madrasta, colaboram com os filhos do companheiro ajudando-os a manter uma boa relação com os genitores não residentes, não estimulando situações de competições e de distanciamento. Como foi encontrado nos relatos dos filhos, a ligação com o genitor não residente não diminuiu ou desfavoreceu o estabelecimento do vínculo e do afeto ao padrasto/madrasta, podendo até mesmo superar, como ocorreu com Alice.

Ribeiro (2005) expressou ser importante que os genitores não recasados não se deixem induzir pelo ciúme de uma nova figura na vida de seus filhos, para que esse fato não interfira no desempenho de sua função parental. Isto só suscitaria competições pelo afeto dos filhos, que se sentiriam traindo os pais por gostarem dos(das) padrastos/madrastas ativando conflitos de lealdades que prejudicariam o convívio familiar.

Assim, os dois lados devem colaborar para que os filhos não permaneçam num campo de batalha, podendo aproveitar ao máximo as relações com os adultos que os rodeiam, estabelecendo relações diferentes com cada membro. Quando há boas relações entre os progenitores e os novos cônjuges, os filhos ganham a possibilidade de ter mais de uma figura de apego e identificatória estabelecendo vínculos construtivos (OLIVEIRO FERRARIS, 2002).

Nos casos apresentados, a relação satisfatória, referida pelos entrevistados, entre os pais biológicos e os novos parceiros contribuiu para o ajustamento da família recasada. E também tanto os genitores não residentes como os novos parceiros tiveram bom manejo, mantendo uma relação cordial sem posicionar os filhos em disputas de afetos.

Tanto para Alice como para Bruno, o recasamento dos pais possibilitou a realização de estabilidade e identidade familiar. O novo relacionamento dos genitores foi aceito pelos filhos desde seu início. Bruno encontrou a realização familiar e os cuidados maternos em sua madrasta, relatando que, mesmo estando bem e tendo uma vida tranquila com seu pai e irmãos, a chegada de Silvia foi importante para o equilíbrio familiar. Ao referir-se ao recasamento da mãe, que, conforme já exposto, para ele foi pouco tempo após a separação, não relatou dificuldade com o padrasto, expressando que este era muito bom e fazia sua mãe feliz, o que era importante, pois, segundo sua narrativa, alguém naquela família estava sendo feliz.

Carlos também apresentou boa relação com a madrasta, dizendo que eram tranquilos os dias quando visitava seu pai, não tendo problemas com Sofia (madrasta); mas seu relato sobre ela não acompanhava uma entonação afetiva. Apesar de a segunda união de seu pai ter ocorrido pouco tempo depois da interrupção conjugal de seus genitores e de ter ficado surpreso com a notícia, disse ter compreendido o fato de o pai

ter uma companheira, uma vez que estava sozinho, e acrescentou ter percebido que o pai estava feliz.

Contudo, em relação ao seu padrasto, narrou os bons momentos vividos na mesma casa, a ajuda que tinha dele, lamentando-lhe a saída quando se separou, alegando querer ter filhos biológicos – isso foi um choque para Carlos. Acreditamos que essa diferença ocorra devido à convivência: com a madrasta eram visitas feitas e com o padrasto era uma rotina, o dia a dia que acabou estabelecendo um vínculo.

Eu ficava sem entender: mas porque ele queria um filho se ele já tinha a gente? Na época eu tinha uns 10 anos e pensava isso... Era uma pessoa que podia contar e a gente já estava se apegando a família dele e o pessoal era tudo gente fina. Você começa a se apegar aí depois fica sabendo que acabou. Por mais que sua mãe fale você pode ir lá visitar, mas não é a mesma coisa (Carlos, 22 anos).

A chegada de um novo membro parental e a conseqüente estruturação familiar decorrente do recasamento pode ocorrer mais rápido quando os filhos percebem os pais felizes e tranquilos, e quando têm a impressão de pertencerem novamente a uma família completa. Eles também se sentem aliviados por considerarem que, estando os pais recasados, eles ficam mais livres para viverem suas vidas e saírem de casa com a certeza de que os genitores guardiões se manterão bem e estarão acompanhados (OLIVERIO FERRARIS, 2002).

Os filhos que estão na fase de serem lançados (saindo de casa) podem sentir-se responsáveis por seus pais e receosos por deixarem os genitores guardiões sozinhos. Para Bruno, o recasamento de seu pai foi importante; Carlos também expressou o desejo de a mãe ter alguém para cuidar dela porque já está chegando o momento de sair de casa. Podemos considerar essa postura dos filhos também pelo fato de os pais já estarem separados há, no mínimo, dez anos e por possuírem mais maturidade.

[...] eu percebi que ela ficava mais calma ficava mais feliz... ai gente acha melhor gostava dele e realmente Samuel era legal. Agora fica aquela coisa: vai chegar o dia de sair todos de dentro de casa e ela vai ficar sozinha? (Carlos, 22 anos).

[...] e ele também trouxe umas coisas de educação da casa dele, e foram boas para mim, pra minha mãe que estava muito contente começando a conviver com ele como família, entendeu? (Alice, 15 anos).

Assim como indicado por Wagner (2002) essas configurações podem ser uma alternativa muito eficaz para a reconstrução familiar. No discurso fica clara a realização obtida por esses filhos nessa nova configuração familiar. Para Alice, o padrasto foi uma fonte de apoio que possibilitou seu reencontro com sua própria mãe, pois ambas moravam com a avó materna e seus cuidados eram entregues a essa última uma vez que a mãe, no intuito de buscar a manutenção familiar, acabou afastando-se da filha. Além disso, o padrasto enriqueceu o convívio com educação e cultura e assumiu os compromissos com a família.

Bernstein (2002) descreveu que as filhas apresentam mais sentimentos de perda com o recasamento de seus genitores devido à diminuição de contato com eles. A autora explicou que, devido à separação dos pais, pode ocorrer um aumento de intimidade e cumplicidade da filha com sua genitora. A presença de um padrasto poderia ser considerada uma ameaça a essa relação, uma vez que a mãe iria ter menos tempo para sua filha. No caso de Alice, ocorreu o contrário: seu padrasto a aproximou de sua mãe, que passou a estar mais presente no lar.

Como apontaram Wagner e Sarriera, (1999); Guimarães e Amaral (2009) as famílias recasadas baseiam-se em modelos da família nuclear intacta e as funções estão culturalmente associadas ao gênero: os padrastos incumbem-se, como é tradição do gênero masculino, da provisão financeira da família; e das madrastas esperam-se os cuidados afetivos e domésticos, o que ocorreu com nossos entrevistados. Eles pontuaram que os relacionamentos satisfatórios com os padrastos e/ou as madrastas indicavam que estes haviam assumido os papéis socialmente esperados, convergindo para as necessidades familiares, como no relato de Bruno:

[...] quando ela chega em casa, ela faz comida para a gente, ela dá atenção, ela diz: “Venha cá meu filho”. Faz com muito carinho e por mais que já sejamos adultos a gente gosta disso, na verdade a gente tem a carência disso.

O único caso sem boa relação foi o de Denise, que não relatou experiências agradáveis com a madrasta, porém trata-se de um caso de desequilíbrio mesmo pois ela é agressiva com os próprios filhos, sendo Denise e o irmão que os protegem. Na narrativa de Denise encontramos o desejo de ter uma figura materna que no início correspondeu, porém depois se transformou num pesadelo por causa das atitudes dessa

madrasta. Primeiramente, Sandra (madrasta) veio do interior para ajudar a cuidar das crianças, após o doloroso episódio da separação dos genitores; com o tempo, foi assumindo mais espaços na casa até que se casou com o pai de Denise e tudo mudou:

[...] que quando eu a conheci ela era muito simpática muito parecida comigo foi aí que eu comecei a me soltar mais porque eu comecei a ter uma vida direita com o meu pai. Só que as coisas não foram do jeito que era para ser porque aquela pessoa que a gente está aprendendo amar, porque de uma forma ou de outra ela estava cuidando da gente como a gente não tinha a presença da mãe da gente... Começou a tratar a gente de uma forma que não fizesse a gente gostar mais dela, de uma forma de que ela que mandava... era traumático, aí comigo tinha muito coisa que me deixou triste, eu não conseguia de jeito nenhum escrever a palavra sangue. Em vez dela me ajudar não! ela colocava tanta pressão que acabava eu errando mais ainda, aí ela disse “Você sabe o que é sangue?” e eu só dizia que sim. Ela pegou numa mesa de madeira e metia na minha cabeça dizendo: “olhe para o caderno” com a minha cabeça bateu, bateu... Até não agüentar mais aí saiu muito sangue aí ela disse: “Está vendo o que é sangue?” Ela só começou a fazer isso depois que ela começou ficar com painho. Antes ela não fazia nada, era um maior amor com a gente. (Denise, 22 anos).

Essa é apenas uma das dolorosas situações que Denise e seus irmãos viveram. Foram momentos de angústia e desespero pela forma como Sandra conduzia a casa e a educação deles. Através do relato de sua história, abandonamos a idéia de que o recasamento do pai despertou sentimentos, como, por exemplo, ciúmes, até porque todos os irmãos passaram por situações semelhantes à dela e a madrasta somente diminuiu sua agressividade, quando Denise apresentou sintomas depressivos, necessitando de cuidado médico e terapêutico. A entrevistada relata o desejo de reencontrar aquela Sandra que conheceu numa brincadeira de esconde-esconde, aquela que era amorosa e simpática:

[...] eu a conheci brincando de esconde-esconde atrás de uma árvore, mas até hoje ela se escondeu tão bem que jamais eu a encontrei como se eu procurasse nela aquela pessoa que eu conheci como se você perdesse uma pessoa, você procurasse e não achasse.

Esse é um caso bem particular. Não houve resistência ou falta de vontade de ter uma madrasta, mas as experiências vivenciadas acarretaram distanciamento e mais sofrimento aos filhos do primeiro casamento, a ponto de estabelecer uma relação aterrorizante de subjugação devido ao poder concedido pelo pai à Sandra. Esta não apresenta condições de ser mãe, nem para os próprios filhos, como veremos adiante. Vale salientar, tomando como base a propriedade da interdependência, que o pai de

Denise também se omitiu ao não tomar um posicionamento favorável aos filhos, deixando-os entregues às agressões físicas e psicológicas, por parte de Sandra. Ainda vale a pena refletir sobre as escolhas feitas pelo pai de Denise para suas companheiras: uma vez que tanto a mãe biológica como a madrasta apresentaram quadros patológicos, porém este aspecto foge aos objetivos da pesquisa.

Conforme exposto em nossa revisão da literatura, os adolescentes e jovens adultos apresentariam maiores possibilidades de desacertos na nova configuração familiar, uma vez que estes já possuem um passado e uma trajetória que os novos cônjuges dos pais desconhecem ou possuem pouca informação e conhecimento sobre a personalidade dos jovens.

Nos casos dos pais que se recasaram sendo os filhos já adolescentes ou adultos, não foram encontrados essas dificuldades. As entrevistas mostraram que o desejo de estar juntos era maior do que as barreiras. Adaptações foram necessárias, mas construtivas para todos os membros da família. Os que eram crianças, quando o evento ocorreu, aceitaram sem resistências os novos parceiros. Denise, apesar de ser um caso diferente dos demais, não se opôs ao recasamento do pai. Talvez esse fato tenha ocorrido pelo anseio de possuírem uma família completa, ou “normal”, como os entrevistados se referiram.

Assim como na pesquisa de Ribeiro (2005), em nossos entrevistados encontramos o mesmo ideal de padrasto/madrasta no que se refere ao desempenho de papéis parentais que seriam exercidos pelos genitores biológicos: sendo assim, na nova família os enteados esperaram e possibilitaram que o(a) novo(a) parceiro(a) dos genitores ocupasse(m) um lugar equivalente a pai/mãe, construindo um elo afetivo.

Costa (2008) identificou em sua dissertação que, na fase inicial do recasamento, o padrasto/madrasta deve estar preparado(a) para ser um(a) precioso(a) auxiliar sem interferências diretas e que, com o tempo, conforme a idade dos enteados e do posicionamento dos genitores biológicos, seu papel vai tornando-se mais ativo. Foi o que constatamos em nossa pesquisa também por parte dos filhos. Eles vão, com o tempo, aproximando-se e possibilitando uma integração maior e mais ativa.

Como McGoldrick e Carter (1995) apresentaram, é necessário tempo para a integração familiar, paciência para transpor as dificuldades adaptativas da nova família e diálogo para esclarecer sentimentos e situações ambíguas. Ribeiro (2005), em sua pesquisa, concluiu que a relação entre padrastos/madrastas e enteadas não era das melhores, sendo uma das queixas a falta de diálogos na resolução das dificuldades. Nosso estudo contradiz esses resultados. Vale ressaltar, porém, que os enteados entrevistados no estudo anterior estavam em plena adolescência, enquanto que os do nosso estudo são jovens adultos, tendo apenas uma adolescente, o que mostra a influência da idade e do ciclo de vida na adaptação.

Concluimos esta categoria dizendo que há possibilidade de relacionamentos satisfatórios entre enteados, padrastos/madrastas. Muitos padrastos ou madrastas também podem ter êxito no desempenho da coparentalidade (FERNANDES, 2006; GARBAR E THEODORE, 2000; TRAVIS, 2003; WAGNER; RIBEIRO; ARTECHE; BORNHOLDT, 1999).

5.1.3 - Organização do subsistema fraterno

Neste terceiro tema buscamos descrever como se organizou o subsistema fraterno, uma vez que com a inserção de irmãos políticos e meio-irmãos pode haver alterações na dinâmica das fratrias.

Autores relataram que as alterações podem ser múltiplas e complexas nas fratrias mistas, devido à existência dos irmãos biológicos, com quem se vive ou viveu a totalidade da infância, e a vinda dos meio-irmãos pode ocasionar instabilidades no sistema familiar. Sem dúvida, a família passa por um momento de transição e de expansão. A vinda de irmãos políticos ou de convívio, por sua vez, ocorre a partir de algum tempo da vida (FERNANDES, 2006; PEREIRA, PICCININI, 2007). Com essas mudanças, os filhos podem passar de uma posição na constelação fraterna original para uma nova, advinda com o recasamento de um ou de ambos os pais. Este fenômeno inaugura um novo funcionamento no subsistema dos irmãos, exigindo reorganizações.

Silveira (2002) e Oliveira (2006) pontuaram que os irmãos formam diferentes vínculos entre si, não existindo um único modelo para essas interações. Ao tratar-se de uma relação íntima e diária, por isso mesmo rica e complexa, pode ser compreendida como um processo que é construído e definido de acordo com as trocas estabelecidas na convivência. Nessa explicação, encontramos talvez o caráter mais importante da dinâmica do subsistema fraterno nas famílias recasadas: o convívio é um dos fatores mais importantes para o sentimento de união familiar e para o estabelecimento de interações e partilha de experiências que edificam uma história comum (OLIVEIRA, 2005; WAGNER, SARRIERA, 1999).

Em nosso estudo os discursos vão ao encontro do que assinalamos anteriormente: os participantes relatam o convívio com os novos irmãos como uma fonte de conhecimento e estabelecimento de relações que possibilitaram a vinculação afetiva. Todos os participantes apresentaram uma organização fraterna satisfatória. Os filhos do primeiro casamento indicaram que a coabitação e a consanguinidade são os elementos norteadores nessa constelação familiar (WAGNER, 2002).

Quando ele ia lá pra casa no final de semana o máximo que eu passava era uma sexta-feira à tarde com ele, porque eu tenho meu pai que eu visito também, e nesses finais de semana eu ia para a casa de meu pai. Não era sempre junto, era como se fosse um primo que vem na sua casa sempre, mas aí depois veio aquele choque: é o meu irmão, e agora? Ele veio morar com a gente faz uns dois anos, foi aquela adaptação de conhecer mesmo. Quando ele passou a conviver passou a ser irmão. Às vezes as pessoas perguntavam: “Alice você tem quantos irmãos?” Eu dizia: ‘Eu tenho um irmão e o filho do meu padrasto’. Antes eu não apresentava como irmão porque não considerava, mas depois, hoje eu digo que tenho dois irmãos (Alice, 15 anos).

Os que possuem irmãos biológicos expressam seu companheirismo, corroborando com os estudos de Wagner e Sarriera (1999), e de Oliveira (2005), segundo os quais os irmãos biológicos, por terem vivenciado experiências afetivas semelhantes como a separação de seus progenitores, construíram uma cumplicidade que oportunizou uma relação mais satisfatória e de cuidados. As autoras afirmaram que os irmãos podem desempenhar um papel ativo no ajustamento ao divórcio dos pais:

Nós mesmos temos idades um pouco próximas, então estávamos ficando juntos entre um conflito ou outro. Nós três nos reuníamos e conversávamos... (Bruno, 24 anos).

Denise expressou essa cumplicidade com os irmãos, que não precisa ser colocada em palavras:

Um olha para a cara um do outro e começa a chorar. É vazio porque a gente não consegue conversar, a gente nunca sentou para conversar. Mas na hora em que um estava precisando, um ajudava o outro. O que estiver precisando no que eu puder ajudar eu ajudo os meus irmãos. O mais novo ele é o mais revoltado: ele não é de conversar, não é de pedir ajuda, ele é muito fechado. De certa forma, ele nunca recebeu carinho nenhum, a gente briga, briga assim de irmão porque ele tem um temperamento muito forte, mas a gente se junta para as coisas (Denise, 22 anos).

Não foi encontrado no depoimento o enfraquecimento nas relações dos irmãos biológicos, ao contrário o vínculo entre eles saiu fortalecido, talvez por terem permanecido na mesma residência e apoiado o mesmo genitor por ocasião da separação conjugal. Nos casos da separação permeada de hostilidade, os filhos não sofreram pressões para se posicionarem a favor ou contra um dos genitores, permanecendo o acesso livre a ambos; sendo assim, não se demarcou uma “divisão psicológica na família” (OLIVEIRA, 2005, p.184).

Os meio-irmãos foram um dos acontecimentos especiais do recasamento. Em todos os entrevistados, que têm meio-irmãos, os sentimentos demonstrados foram de felicidade, proteção e amor. Eles se posicionaram como cuidadores desses irmãos, mesmo daqueles que estão vivendo em outra casa, enfatizando a consangüinidade:

Tem irmãos da gente lá (onde o pai mora), eu acho que é uma coisa boa... eu falo com eles e eles me contam o que está acontecendo por lá (Carlos 22 anos).

A respeito dos irmãos polítics, relatam que o relacionamento, no início, é conturbado, pois se trata de alguém que possui uma educação diferente da deles, o que ocasiona muitas divergências e conflitos. Além disso, esses irmãos são vistos como pessoas que vieram de fora: então são eles que devem adaptar-se ao ritmo e aos costumes da casa. Todavia, o contato e a convivência ocasionou construções de vínculos tornando possível o desenvolvimento de sentimentos de amizade, companheirismo e confiança entre si.

Oliveira (2005) afirmou que os irmãos políticos sem acesso entre si, sem o mínimo de contato e de convivência, demonstram um distanciamento afetivo por não terem uma história conjunta, afinidades nem intimidades. Este argumento fortalece o que apresentamos anteriormente, no sentido de que o convívio é umas das fontes essenciais para a criação de vínculos, por facilitar a integração do grupo familiar e o sentimento “como se fossem irmãos” (WAGNER; SARRIERA, 1999, p.23).

Características como o sexo e a idade dos irmãos políticos também contribuem para a formação de identificações significativas que os aproximam (OLIVEIRA, 2005). Em nossa pesquisa também atribuímos o sucesso das relações no subsistema fraterno a alguns desses fatores. Inicialmente os irmãos políticos que passaram a conviver com os participantes eram meninos: no caso de Alice, por exemplo, ela permaneceu sendo a única do sexo feminino da fratria e sua posição hierárquica não sofreu alterações, ou seja, ela permaneceu como a mais velha podendo “mandar” nos irmãos mais novos.

Bruno, apesar de ser o caçula dos irmãos biológicos, recebeu abertamente o filho da madrasta, por corresponder ao seu desejo e ao dos irmãos de terem um irmãzinho. Como ele já possuía 19 para 20 anos não houve dificuldades para aceitar o irmão político, assumindo uma postura de irmão “orientador”, como ele mesmo se refere, com uma posição hierárquica definida. Como não há contato com os filhos do padrasto, não expressa sentimentos desagradáveis sobre eles, somente afirmando que, quando os encontra, é bem tratado:

O que aconteceu na minha família eu não sei se acontece com todo mundo. Foi uma coisa muito perfeita: a gente queria que meu pai encontrasse uma nova pessoa e essa pessoa veio com uma criança que era o que a gente também queria, então tudo se encaixou tudo muito perfeito ... Eu acho que era porque todos os três eram abastalhados por crianças. Eu era louco para ter um irmão mais novo, a gente queria ter um irmão pequenininho. Eu nem sei explicar essa necessidade, sempre fui louco por criança e sempre quis e quando eu vi Felipe pela primeira vez achei ele tão pequenininho. Na primeira vez que ele foi dormir lá em casa, aquela coisa bem pequenininha, eu não sei se dentro de mim tava aquela coisa de ser pai, sabe? Talvez se Felipe tivesse 15 anos não seria assim, mesmo assim creio eu se ele fosse bem rebelde eu ia fazer de tudo para amá-lo como eu o amo hoje (Bruno, 24 anos).

Nos casos escutados não houve grandes modificações que ocasionassem destruturações intensas a ponto de comprometer o equilíbrio no subsistema fraterno. Os filhos se mantiveram em suas posições hierárquicas; as idades possibilitaram

amadurecimento para aceitar a vinda dos irmãos; a coabitação ocasionou o estabelecimento de relações satisfatórias. Além do mais, eles permaneceram em suas casas. No caso de Alice, o irmão político foi morar no lar construído com o recasamento da mãe que já estava grávida do meio-irmão; então seu sentimento era de que a casa e a família lhe pertenciam. Para ela, quem deveria adaptar-se seria o filho do padrasto:

Eu já tinha a educação de Sergio há uns dois anos, então eu não precisei me adaptar a mais nada. Ele (referindo-se ao irmão político) é que teve que se adaptar à educação da gente, ele que tava vindo, era ele que tava chegando, ele tinha que se adaptar ao lugar. Mas, lógico que a gente tinha que saber do que ele gosta, o que ele não gosta, tem que saber os costumes daquela pessoa, mas, lógico que ele que tem que se adaptar porque tem muita coisa do comportamento da gente que ainda hoje ele não aprendeu (Alice, 15 anos).

Contudo, não queremos dizer que não houve dificuldades, adaptações e rivalidades, como se em um passe de mágica se instalasse o amor instantâneo. Isto será retratado adiante.

5.1.4 - As peculiaridades do relacionamento fraterno.

Parece que uma das características mais marcantes dos entrevistados é a capacidade de serem cuidadores: trata-se dos denominados “irmãos parentais”, que desempenham uma espécie de papel de pais dos irmãos mais novos, sejam eles meios-irmãos sejam irmãos políticos. Esse fato chamou-nos a atenção e, neste item, investigamos os sentimentos que permeiam essas relações fraternas.

Na literatura encontramos a ocorrência desse fenômeno, esclarecendo que a diferença de idade entre os irmãos é um dos aspectos fundamentais a ser considerado para a ocorrência dessa relação. Quando ainda pequenos, os irmãos políticos se adaptam melhor à convivência com os filhos do novo(a) cônjuge, sobretudo se houver uma diferença de idade grande entre eles, o que aumenta a possibilidade da ocorrência do sentimento parental do mais velho pelo novo irmão (GARBAR; THEODORE, 2000; OLIVEIRA, 2005).

Bruno relatou o apego e o desejo de ter um irmão, o que se configurou com a chegada de seu irmão político, que é 13 anos mais novo e até então era filho único. Isto ilustra a disponibilidade deste adaptar-se ao irmão ‘mais velho’ corroborando com o que

foi apresentado por Fernandes (2006) ao dizer que pode ser gratificante para um filho único “irmanar-se” com esses novos personagens:

Felipe que é o filho dela... Aí aconteceu de eu dizer que ele era o filho da minha madrasta ele não gostou nem um pouco. Ele ficou bem chateadinho quando eu cheguei em casa e fui falar com ele que disse: ‘Eu pedi para mainha se casar porque eu queria que formasse uma família Bruno’. Ele parece um hominho falando (Bruno, 24 anos).

Existe a possibilidade de edificarem-se vínculos afetivos profundos e significativos, podendo ser uma importante e rica forma de interação, o que amplia a possibilidade de amar e ser amado fraternalmente e encontrar afinidades. Mas dividir espaços, organizar essa nova estrutura e compartilhar educações diferentes requer adaptações, paciência e tempo, além do bom manejo dos genitores (FERNANDES, 2006; GARBAR; THEODORE, 2000; MALDONADO, 2006).

Segundo Oliveiro Ferraris (2002) problemas de relacionamento podem aparecer na fratria por recasamento, principalmente no começo da organização familiar. Com as divisões de espaço, objetos materiais, mudança no status (posição) no interior do grupo fraterno, tudo isto pode implicar em assumir um papel diferente daquele então vivenciado.

Bruno que, com carinho recebera seu irmãozinho, expressou o desejo de ter essa nova família, que deu certo pela possibilidade de conseguir modificar-se a educação do seu irmão político, que era muito mimado e agia de forma incômoda. Como estava em sua casa e o irmão é que chegou ‘depois’, este teve que se esforçar para adaptar-se aos costumes, aos valores e à educação da casa:

[...] na época ele (irmão político) era muito mimadinho, era muito mandão e chatinho. Ai ele foi viver com os irmãos e aprendeu a compartilhar as coisas... quando chegou lá em casa ele foi aprendendo com a gente, eu que passei a ter o papel de orientador dele. No começo eu ficava louquinho com a educação de Felipe, por exemplo, isso foi uns dos fatores que deu certo no relacionamento do meu pai com minha madrasta e dela com a gente foi o fato dela saber que nós tivemos uma boa educação e ela deixar o filho dela ser educado com os modos que a gente tinha sido educado, de certa forma, ela tinha um pouco dessa consciência e ela de certa forma contribuía para isso (Bruno, 24 anos).

Bruno e seus irmãos biológicos passaram a ser educadores de Felipe, tendo autorização para chamar a atenção e colocá-lo de castigo. O irmão político era descrito como um menino sem limites; mas o convívio possibilitou aos irmãos orientadores modificarem essa postura, apesar de demonstrarem afeto pelo filho da madrasta, que parece ser recíproco. Contudo, uma fala de Bruno ilustra bem a condição que foi necessária para que essa relação desse certo:

[...] o que facilitou a educação de Felipe foi ela (a madrasta) ter deixado nas nossas mãos, tinha sido muito mais complicado se Silvia tivesse dito 'quem educa sou eu' porque a convivência se tornaria insustentável.

O amor e a afinidade não são alcançados instantaneamente e a forma como são enfrentadas as dificuldades serão diferenciadas, conforme as características dos membros da família recasada envolvidos nessa nova organização. Assim, concordamos com Oliveira (2005), quando enfatiza que as histórias pessoais, os desafios enfrentados e o estágio de vida no qual se encontram, quando os filhos do primeiro casamento são requeridos a mudar, são fatores significativos das condutas adotadas pelos componentes.

Consideramos que Bruno, até então irmão mais novo no subsistema fraterno, sentiu-se bem em ser mais velho do que o irmão recém chegado, assumindo outro *status* familiar e percebendo-se como beneficiado nessa relação que passou a ter um aspecto positivo. Esse panorama foi possibilitado pelo comportamento do irmão político que aceitou se adaptar à educação da casa e aos irmãos talvez, pelo ganho de possuir uma irmandade, já que era filho único, tendo também encontrado aspectos favoráveis nessa relação. E ainda o posicionamento da madrasta permitiu a adoção dessas condutas, talvez por acreditar que isso seria salutar ao filho.

Ambos os participantes que possuem irmãos políticos se referiram à educação dos novos irmãos como uma das maiores dificuldades no convívio da família recasada. Assumiram o papel de orientadores para que as condutas inadequadas fossem mudadas pelo fato de que passariam a viver na mesma casa e se tornariam irmãos pela convivência estabelecida. Esse aspecto foi relatado por Alice ao se referir ao filho do padrasto:

O que eu queria mesmo era um irmão só e veio dois: meu irmão nasceu e veio outro (irmão político). No começo, até hoje existem conflitos porque eu tenho uma educação, ele é o filho de Sérgio (padrasto) e a educação dele é mais mimada da que eu tive entendeu? Então ele não sabe se comportar, ele não obedece então é isso que entra em conflito, mas, eu gosto dele não tanto com eu gosto de Fabio (meio-irmão), que trato como um filho, já Gabriel...entra em muito conflito comigo por causa da educação da gente, os gostos que ele tem que eu não tive e não aceito, quando eu vou brigar com ele, ele não me obedece...Eu sou intolerante com isso por não me darem plenos poderes sobre ele e, nem sobre Fabio. Gabriel é muito mimado é muito 'meu pai, meu pai é o herói, o resto pra lá' é isso que eu não gosto que ele não me obedece, é esse o conflito.

No caso de Alice a vinda do irmão político não foi tão bem aceita, revelando sentimentos de ciúmes e rivalidade pela atenção do padrasto a ele. Ela adota a postura de uma adulta diante do irmão que 'teima' em não se submeter às suas regras, não tendo recebido apoio do padrasto para intervir de forma direta no comportamento do irmão, a exemplo de colocá-lo de castigo ou brigar com ele, mas ao mesmo tempo é solicitada a ficar tomando conta dele quando o casal precisa sair, o que dá a ela o *status* de orientadora, como foi mencionado anteriormente.

Segundo os autores, Garbar e Theodore, (2000), Oliveira (2005) e Maldonado (2006) as relações incipientes estabelecidas entre os irmãos de convívio são permeadas por rivalidades e competições em decorrência da intensidade de sentimentos com que se deparam. Eles se sentem ameaçados e temerosos com a possibilidade da perda do afeto dos genitores, por parte do novo cônjuge, reivindicando sua atenção.

Encontramos na narrativa de Alice um dos grandes desconfortos da família recasada: a estruturação da família dá-se quando já houve uma história passada e acaba se confrontando com um estilo de vida diferente proporcionado por essa nova organização. Ela teve que se adaptar ao recasamento da mãe e ao ingresso do padrasto, que trouxe novos comportamentos, apesar de terem sido percebidos como bons. Logo

em seguida veio o nascimento de um meio-irmão, quando até então as atenções eram para ela e, há dois anos, a chegada do irmão político. São muitos fatos, muitas adaptações para uma adolescente que já vivencia as mudanças peculiares à sua fase de desenvolvimento.

Os novos relacionamentos são ainda difíceis de negociar, uma vez que não se desenvolvem gradualmente como nas famílias intactas, mas começam no meio do caminho, depois que o ciclo de vida de outra família foi deslocado, necessitando ainda estabelecer regras e fronteiras para essas interações (McGOLDRICK; CARTER, 1995; TRAVIS, 2003).

É difícil de lidar. É essa a causa das brigas lá em casa, as atitudes de cada um. Eu acho se todos fossem educados pela mesma pessoa agente conviveria melhor. Eu porque eu fui educada por uma pessoa, mas me adaptei aquela educação lá de casa e Gabriel não conseguiu, não se adaptou até hoje, vai saber né? (Alice, 15 anos).

Para Gabriel (o irmão político de Alice), a mudança parece ter sido mais difícil devido à sua vinda para uma casa na qual seus componentes já estavam estruturando-se, deparando-se com uma rotina que possui dois irmãos: um mais novo e a irmã mais velha que se coloca como dona do espaço e dos afetos, sendo que antes ele era o filho mais velho e possuía um pai só para ele, agora repartido entre os novos filhos. Pela fala de Alice, o término do casamento de seus genitores não foi consensual e, sim permeado de hostilidade que resultaram na briga pela guarda dele, colocando-o em uma situação de conflito.

Ainda no relato de Alice há a ênfase nos laços originais, ao externalizar seu amor e apego ao meio-irmão, distinguindo claramente o afeto que nutre por ele em relação ao seu irmão político. Esse dado é diferenciado do tipo de relação que Bruno estabeleceu com o filho de sua madrasta sendo por ele considerado um irmão verdadeiro; para Alice o filho do padrasto não possui o mesmo significado, talvez pela sua experiência em ter um meio-irmão, o que não ocorreu com o outro entrevistado.

[...] eu mataria e morreria por ele (meio-irmão). Mas por Gabriel não, é meu irmão, mas não tenho aquele cuidado, gosto, gosto dele, mas não é como o Fabio, não é o mesmo cuidado. Não é nem o mesmo tipo de amor, nem o mesmo tipo de carinho. Fábio é irmão-filho; Gabriel: irmão-amigo; irmão-primo. É mais ou menos isso (Alice, 15 anos).

Apesar de mostrarem uma relação favorável com os meio-irmãos, os filhos não estão isentos dos sentimentos de ciúmes e rivalidades, de fato, podem sentir que os pais gostem mais do novo filho e que não tenham tempo para eles, como expressou Alice em sua narrativa. O meio-irmão foi percebido como um elo, a confirmação da união e segurança na concretização de uma família (OLIVEIRA, 2005). Porém, a forma como os pais interagem com o filho a faz ter o sentimento de que não é amada como ele:

[...] ela demonstra mais carinho por ele, mais amor por ele, porque mainha já me acorda reclamando, já me manda fazer as coisas ela me vê como se fosse uma coisa que ela precisa para ajudar ela, ela não me vê como uma filha (Alice, 15 anos).

Ela desloca essa frustração cuidando ao máximo desse “irmão-filho”, como ela expressa, tornando-se responsável por ele e, buscando apoio e amor nos amigos:

[...] quando ele nasceu dormia no meu quarto acordava de madrugada era eu que levava ele para maninha então terminou naquele papel de mãe, entendeu? Mainha ia trabalhar e eu ficava com ele em casa, até hoje se eu brigar com ele, ele fica quieto ele para, se eu olhar para ele, ele já sabe que eu não gosto (Alice, 15 anos).

Conforme os autores Garbar e Theodore, (2000), Oliveira, (2005) e Silveira (2002) expressaram, a forma como os pais interagem com os filhos é de extrema importância e influencia no estabelecimento das relações fraternas, a exemplo do tratamento despendido pelos pais biológicos e os padrastos/madrastas com a chegada de um novo bebê da atual relação. Os filhos do primeiro casamento podem sentir-se excluídos devido à desigualdade de cuidados e atenção ao novo membro. Isto pode vir a prejudicar a construção dos vínculos fraternos e contribuir para a baixa auto-estima desses filhos que se julgam incapazes de conquistar o amor dos pais. Pode, enfim, reativar antigas dores como a perda da família original, estabelecendo um evento nodal que cria instabilidades na dinâmica do sistema familiar (McGOLDRICK; CARTER, 1995).

Stewart (2005) investigou o efeito da criação de filhos no envolvimento parental em famílias originais e recasadas, totalizando 1905 pais. Ela concluiu o seguinte: em ambas as famílias o envolvimento parental declina com o tempo, devido à idade dos filhos; os(as) padrastos/madrastas não diferiram no envolvimento com os enteados devido ao fato de terem ou não filhos biológicos; a chegada de um irmão, nas famílias recasadas, não produziu grande declínio na atenção parental aos outros filhos.

Oliveira, (2005) enfatizou o convívio entre os irmãos da primeira relação conjugal e os meios-irmãos é semelhante aos dos irmãos biológicos; com a grande diferença de idade entre eles, existe a possibilidade de ocorrer o fenômeno do 'irmão parental' já mencionado no início dessa categoria; porém, quando não há a convivência entre os irmãos, esse fato pode ser sinônimo de distanciamento que impossibilita amar esses novos membros da fratria.

Os participantes vivem bem com os meio-irmãos assumindo posturas parentais relatando a responsabilidade pelos irmãos mais novos que precisam de ajuda. Mesmo não residindo na mesma casa e morando em estados diferentes, Carlos realçou a importância dos irmãos, com quem mantém contato constante através do computador, expressando proximidade ao comentar que conversa e explica aos irmãos o que fizeram de errado, orientando-os. Denise, apesar do conturbado relacionamento com a madrasta, narra seu amor pelos meio-irmãos que a chamam de 'mama', considerando que compete a ela proteger os irmãos para amenizar o sofrimento deles em relação à agressividade da madrasta:

Pra mim foi adquirir mais responsabilidade de proteção. Eu defino essa convivência como uma convivência de responsabilidade, foi aí que eu aprendi a ter responsabilidade. Porque, além de cuidar de mim, eu tinha que cuidar deles como até hoje é, tanto que eu dou a comida deles antes dela chegar para evitar confusão. Eles são uns amores para mim é tanto que meus irmãos (biológicos) também são assim com eles. Eu e meu irmão somos como pais para eles (Denise, 22 anos).

Ela chega estressada não fala nem direito com meu irmãozinho de três anos, ele fica triste. O meu outro irmão, o mais velho de 9 anos, sofreu muito, apanhou muito e eu tenho muita pena dele porque ela olha para ele e chama ele de bolo fofo nojento e ele pergunta: “Eu sou muito feio?” Não, você é uma criança linda. Até a mãe dela diz: “Minha filha, você não nasceu para ser mãe” (Denise, 22 anos).

A visão de ser mulher permanece cercada por ideias permeadas por deduções e representações, muitas vezes ilusórias, construídas ao longo da história da humanidade, que acabam por influenciar os valores e as crenças. Atribui-se a ela o mito da maternidade através do qual cobra-se dela tempo, cuidado e dedicação aos filhos como algo inato ao sexo feminino. O que é nascer para ser mãe? Que exemplo de mãe Sandra teve? Os padrões sociais muitas vezes oscilam entre apoiar posturas progressivas - a mulher deve ter sua satisfação pessoal, afetiva e sexual; crescer profissionalmente - e reafirmar normas e condutas tradicionais – casar, constituir família e criar os filhos (DINIZ, 2009).

Não podemos deixar de considerar que o comportamento de Sandra (madrasta de Denise) é desequilibrado. As condutas são inadequadas e ainda existe a postura paterna que, como explicado anteriormente, concedeu poder a Sandra não a impedindo de ser cruel com seus filhos.

Diante dos relatos apresentados pudemos observar que as famílias do recasamento se veem imersas em ampla rede de relacionamentos e papéis a serem desempenhados que necessitam serem ajustados concomitantemente. Além da nova união dos pais, os filhos vão deparar-se com uma nova fratria que irá interagir entre si construindo vínculos que são influenciados por idade, gênero, características individuais e histórias de vida. Tudo isto é influenciado diretamente pelo posicionamento do novo casal e sua interação com cada filho da fratria recasada.

Esses aspectos tornam essa organização bastante complexa, mas não queremos dizer com isso que será sempre, e de todo, impossível a convivência. Com o decorrer do tempo, diante da aceitação dos sentimentos dos novos membros, a sensação de acolhimento e afeição permite a sensação de pertencer a essa nova família, possibilitando a vinculação fraterna, mesmo diante das dificuldades, como nos casos apresentados.

5.1.5 - Nova família, novas regras

Nesse quinto tema buscamos investigar o processo de adaptação à nova família, suas regras, as facilidades e as dificuldades com que se depararam os filhos do recasamento.

Apesar de os participantes apresentarem em suas narrativas o desejo e as expectativas de que os padrastos e as madrastas assumissem papéis tradicionais correspondentes aos das famílias intactas, percebemos que houve maior flexibilização por parte de todos os envolvidos nessa nova configuração familiar.

Dificuldades são comuns nos primeiros anos do recasamento, por tratar-se até então de pessoas diferentes que não possuem uma ligação ainda estabelecida. Quando ocorre vinculação aos parceiros(as) de seus genitores, surge o temor de passar por outra experiência de desestruturação familiar, o que pode explicar a necessidade da flexibilidade a fim de manter a união familiar.

Nossa observação coincide com o que diz a literatura especializada quando, enfatiza a tendência das novas formações para repetir antigos padrões relacionais, trazidos das famílias anteriores, até uma progressiva criação de uma nova identidade familiar singular. Muitas das dificuldades enfrentadas podem ser atribuídas ao fato de utilizar-se a família nuclear intacta como modelo de família a ser seguido e efetivado (CARTER, 1995; WAGNER; FALKE; MEZA, 1997; WAGNER, 2002; TRAVIS, 2003; RIBEIRO, 2005).

Essa tendência promove confusões sobre a educação dos filhos; a forma como referir-se aos novos parceiros(as) dos genitores; a organização do espaço doméstico; os limites e as fronteiras a serem estabelecidas por todos o que fazem parte dessa recém formada configuração. Contudo, com flexibilidade e paciência, diálogo, negociação e respeito à individualidade e ao ritmo de cada um, torna-se possível a adaptação, tanto dos pais como dos filhos. Foi o que expressaram Alice, Bruno e Carlos. Eles demonstraram dificuldades nos primeiros momentos após o recasamento de seus progenitores.

É como se ocorresse uma imersão em situações e papéis até então não desempenhados e para os quais não possuem uma regra ou receita a ser seguida, apenas têm o desejo de querer que dê certo. Nos relatos, esse desejo foi atribuído à percepção da felicidade dos pais com a nova união, o que realça a fidelidade aos genitores, em especial ao guardião, e, ao mesmo tempo, uma realização deles mesmos em ter uma família e poder contar com os novos personagens.

As necessidades sentidas e expressas pelos participantes referem-se à falta do genitor não residente e ao papel que deveria ser desempenhado por este. As falas retratam essa carência afetiva que pode ser suprida pelo novo componente familiar, como ocorreu com Bruno, Carlos e Alice.

Para Alice foram várias transformações concomitantes: a mãe recasou-se já estando grávida, acarretando-lhe uma experiência permeada pelo sentimento de responsabilidade, pois teve que passar a ajudar na casa e a cuidar do irmão recém nascido:

[...]. eu acho que poderia ter sido melhor se mainha não tivesse saído porque ela tava grávida, se ela tivesse saído depois mainha tivesse engravidado tinha sido melhor porque a gente tinha se adaptado mais uns aos outros sem envolver Fabio (meio-irmão), seria uma nova adaptação...era isso. A gente não teve tempo para sair, não ter espaço de uma família de três pessoas, era uma família de quatro pessoas. A gente só teve cinco meses, quatro meses e um pouquinho para toda essa adaptação, todas essas novas responsabilidades. Foi muito rápido, mas é muito bom ter uma pessoa dentro da casa (padrasto)... tô convivendo com outra pessoa agora e eu tenho que me adaptar a ela do mesmo jeito que ela tem que se adaptar a mim... foi tudo de uma vez, booom! Foi muita informação de uma vez. Eu tinha que me adaptar de uma vez também com todas essas informações. Agora as coisas estão acontecendo mais devagar e agora são os mesmos costumes de sempre.

No caso de Alice a introdução de novas regras e normas estabelecidas pelo novo convívio familiar efetivou a organização familiar. Contudo, ela narrou que lhe atribuíram muitas responsabilidades, principalmente por ser a filha mais velha; mas ao mesmo tempo ela não percebe como algo tão ruim, apesar do sentimento de que o irmão mais novo é preferido pelos pais, pelo fato de ter ‘ganho’ uma família, por fazer sua mãe e a ela felizes e por ter a presença do padrasto com quem mantém uma relação satisfatória:

Se Sergio (padrasto) não fosse tão paciente... ele me ajudou muito com mainha. Porque mainha é super estourada... assim eu já briguei muito com mainha. Então eu já tive muitas conversas com ele, começava a chorar, foi uma pessoa que me ajudou muito... pronto! Pode-se dizer que ele foi um apoio. Ele foi um apoio...eu vou chorar...(olhos cheios de água) Então é isso...graças a Deus eu tenho um convívio bom, problemas como toda a família, mas eu tenho um convívio bom.

Bruno também narrou que foi necessário mudar para ter um bom convívio familiar. Essas mudanças se referem muito ao contexto da organização doméstica. Espera-se que a madrasta cuide da casa, porque é o 'natural', porém ela não é a mãe para impor sua forma de cuidar, sendo necessário manejo e flexibilidade conforme ele mesmo relatou:

[...] venhamos e convenhamos, eu passei minha adolescência inteira sendo criado por um homem, que tinha como irmãos homens, mas a gente tinha consciência que tinha que mudar alguns hábitos. Não vou dizer que foi extremamente confortável você querer fazer uma coisa e não poder isso eu não gostava. Quando ela chegou a gente se sentiu um pouco desconfortável, por exemplo, o guarda roupa nosso é extremamente bagunçado e quando ela olhava todo revirado... eu achava interessante porque ela deixava tudo daquele jeito. Ela nunca vinha diretamente conversar isso com a gente, ela ia conversar com o meu pai, muito calma, depois meu pai ia lá e pedia para a gente arrumar e, não tem nem como revidar uma coisa dessa, a gente reconhecia que estava errado. A gente procurou ficar mais organizados e Silvia deixou de ser tão exigente com organização e que, graças a Deus, tanto pelo filhos e também pelo dela houve uma conscientização e as coisas se ajustaram da melhor forma possível. Tem umas coisas nela que a gente não gosta e tem umas coisas na gente que também ela não gosta, mas a gente se respeita e tem que se readaptar de forma que todos vivam bem.

Carlos expressou seu sentimento de tristeza pela distância paterna, por isso a vinda do padrasto foi importante; contudo não houve pressões na organização familiar por parte do novo parceiro da mãe. Como eles não saíram de sua casa, as regras e normas continuaram as mesmas estabelecidas pela genitora que era quem realmente cuidava deles. O padrasto ajudava nas tarefas, conversava com os enteados, os limites eram respeitados, sem uma grande interação, provavelmente pelo fato de que ainda estavam em processo de adaptação quando o padrasto optou por sair de casa, o que foi decepcionante para Carlos, conforme já fora apresentado nesse trabalho. Com a madrasta havia menos conflitos, certamente pela distância e porque quando visitavam o pai eram bem recebidos, mas não houve a expressão de envolvimento afetivo recíproco na relação madrasta e enteado.

Denise, por manter uma relação extremamente difícil com sua madrasta, relatou que não se adaptou ao recasamento do pai. Teve que se acostumar ao que ela impôs, à forma dela comandar a casa e a vida de todos os membros. Apesar de hoje ser mais branda a situação, ela e seu irmão biológico ainda são discriminados pela madrasta, pois tem que comprar seu material de higiene e do irmão e realizar a limpeza de seu quarto, mesmo tendo uma empregada em casa que é paga pelo pai. As dificuldades vividas foram intensas, em que a madrasta expressou muita agressão física e psicológica, chantagem e imposições. Diante de situações tão problemáticas, Denise relatou o quanto aprendeu com esse convívio:

Eu aprendi muito, mais muito mesmo, apesar de eu ter amadurecido muito cedo eu aprendi muito com os erros dela, ou seja, eu aprendi a ser forte em relação a determinadas situações eu aprendi a respeitar as pessoas e a não ser como ela.

Todos os participantes apresentaram a família extensa como uma das fontes de apoio e ajuda nos momentos de dificuldades. São avós ou tios, normalmente parentes por parte do genitor guardião, com quem mantêm maior contato, as fontes facilitadoras e de auxílio para os filhos que passam pelo processo de separação e recasamento dos pais, assim como apresentou a literatura (MCGOLDRICK; CARTER, 1995; GARBAR; THEODORE, 2000; ARAÚJO; DIAS, 2002; CANO, GABARRA, MORE, CREPALDI, 2009). Dias e Silva (1999) já haviam referido que o apoio dos avós é essencial, especialmente nos momentos de crise vividos pela família, como é o caso de divórcios e recasamentos. É interessante salientar a importância da família extensa como possível influenciadora na família. Ela tanto pode ser facilitadora na adaptação aos novos membros da família, como obstacular o recasamento através da lealdade aos antigos genros/noras, cunhados ou tios (OLIVEIRA, 2005).

Nas famílias recasadas, ficam a critério do genitor certas decisões e responsabilidades referentes ao filho, apesar de a autoridade na casa pertencer aos cônjuges. Escolhas e atitudes como, por exemplo, a escola na qual os filhos vão estudar, devem ser pensadas e resolvidas pelos pais, podendo até contar com a manifestação da opinião no novo cônjuge, que compartilha as decisões. Essas questões viabilizam o recasamento na medida em que é assegurada a definição de fronteiras e funções a serem exercidas (GUIMARÃES; AMARAL, 2009).

Carter (1995) enfatizou que, no início, cada cônjuge deveria ser responsável por seus filhos, mas, se possível, contando com o apoio do novo parceiro. As interações relacionais entre os padrastos/madrastas com os filhos do companheiro(a) devem considerar alguns fatores como: a idade dos filhos, as circunstâncias em que ocorreu a separação, os desejos e a individualidade dos participantes. Recorremos aqui a uma fala de uma das participantes da pesquisa realizada por Costa (2008, p. 90) com os pais que recasaram: “é como um longo processo de adoção que necessita de tempo, tolerância e paciência”.

Nesta pesquisa encontramos que um dos fatores que facilitaram o recasamento e a interação afetiva entre seus componentes, foi o respeito às limitações de cada um e a não imposição de regras aleatoriamente. Isto possibilita a negociação dos espaços e relacionamentos que não foram prejudicados pela introdução de outras pessoas. No caso de Denise, houve frustrações com o recasamento, devido às condutas impositivas e agressivas da madrasta e à omissão do seu pai, embora em nenhum momento ela o tenha criticado.

Apesar de as famílias recasadas assumirem papéis socialmente tradicionais, foram mais flexíveis no estabelecimento de rotinas, normas e interações entre seus membros, excetuando o caso de Denise. Os participantes mostraram que foi respeitada a relação com o genitor biológico não residente que, por sua vez, também contribuiu ao não se opor à possibilidade dos filhos amarem os que chegaram. Conforme a pesquisa de Wagner e Sarriera (1999), a correlação positiva encontrada nos relacionamentos que os adolescentes estabeleceram com os novos companheiros de seus progenitores pode ser compreendida através da relação satisfatória com os pais. Isto possibilita mais segurança para a interação com o(a) padrasto/madrasta, minimizando os conflitos de lealdade.

Assim concordamos com Wagner e Sarriera (1999) que o aumento de possíveis complexidades nessa configuração não é um indicador de disfuncionalidade ou comprometimento dos filhos. O que predomina é o desempenho do papel e as interações relacionais que, quando satisfatórias, podem gerar uma ampla rede de recursos promotores de saúde, independente de pertencerem a famílias de primeiro casamento ou do recasamento (WAGNER; RIBEIRO; ARTECHE; BORNHOLDT, 1999; FERNANDES, 2006).

Conforme declararam em suas pesquisas Wagner (2002) e Travis (2003), os filhos pertencentes às famílias recasadas podem ser felizes e equilibrados, podendo mesmo ser uma alternativa muito eficaz para a reconstrução familiar, não incidindo sobre essas famílias necessariamente, efeitos negativos. O que pode ocorrer, entretanto, são acontecimentos e condutas insatisfatórias nas interações familiares anteriores ao próprio recasamento, que provocariam esta impressão nas pessoas.

5.1.6 - Expectativas dos filhos na família recasada

Quando se fala de filhos de 'lares que foram desfeitos' com a separação, em que um ou ambos os cônjuges se recasaram, parece ainda ocorrer no imaginário das pessoas a concepção de filhos sofridos e possivelmente problemáticos, que foram perturbados pela experiência que vivenciaram e que potencialmente ainda vivem (TRAVIS, 2003)

Wagner e Sarriera (1999) alertam o fato de que não devemos minimizar a importância da separação e do recasamento e as modificações que esses fatos implicam na vida dos filhos. Contudo, se as dificuldades são elaboradas e encontra-se um ambiente familiar que ofereça confiança, afeto e cuidado, pode oportunizar ao adolescente o desenvolvimento de habilidades sociais favorecedoras de recursos para a convivência com pessoas distintas, que pode ser proporcionada por essa nova configuração familiar.

As famílias recasadas podem ser o grande exemplo de união familiar e de valores que são ofertados aos jovens, qualificando as relações estabelecidas. Como Wagner (2002) escreveu, independentemente da configuração, a família é o local no qual se experenciam as emoções mais intensas e determinantes dos seres humanos, no qual se pode deparar com aspectos positivos ou negativos. O fato de a criança coabitar com um ou outro par parental (mãe/padrasto ou pai/madrasta) não se associa à possibilidade de maior ou menor bem-estar dos filhos. O que predominaria seria o desempenho do papel e a qualidade das relações entre seus membros (WAGNER, RIBEIRO, ARTECHE, BORNHOLDT, 1999).

Assim, ao falarem sobre a sua família atual, os filhos deixaram bem claro que, apesar das mudanças ocasionadas pelo recasamento e das adaptações necessárias, a experiência proporcionou ganhos:

A gente é uma família vitoriosa, pela adaptação que a gente teve muito rápido, então é uma família vitoriosa, inteligente: crescer junto é a nossa vida, unindo forças e o que tem de melhor em cada um (Alice, 15 anos).

Eu sou muito feliz e tenho essa minha família hoje eu a tenho como parâmetro para o que eu quero ter e quero construir (Bruno, 24 anos).

De onde a gente menos espera ainda existe força dentro da gente e eu me sinto forte; eu tinha tudo para ser errada...a gente é aquilo o que a gente quer ser... (Denise, 22 anos).

Em nossa pesquisa encontramos adolescente e jovens adultos que, retrataram as experiências vividas com a separação e o recasamento dos pais como uma situação que ensejou mais maturidade, riqueza e diversidade nas interações sociais. Esses jovens demonstram maior disponibilidade para as relações externas, ou seja, amigos são fontes importantes de contato e afeto. Eles se percebem com condição de atravessar as adversidades e as dificuldades da vida, sem se verem em situações intransponíveis. Apresentam ainda forte desejo de constituir sua própria família, valorizando e priorizando essa instituição.

É uma coisa que qualquer um pode passar eu não sei... eu não acho que tenha sido uma experiência nem melhor e nem pior; assim eu não me sinto experiente, eu não me acho diferente por causa disso. Eu acho que é uma coisa que acontece mesmo e pode acontecer com qualquer um (Carlos, 22 anos).

O que vale é compreender a situação e não se deixar levar pelas coisas, se ela te colocar para baixo (madrasta). Você se levanta mais ainda. Existem boas madrastas e não só más madrastas. Tentar ser feliz na medida do possível...eu acho que eu tentei (Denise, 22 anos).

Em relação às expectativas para o futuro, os participantes expressaram o desejo de ascensão profissional e de ver sua família aprimorando o que já foi conquistado. Não acreditando em famílias idealizadas, que são sempre felizes e sem problemas. Excetuando Denise, apostam nos relacionamentos de seus genitores, os veem bem e realizados, estando também satisfeitos com sua família.

No caso de Denise, ela espera poder constituir sua própria família e guarda um grande desejo de ser mãe; porém, expressando o receio de que seu futuro filho venha a sofrer com uma separação, diz que será muito cautelosa na escolha de seu parceiro. Carlos espera que seus genitores possam ser felizes, que a mãe conheça alguém com quem se sinta realizada, até porque sabe que um dia ele sairá de casa para trabalhar fora, pois já apareceram propostas e também porque um dia será a vez dele construir sua própria família.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou compreender a percepção dos filhos ante as mudanças ocorridas em suas vidas devido ao processo de recasamento de um ou de ambos os genitores no âmbito da convivência familiar. Concluímos que cada entrevistado apresentou suas particularidades diante da separação e recasamento dos genitores, porém certas características perpassaram por todos eles, embora tenham se expressado de maneiras diferentes.

Apesar de não termos feito uma pergunta diretamente sobre a separação dos genitores, para não reabrir antigas feridas, todos os participantes narraram esse acontecimento. O término da conjugalidade dos pais apresentou-se como um evento marcante em suas vidas. Carlos sofreu com a perda do convívio com o padrasto e com a família extensa deste. Apesar de Denise não ter essa apreensão em relação à madrasta, refere-se à sua preocupação de constituir família, pois não quer que seus futuros filhos sofram com uma possível separação.

A respeito das mudanças ocorridas devido ao recasamento dos genitores e os possíveis fatores facilitadores, identificou-se que o convívio é fundamental para que se estabeleça um vínculo afetivo e o sentimento de pertencimento à família. Todos declararam que adaptações foram necessárias, mas que se mostraram dispostos a cooperar, talvez pelo fato de a nova família ter sido desejada por eles mesmos e por terem percebido aspectos positivos nas novas interações. Vale destacar como importante a conduta e o manejo dos genitores e de seus novos companheiros(as) para a efetivação dessa nova família, ao apresentarem mais flexibilidade, disponibilidade e paciência. Além disso, o tempo foi um forte aliado, uma vez que todos estão inseridos nas famílias recasadas há mais de quatro anos, tempo considerado necessário à adaptação, pelos pesquisadores do tema.

O comportamento e o acesso aos genitores não-guardiões são fontes de segurança para que os filhos sintam que podem amar outra pessoa sem sentir culpa por essa afeição. Por sua vez, o estabelecimento de uma relação respeitosa e enriquecedora

entre os padrastos/madrastas e enteados é possível, conforme exposto nesse trabalho, ocorrendo o que poderíamos chamar de uma “adoção parental” por parte dos filhos, que buscam nesses novos personagens a concretização de uma família e os cuidados que deveriam ser dispensados pelo genitor não residente. Aqueles que não conseguiram manter um bom relacionamento com este genitor, mostraram mais dificuldade de adaptação.

Apesar das dificuldades que o recasamento ocasionou em suas vidas, como alteração na estrutura física (perda de privacidade), rotina (novos hábitos e interações com pessoas) e mudança na dinâmica da casa, os participantes apresentaram mais aspectos positivos dessa nova configuração como: atenção, carinho, alguém para cuidar deles e conversar, busca de equilíbrio nas interações, que fizeram com que a adaptação ocorresse a contento, à exceção de um caso, em que detectamos indicadores de uma patologia nos seus responsáveis.

Observamos que questões importantes sobre educação, conduta, autorizações para viagens, por exemplo, são sempre discutidas entre os pais biológicos (excetuando Denise), tendo eles a autoridade maior sobre os filhos, embora a opinião dos novos companheiros(as) não seja descartada. Em todos os casos, os jovens encontraram apoio na família extensa, especialmente à época da separação dos progenitores, nas figuras dos avós e tios, principalmente da parte do genitor guardião, com os quais mantêm maior contato.

As necessidades sentidas e expressas pelos participantes referem-se à falta do genitor não residente e ao papel que deveria ser desempenhado por este. As falas retratam essa carência afetiva que esperam ser suprida pelo novo componente familiar, ou seja, surgem expectativas de que os padrastos e as madrastas assumam papéis tradicionais correspondentes aos das famílias intactas. Existe uma tendência das novas formações em repetir antigos padrões relacionais, trazidos das famílias anteriores, até a progressiva criação de uma nova identidade familiar singular. Muitas das dificuldades enfrentadas podem ser atribuídas ao fato de utilizar-se a família nuclear intacta como modelo de família a ser seguido e efetivado

De maneira geral, em nosso estudo pudemos observar que as mulheres são vistas como sinônimos de cuidadora da casa e dos filhos, reproduzindo o discurso tradicional

de que “mãe é mãe”, identificando a feminilidade à maternidade. Cobranças de condutas tidas como próprias das mulheres (cuidado, fidelidade) foram referidas nos discursos. Dos homens também são esperadas condutas tradicionais, a exemplo do padrao provedor.

O grande conflito apresentado se referiu à relação com os irmãos políticos. Estes são percebidos como diferentes de um irmão biológico e até mesmo do meio-irmão, o que indica que o vínculo sanguíneo ainda exerce grande influência, embora o afeto tenha desenvolvido-se muito fortemente entre eles. Nos casos apresentados, o irmão político é bem tratado, passou a ser considerado um ‘irmão’, mas a educação e o comportamento desse irmão deve ajustar-se ao estabelecido pelos mais velhos. Todos os entrevistados apresentaram o fenômeno de se tornarem irmãos parentais: cuidam dos mais novos como uma espécie de pais, solicitando respeito e obediência.

Os entrevistados tiveram um fator que colaborou para o ajustamento familiar: com o recasamento dos pais, os irmãos políticos foram morar nas casas em que eles residiam, ou seja, todos os entrevistados permaneceram em seu território. O irmão político é quem teve que se adaptar às regras e normas da família. Assim, não houve mudanças significativas na posição que eles ocupavam na fratria, além de que os entrevistados apresentam uma boa diferença de idade em relação a eles, o que pode ter facilitado a aceitação desse novo irmão.

O nascimento dos meio-irmãos foi visto como algo positivo. Ele é o atestado de fortalecimento do novo casal, sendo vivenciado pelos filhos do primeiro casamento de forma semelhante ao nascimento de irmãos biológicos: uma mistura de sentimentos como alegria, orgulho, responsabilidade, mas também ciúme, inveja e competição. Mesmo o participante que reside distante dos meio-irmãos possui uma percepção positiva deles e mantém contato por internet ou telefone.

O estudo deixou claro que essa configuração não produz, necessariamente, jovens problemáticos ou rebeldes. Acreditamos que, independentemente da configuração em que as pessoas vivem, a qualidade das interações é fundamental para o bem-estar e o desenvolvimento saudável dos filhos.

Os casos foram escolhidos por conveniência, contudo deparamo-nos com algumas peculiaridades que se traduziram nos resultados da pesquisa. O primeiro deles

refere-se à disponibilidade dos jovens e mesmo ao desejo de participar do estudo, que parece ter propiciado uma oportunidade de descarga e reelaboração de sua experiência, embora tenha sido apenas uma entrevista. Acreditamos que o tempo decorrido desde a separação dos pais, no mínimo dez anos, bem como do recasamento, no mínimo quatro anos, deu-lhes mais maturidade e tempo para se sentirem adaptados e estabilizados de forma a aceitar a participação no estudo.

Esse fato foi constatado pela dificuldade em encontrar participantes que se enquadrassem nos critérios da pesquisa: a maioria não tinha contato nem convívio com os irmãos políticos, estando os pais recasados há menos de quatro anos e sendo crianças ainda. Devido a esse fato nossa pesquisa contou com poucos participantes, porém isto foi compensado com o conteúdo muito rico das entrevistas.

Não podemos deixar de supor que adolescentes e jovens que vivenciaram um processo de separação/divórcio com conflitos intensos, relacionamentos parentais difíceis e debilitados e situações dolorosas eliciadas com o recasamento dos genitores, não participaram da entrevista por experimentarem sentimentos ainda conturbados. Os quatro casos apresentados, apesar das dificuldades vividas, talvez tenham um nível de maturidade e elaboração melhor que aqueles que dispensaram a participação na pesquisa.

É importante reconhecer, no entanto, que esse campo é muito vasto, merecendo mais pesquisas como, por exemplo: um estudo direcionado às crianças cujos pais recasaram; a percepção dos pais e do(a) novo(a) companheiro(a) sobre os filhos, bem como da família extensa; as relações no subsistema fraterno de diversas fratrias com idades distintas, mudança de posição na hierarquia e diferentes sexos.

Para a maioria o recasamento possibilitou o sentimento de bem-estar e uma boa interação entre todos os componentes, podendo-se afirmar que houve a adoção parental e uma tessitura afiliativa, por parte dos filhos, assim como uma coparentalidade, por parte dos(das) padrastos/madrastas, unindo-os em uma única peça.

Acreditamos que este trabalho pode possibilitar aos psicólogos clínicos terem um conhecimento das dificuldades com as quais esses filhos se deparam, auxiliando-os na escuta e no atendimento a essas famílias que vivem essa experiência. Algumas questões devem ser observadas como: ajudar o novo casal a considerar a participação e

a manutenção da parentalidade por parte do genitor não residente; identificar as mudanças ocasionadas com o recasamento, a exemplo de pessoas com educação e hábitos distintos que demandam tempo para se adaptarem; entender que não haverá a instalação de amor instantâneo e que o manejo e a conduta dos pais e seus companheiros é fundamental para que se promovam os vínculos afetivos. Tempo e flexibilidade, tolerância e respeito, diálogo e comunicação são elementos importantes para se costurar a “colcha” familiar.

Como profissionais, é preciso desmistificar o ideal da família nuclear intacta como modelo a ser priorizado para o bem estar dos filhos. Eles não serão desajustados ou infelizes por pertencerem a uma família recasada. Espera-se que sejam estabelecidas relações saudáveis e satisfatórias, independentemente da estrutura familiar. Talvez esse seja o nosso grande desafio.

Apesar de ser uma configuração de maior complexidade devido à introdução de novas pessoas, com uma história pregressa, com suas costuras e alinhavos, o recasamento pode ser fonte de felicidade e realização para seus membros, resultando em uma boa convivência. Remete-nos à confecção de uma colcha de retalhos que pode ser quente e aconchegante, pronta a aquecer nos momentos difíceis e felizes, como a vida é.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. R. L.; DIAS, C. M. S. B. Papel dos avós: apoio oferecido aos netos antes e após situações de separação/divórcio dos pais. **Estudos em Psicologia** (Natal), v.7, n. 1, p. 91-101, 2002.

ARAÚJO, M. F. Gênero e família na construção de relações democráticas. In FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p. 9 – 23.

BERNSTEIN, A. C. Recasamento: redesenhando o recasamento. In: PAPP, P.(Org) **Casais em perigo: novas diretrizes para terapeutas**. Porto Alegre: Artmed, 2002, p.295 – 322.

BRITO, L. M. T. Família pós-divórcio: a visão dos filhos. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 1, p. 32-45, 2007.

BUCHER, J.S.N.F.O. O casal e a família sob novas formas de interação. In: FERES-CARNEIRO, T. (Org) **Casal e família: entre a tradição e transformação**. Rio de Janeiro: NAU, 1999, p. 82 – 95.

CANO, D.S., GABARRA, L.M., MORÉ, C.O., CREPALDI, M.A. As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n.2, 2009, p.214 – 222.

CARTER, E. Famílias reconstituídas: a criação de um novo paradigma. In: ANDOLFI, A., ANGELO, C., SACCU, C. (Org). **O casal em crise**. São Paulo: Sumus, 1995, p. 192 – 198.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 1995.

CEVERNY, C.M. de O. Família e filhos do divórcio. In: CERVENY, C. M. de O. (Org). **Família e ...**.São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 83 – 95.

CHAVES, U. H. Família e parentalidade. In: CERVENY, C. M. de O. (Org). **Família e ...**.São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 47 – 62.

COSTA, J. M. **A arte de recomeçar:** uma compreensão sobre a dinâmica das famílias recasadas. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, 2008.

DIAS, C. M. S. B.; SILVA, D. V. Os avós: uma revisão da literatura nas três últimas décadas. In FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Casal e família:** entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: Nau, 1999, p. 118-149.

DINIZ, G. R. S. Homens e mulheres frente à interação casamento-trabalho: aspectos da realidade brasileira. In FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Casal e família:** entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: Nau, 1999, p. 31-54.

DINIZ, G. R. S. O casamento contemporâneo em revista. In FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Casal e família:** permanências e rupturas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p.135 – 155.

FALKE, D.; WAGNER, A. Mães e madrastas: mitos sociais e autoconceito. **Estudos de Psicologia** (Natal), v 5, n 2, 2000, disponível em www.scielo.br/prc, em 20/09/08.

FALKE, D. Mães e madrastas: quem são estas personagens? In WAGNER, A. (Org) **Família em cena:** Tramas, dramas e transformações. Petrópolis: Vozes, 2002, p.77-91.

FALKE, D., WAGNER, A.; MOSMANN, C. Passando a história a limpo: o impacto das experiências da família de origem na conjugalidade. In WAGNER, A. (Org.). **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2005, p. 67-79.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 11, nº 2, p. 379 – 394, 1998.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In FERES-CARNEIRO, T. (Org) **Casamento e família:** do social a clínica. Rio de Janeiro: Nau, 2001, p. 67-80.

FÉRES-CARNEIRO, T. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia.** (Natal), v. 8, n. 3, 2003, disponível em www.scielo.com.br em 07/07/2009.

FÉRES-CARNEIRO, T.; ZIVIANI, C. Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p. 83 – 107.

FERNANDES, O. M. A fraternidade nas famílias reconstruídas. **A Página da Educação**, 2006, disponível em www.apagina.pt/arquivo/artigo.asp?ID=4665 em 05/10/2007.

GALANO, M. H. Família e história: a história da família. In: CERVENY, C. M. de O. (Org). **Família e ...**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 115-147.

GALINA, R. Separação como resultado da difícil arte de negociar. In: OSÓRIO, L.C., VALLE, M.E.P e cols. **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 417- 430.

GAMEIRO, J. **Os meus, os seus e os nossos: novas formas de família**. Lisboa: Terramar, 1998.

GARBAR, C., THEODORE, F. **Família mosaico**. São Paulo: Augustus, 2000.

GOMES, P. B. Novas formas de conjugalidade: visão panorâmica da atualidade. In: GOMES, P. B. (Org). **Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmicas das novas estruturas familiares**. São Paulo: Callis, 2003, p. 13-39.

GUIMARÃES, N. V.O., AMARAL, A.C. Famílias com filhos de casamentos anteriores. In: OSÓRIO, L.C., VALLE, M.E.P (Org). **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 273 - 285.

HACKENER, I.; WAGNER, A., GRZYBOWSKI, L.S. A manutenção da parentalidade frente à ruptura da conjugalidade. **Pensando Famílias**, v 10, n 2 , p.73 – 86, 2006.

JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo**. 2ªed. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

JABLONSKI, B. Atitudes frente à crise do casamento. In FERES-CARNEIRO, T. (Org). **Casamento e família:** do social à clínica. Rio de Janeiro: Nau, 2001, p. 81-95.

JABLONSKI, B. O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Família e casal:** Saúde, trabalho e modos de vinculação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 203-228.

JABLONSKI, B. Atitudes e expectativas de jovens solteiros frente à família e ao casamento: duas décadas de estudos. In FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Casal e família:** permanências e rupturas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p. 109-133.

KUNRATH, L. H. Recasamento: novas oportunidades para o espaço conjugal? **Pensando Famílias**, v 10, n. 1, p. 101-112, 2006.

MAGALHÃES, A.S. Conjugalidade e parentalidade na clínica com famílias. In FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Casal e família:** permanências e rupturas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p.205 – 217.

MALDONADO, M. T. **Casamento:** Término e reconstrução. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

MALDONADO, M. T. **Cá entre nós:** Na intimidade das famílias. São Paulo: Integrare Editora, 2006.

MCGOLDRICK, M. CARTER, B Construindo uma família recasada. In: MCGOLDRICK, M. CARTER, B (Org). **As mudanças no ciclo de vida familiar:** uma estrutura para a terapia familiar. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, p. 344-369.

MEDEIROS, C. R. **Apreendendo a redesenhar a convivência conjugal a partir da expectativa do transplante hepático.** Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, 2008.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 8ª edição. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINUCHIN, S.; NICHOLS, M. **A cura da família.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

NAFFAH NETO, A. Casamentos monogâmicos seqüenciais: organização psíquica do casal e dos filhos. In: GOMES, P. B. (Org). **Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmicas das novas estruturas familiares**. São Paulo: Callis, 2003, p. 45-56.

NEGREIROS, T. C. de G. M.; FÉRES-CARNEIRO, T. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.4, n. 1, Rio de Janeiro: jun. 2004. http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100004&lng=pt&nrm=iso, dia 02/05/08.

OLIVEIRA, A.L.de. **“Irmãos, meio-irmão e co-irmãos”**: a dinâmica das relações fraternas no recasamento. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, A.L.de. Família e irmãos. In: CERVENY, C. M. de O. (Org). **Família e ...**.São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 63-81.

OLIVEIRO FERRARIS, A. Filhos de famílias divorciadas e reconstituídas: identidade e história familiar. In: ANDOLFI, M. (Org). **A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional**. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 249-263.

OSÓRIO, L.C. & VALLE, M.E.P. Casais recasados. In: OSÓRIO, L.C., VALLE, M.E.P. e cols. **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 423-430.

PECK, J.S. & MANOCHERIAN, J.R. O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. In: MCGOLDRICK, M. CARTER, B (Org). **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, p.291 - 320.

PEREIRA, C.R.R.; PICCININI, C.A. O impacto da gestação do segundo filho na dinâmica familiar. **Estudos de Psicologia**. (Campinas), v. 24, n. 3, p. 385-395, 2007.

PERLIN, G; DINIZ, G. Casais que trabalham e são felizes: Mito ou realidade? **Psicologia Clínica**, v. 17, n. 2, p.15- 29, 2005.

RAMIRES, V.R.R. As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 2, p. 183-193, mai./ago, 2004.

RAMOS, M. Novas parcerias, novos conflitos. In: GOMES, P. B. (Org). **Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmicas das novas estruturas familiares**. São Paulo: Callis, 2003, p. 57-75.

RIBEIRO, R.M.F. **Adoção emocional em famílias de recasamento**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Família e emprego: Conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. In FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.) **Família e casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 157-180.

ROCHA-COUTINHO, M. L. de volta ao lar: mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicarem aos filhos. Retrocesso ou um “novo” modelo de família? In FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p. 219 – 235.

ROSSI, C. Os novos vínculos conjugais: vicissitudes e contradições In: GOMES, P. B. (Org). **Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmicas das novas estruturas familiares**. São Paulo: Callis, 2003, p. 77-108.

SCHABELL, C. Relações familiares na separação conjugal: contribuições na mediação. **Psicologia: Teoria e Prática**. São Paulo: v.7, n.1, 2005, disponível em www.scielo.com.br em 13/07/2009.

SILVEIRA, L.M.de O.B. O relacionamento fraterno e suas características ao longo do ciclo vital da família. In WAGNER, A. (Org). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 93-112.

SOUZA, R. M. Depois que papai e mamãe se separaram: Um relato dos filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. (Brasília), v.16, n 3, p. 203- 211, 2000.

STEWART, S. D. How the birth of a child affects involvement with stepchildren? **Journal of Marriage and Family**, n. 67, v. 5, p. 461-473, 2005.

SWEENEY, M.M. Stepfather families and the emotional well-being of adolescents. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 48, n. 3, p. 33-41, 2007.

TRAVIS, S. **Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC – Departamento de Psicologia, 2003.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa:** construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: RJ: Vozes, 2003.

WAGNER, A. Possibilidades e potencialidades da família: a construção de novos arranjos a partir do recasamento. In: WAGNER, A. (Org). **Família em cena:** tramas, dramas e transformações. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 23-38.

WAGNER, A.; FALKE, D.; MEZA, E. B. D. Crenças e valores dos adolescentes nas famílias originais e reconstituídas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.10, n.1, p. 157-169, 1997.

WAGNER, A.; PREDEBON, J.; MOSMANN, C.; VERZA, F. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 21, n. 2, p. 181-186, 2005.

WAGNER, A., RIBEIRO, L.S., ARTECHE, A.X., BORNHOLDT, E.A. Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica** v.12, n.1, 1999, disponível em www.scielo.br, em 19/04/09.

WAGNER, A.; SARRIERA, J. C. Características do relacionamento dos adolescentes em famílias originais e reconstituídas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org). **Casal e família:** entre a tradição e transformação. Rio de Janeiro: Nau, 1999, p. 15-30.

Anexo 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Como é o relacionamento entre você e o novo cônjuge de seu (sua) genitor(a) ?
- 2) Quais os fatores que dificultam a convivência?
- 3) Como se sente participando de uma família onde convive o novo(a) parceiro (a) de seu pai e sua mãe e os filhos dele(a)?
- 4) Quais os fatores que facilitam a convivência?
- 5) Como se processou a adaptação para essa nova formação familiar?
- 6) Como é seu relacionamento com os filhos do (a) novo(a) companheiro(a) de sua mãe(pai) e/ou filhos do novo casamento?
- 7) Que apoio encontrou?
- 8) Quais as necessidades sentidas?
- 9) Quais suas expectativas para o futuro?
- 10) Como você percebe essa experiência?
- 11) Que conselhos daria a outro jovem que vive tal situação?

Dados sócio-demográficos:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Reside com:

Irmãos biológicos e meio-irmãos (quantidade, sexo, idade):

Genitor recasado:

Há quanto tempo:

Existência de irmãos de convivência (quantidade, sexo, idade):

Anexo 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

	<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA ACADÊMICA MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA</p>
---	---

PREZADO(A) RESPONSÁVEL :

1. Seu(sua) filho(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Recasamento: Percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento”.
2. A seleção ocorreu através do método intencional e a participação não é obrigatória.
3. Você poderá a qualquer momento desistir de participar e retirar seu consentimento.
4. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.
5. Os objetivos deste estudo são: investigar como os filhos percebem as mudanças que ocorreram em suas vidas devido ao processo de recasamento dos genitores e em especial sobre a convivência familiar. Buscamos identificar os fatores facilitadores e os originadores de conflito na convivência; relacionar os sentimentos experimentados e as necessidades sentidas; compreender como se dá o processo de adaptação e as fontes de apoio encontradas; analisar: como os filhos percebem sua relação com demais membros da família que convivem juntos, suas expectativas para o futuro e; como vivenciam essa experiência.
6. A participação de seu(sua) filho(a) nesta pesquisa consistirá em responder a uma entrevista sobre as seguintes questões: os sentimentos, as dificuldades, as facilidades e as necessidades experimentadas; o processo de adaptação e as fontes de apoio encontradas; como percebe sua relação com demais membros da família que convivem juntos e suas expectativas para o futuro; a forma como foi vivenciado essa experiência; o estabelecimento de regras e papéis desempenhados na família.
7. Os benefícios relacionados com a participação nessa pesquisa é que os resultados poderão trazer uma melhor compreensão acerca dessa organização familiar, beneficiando também, as famílias e os profissionais que lidam com essa temática. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a participação. Os dados ficaram resguardados com a pesquisadora e não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.
8. Salienta-se ainda que, não haverá através da participação nenhuma espécie de dano ou perda, seja ela pessoal ou profissional, podendo interromper a participação na pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo de qualquer ordem.
9. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação de seu(sua) filho(a), agora ou a qualquer momento.

DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL (ORIENTADOR)

Nome: CRISTINA MARIA DE SOUZA BRITO DIAS

Assinatura

Endereço completo: RUA ALMEIDA CUNHA, 245, SANTO AMARO,
BLOCO G4

(81) 211-94033

Telefone

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação de meu(minha) filho(a) na pesquisa e concordo em sua participação.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP que funciona na PRÓ-REITORIA ACADÊMICA da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, localizada na RUA ALMEIDA CUNHA, 245 – SANTO AMARO – BLOCO G4 – 8º ANDAR – CEP 50050-480 RECIFE – PE – BRASIL. TELEFONE (81). 2119.4376 – FAX (81)2119.4004 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: pesquisa_prac@unicap.br

Recife, _____ de _____ de 2009

Sujeito da pesquisa *

Pai / Mãe ou Responsável Legal *

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

	<p>UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO PRÓ-REITORIA ACADÊMICA MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA</p>
---	---

PREZADO(A) PARTICIPANTE:

1.Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Recasamento:Percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento”.

2.A seleção ocorreu através do método intencional e a sua participação não é obrigatória.

3.Você poderá a qualquer momento desistir de participar e retirar seu consentimento.

4.Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.

5.Os objetivos deste estudo são: investigar como os filhos percebem as mudanças que ocorreram em suas vidas devido ao processo de recasamento dos genitores e em especial sobre a convivência familiar. Buscamos identificar os fatores facilitadores e os originadores de conflito na convivência; relacionar os sentimentos experimentados e as necessidades sentidas; compreender como se dá o processo de adaptação e as fontes de apoio encontradas; analisar: como os filhos percebem sua relação com demais membros da família que convivem juntos, suas expectativas para o futuro e; como vivenciam essa experiência.

6.Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a uma entrevista sobre as seguintes questões: os sentimentos, as dificuldades, as facilidades e as necessidades experimentadas; o processo de adaptação e as fontes de apoio encontradas; como percebe sua relação com demais membros da família que convivem juntos e suas expectativas para o futuro; a forma como foi vivenciado essa experiência; o estabelecimento de regras e papéis desempenhados na família.

7.Os benefícios relacionados com a sua participação nessa pesquisa é que os resultados poderão trazer uma melhor compreensão acerca dessa organização familiar, beneficiando também, as famílias e os profissionais que lidam com essa temática.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados ficaram resguardados com a pesquisadora e não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

8.Salienta-se ainda que, não haverá através de sua participação nenhuma espécie de dano ou perda, seja ela pessoal ou profissional, podendo interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo de qualquer ordem.

9.Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL (ORIENTADOR)

Nome: CRISTINA MARIA DE SOUZA BRITO DIAS

Assinatura

Endereço completo: RUA ALMEIDA CUNHA, 245, SANTO AMARO,
BLOCO G4

Telefone

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP que funciona na PRÓ-REITORIA ACADÊMICA da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, localizada na RUA ALMEIDA CUNHA, 245 – SANTO AMARO – BLOCO G4 – 8º ANDAR – CEP 50050-480 RECIFE – PE – BRASIL. TELEFONE (81). 2119.4376 – FAX (81)2119.4004 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: pesquisa_prac@unicap.br

Recife, _____ de _____ de 2009

Sujeito da pesquisa *

Pai / Mãe ou Responsável Legal *